

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₅

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

N.º 38/2023

Unidade: Reitoria

Publicado em 24 de agosto de 2023



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Pierlângela Nascimento da Cunha

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 749, de 19 de julho de 2023

Resolução CONSUP/IFRR N° 750, de 24 de agosto de 2023

Resolução CONSUP/IFRR N° 751, de 24 de agosto de 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 749, de 19 de julho de 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos na Modalidade a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Novo Paraíso.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução CONSUP/IFRR N° 716, de 4 de janeiro de 2023. (Organização Didática do IFRR), a Resolução 682/2022 - CONSUP/IFRR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23230.000499.2022-61 e a decisão do colegiado tomada na 86ª sessão plenária, realizada em 7 de junho de 2023,

RESOLVE

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos na Modalidade a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) *Campus Novo Paraíso*, conforme Anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima,
Boa Vista-RR, 19 de julho de 2023.

NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA
Presidente do CONSUP

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM ALIMENTOS MODALIDADE EAD**

Caracarái – RR
2023

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma do processo formativo do Curso Técnico Subsequente em Alimentos25

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Estrutura curricular do Curso Técnico em Alimentos subsequente	25
Quadro 2 - Critérios de avaliação da aprendizagem do Curso Técnico Subsequente em Alimentos	69
Quadro 3 - Corpo docente vinculado ao curso e da equipe técnico-pedagógica	76
Quadro 4 - Quadro de técnicos administrativos.....	77

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
1 APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	10
2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA E DO IFRR, <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO	11
3 JUSTIFICATIVA	13
4 OBJETIVOS	16
4.1 OBJETIVO GERAL.....	16
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
5 REGIME LETIVO	17
6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	17
6.1 PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE	18
7 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	19
7.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO.....	20
7.2 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	21
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
8.1 ESTRUTURA CURRICULAR	23
8.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO	25
8.3 EMENTÁRIOS	25
8.4 TERMINALIDADES – SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS	57
9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	57
10 PRÁTICA PROFISSIONAL	58
10.1 ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO	59
11 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCS)	59
12 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	60
12.1 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	61
13 ATIVIDADES A DISTÂNCIA	61
14 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO	63
15 APOIO AO DISCENTE	63
16 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	64
17 CONSELHO DE CLASSE	65
18 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	66
18.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	68
18.2 DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM SEGUNDA CHAMADA	72
18.3 DA REVISÃO DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	73
18.4 APROVEITAMENTO DO CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	73
18.5 AVALIAÇÃO DO CURSO	74
18.6 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO	75
18.7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	75
19 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	76
20 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA	77
21 POLÍTICAS DE INCLUSÃO	80
22 DIPLOMA E CERTIFICADOS	81
23 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME DA INSTITUIÇÃO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Campus Novo Paraíso*.

CNPJ: 10.839.508\0003-01

ESFERA ADMINISTRATIVA: Federal

ENDEREÇO: Rodovia BR 174, Km 512, Vila Novo Paraíso, Caracará - RR

TELEFONES: (95) 3532-4100 - (95) 3532-4101

SITE: <https://novoparaiso.ifrr.edu.br>

EIXO TECNOLÓGICO: Produção Alimentícia

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

Reitora

Nira Jane Filgueira

Pró-Reitora de Ensino

Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração

Emanuel Alves de Moura

Diretoria de Políticas de Educação a Distância

Solange Almeida Santos

Diretora-Geral do *Campus*

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora de Ensino do *Campus*

Edileusa de Jesus dos Santos

COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR

(Portaria nº 314/2017- GAB/DG-CNP/IFRR, de 11 de agosto de 2017, alterada pela Portaria nº 103/2021 - GAB/DG-CNP/IFRR, de 11 de agosto de 2021, prorrogada pela portaria 83/2022 - GAB/DG-CNP/IFRR, de 18 de maio de 2022 e renovada pela Portaria nº 37/2023 - GAB/DG-CNP/IFRR, de 17 de fevereiro de 2023)

- Elaine Andrade de Moraes
- Bráulio Crisanto Carvalho da Cruz
- Cassiano Henrique Monteiro Correa Ramos
- Claudina Miranda e Silva
- Dannye Hellen Aguiar Santos
- Eliaquim Timóteo da Cunha
- Eliezer Nunes Silva
- Elisvanir Ronaldo Simões
- Gisely Souza Campos Moraes
- Ícaro Pereira Silva
- João Pedro Santos do Nascimento
- Jones Montenegro da Silva
- Karla Jaqueline Saraiva dos Santos
- Lázaro Satiro De Jesus
- Lercia Martins Carneiro de Sousa
- Lillian Cavalcante da Silva
- Luan Icaro Freitas Pinto
- Luzinete Maia dos Santos
- Tassiane dos Santos Ferrão
- Zélia Maia Neta

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Curso Técnico em Alimentos
EIXO TECNOLÓGICO	Produção Alimentícia
NÍVEL DO CURSO	Nível Médio Subsequente
TÍTULO OUTORGADO	Técnico em alimentos
MODALIDADE	Ensino a Distância
INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	3 a 5 Módulos
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Integral
NÚMERO DE VAGAS	35 vagas por turma
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Anual
PROPOSTA DE APROVAÇÃO	
CARGA HORÁRIA	1200 horas
REGIME LETIVO	Modular
DURAÇÃO PREVISTA DO CURSO	18 meses
COORDENAÇÃO RESPONSÁVEL	Coordenação de Ensino Técnico Subsequente
COORDENADORA DO CURSO	Tassiane dos Santos Ferrão

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Com o Advento da Lei 11.892/2008, surge o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, tendo como proposta, articular e integrar à formação acadêmica, a preparação para o trabalho, bem como, promover uma formação contextualizada em princípios e valores.

O IFRR é uma autarquia de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico aqui proposto elementos singulares para sua definição e identidade. Possui estrutura pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Dentre os Campi que compõem o IFRR está o *Campus* Novo Paraíso, situado no município de Caracará que oferta Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio, o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e o Curso Técnico em Agropecuária em Regime de Alternância e Bacharelado em Agronomia tendo como eixo central a agricultura familiar.

O IFRR, *Campus* Novo Paraíso apresenta à comunidade local, a Proposta Pedagógica do e Curso Técnico Subsequente em Alimentos com estrutura modular, na modalidade Educação à Distância – EaD. Essa modalidade de educação vem crescendo de forma planejada e gradual, adequando-se às características e necessidades regionais. É oportuno também mencionar que a localização geográfica do *Campus* no Estado e a demanda regional dos produtores ligados à agricultura familiar por ofertas de curso nessa área favorecem a implementação do Curso de Técnico em Alimentos.

A oferta de novos cursos, nas diferentes modalidades, converge com a adequação aos desafios atuais e cenários propostos para um ensino de qualidade. Sobre esse viés surge um padrão de eficiência, e de relacionamento nessa nova abordagem do ambiente externo, em que, por meio dessa oferta a Instituição venha a, efetivamente, colocar-se em consonância com as circunstâncias atuais, em condições de fecundas parcerias com os municípios da região.

Vale destacar que o Instituto busca novas tecnologias e ferramentas para desenvolver uma educação profissional de qualidade de maior alcance do público. A educação à distância, é um meio de capacitação profissional para o mundo do trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania; colaborando com o desenvolvimento tecnológico e de serviços da região; oportuniza outras formas de ensino, que se enquadrem na legislação vigente e asseguram uma gestão administrativa e uma prática pedagógica de qualidade.

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA E DO IFRR, *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é originário da extinta Escola Técnica que foi implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações, funcionando em espaço físico cedido pela Escola de Formação de Professores de Boa Vista – RR.

Através do Decreto nº 026 (E) de 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos cursos por ela ministrados e tornou válidos todos os atos escolares anteriores ao Regimento. Por força da Lei Federal nº 8.670 de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os discentes matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica. Em dezembro de 1994 a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, através da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu através do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção I, tendo a referida solenidade ocorrida no dia 10 de dezembro de 2002.

Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNEDs em diversas Unidades da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no município de Caracará, sul do Estado e na Fase II com a UNED Amajari, região norte do Estado. Em 19 de novembro de 2007, a UNED Novo Paraíso foi inaugurada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo desta forma criado o Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Roraima – IFRR, transformando a partir de então, a UNED Novo Paraíso em *Campus* Novo Paraíso, com oferta de vagas prioritárias para cursos do eixo tecnológico de produção alimentícia, tendo já implantado os Cursos Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA e Técnico em Agricultura, em regime de alternância.

O presente *Campus* está localizado na região Sul do estado de Roraima nas proximidades da Vila Novo Paraíso, município de Caracará, distante 256 Km de Boa Vista. Essa localização é importante e estratégica próxima ao anel rodoviário localizado na Vila Novo Paraíso que interliga a BR-174 acesso Boa Vista a Manaus - com a BR-210 que dá acesso aos municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe; e com a BR – 432 que permite também o acesso ao município do Cantá.

O *Campus* Novo Paraíso tem uma área de abrangência, que permite o acesso aos seus cursos e atividades de estudantes filhos de agricultores e proprietários rurais residentes em seis pequenos municípios do estado num total de 78.212 habitantes (IBGE, 2010), conforme especificação a seguir: Caracará, São Luiz, São João da Baliza, Rorainópolis, Caroebe e Cantá.

O IFRR por meio do *Campus* Novo Paraíso, passou a ser visto pela comunidade local como uma oportunidade concreta de acesso à educação, tanto na perspectiva da formação profissional quanto como veículo para a ascensão social e garantia da expectativa de um futuro melhor para seus filhos.

Frente a essa realidade e visando o cumprimento de sua função social, o IFRR, *Campus* Novo apresenta essa Proposta Pedagógica contendo as descrições do objetivo geral, dos objetivos específicos e as diretrizes que nortearão a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Alimentos, na modalidade de Educação a Distância, com a definição do currículo, incluindo-se as condições necessárias ao funcionamento do curso, com a especificação dos recursos de pessoal e instalações físicas.

3 JUSTIFICATIVA

A atividade agropecuária possui lugar de destaque no cenário nacional, empregando de forma direta e indireta mais de 4 milhões de pessoas no Brasil, somente na cadeia produtiva do leite. No ano de 2013 cerca de 98,8% dos municípios brasileiros desempenhavam alguma atividade leiteira (BRASIL, 2013). Estima-se que em torno 23,5% do PIB brasileiro seja oriundo do agronegócio, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A indústria alimentícia é um dos setores que mais movimentam investimentos em todo o mundo. No Brasil, ela representa 14% da economia, empregando 21% da mão-de-obra, exportando 14% do que produz. A indústria brasileira de alimentos e bebidas tem vivenciado uma verdadeira revolução, impulsionada pela estabilização econômica e a conquista de uma abertura comercial mais ampla. Para impulsionar ainda mais o crescimento desse setor é necessário fazer uso de recursos como automação e biotecnologia, sendo de extrema importância atender a necessidade de adequação do processo de transformação juntamente com a legislação (BRASIL, 2013).

Demandando um efetivo acompanhamento e controle em todas as fases: aquisição da matéria-prima, higiene, limpeza, sanitização da produção, conservação e armazenamento da matéria-prima e produtos, controle de qualidade através de análises microbiológicas e físico-químicas, gestão agroindustrial, além do comprometimento com a preservação do meio ambiente, o que requer profissionais altamente capacitados e com conhecimentos vastos na área de alimentos (BRASIL, 2013).

Segundo o Censo Agropecuario de 2017 (IBGE, 2019), a agricultura familiar no Brasil emprega mais de 10 milhões de pessoas, além de ser responsável por significativa parte da produção que mobiliza o mercado interno, representando 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuarios do país. Destes estabelecimentos, 77% foram classificados como agricultura familiar, o que corresponde a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuarios brasileiros. Sabe-se que com investimento necessário e formação adequada, este setor tenderá a apresentar resultados muito mais significativos.

O desenvolvimento sustentável pauta-se em formas de produção agrícola e animal que assumam padrões comprometidos com uma postura agroecológica, que pressuponha uma nova forma de relação com recursos naturais, com um sistema de produção mais diversificado, que seja capaz de aproveitar os insumos disponíveis nas propriedades, reduzindo desperdícios, custos e aumentando a rentabilidade (WEZEL et al., 2009).

Em vista do exposto, o setor agropecuario na região Sul de Roraima supre o mercado consumidor de forma efetiva, porém, ainda é pouco explorada, a atividade de processamento de seus produtos agrícolas. Segundo o IEA - Instituto de Economia Agrícola, estatísticas indicam que acima de 70% dos lucros gerados com o agronegócio, de maneira geral, referem-se à fase de "pós-porteira", especialmente no processamento e comercialização dos produtos.

Os municípios e vilas circunvizinhas ao *Campus* Novo Paraíso apresentam sua economia voltada para a agropecuária, sendo uma região com grande potencial para fornecer matérias-primas de origem animal e vegetal para desenvolvimento da indústria alimentícia, provenientes das culturas, como: Bovinocultura de corte e leite, Piscicultura, Suinocultura, Ovinocultura, caprinocultura, Avicultura, Apicultura, Olericultura, Fruticultura em geral, Cereais e Tubérculos.

A região é formada basicamente por pequenos proprietários rurais e/ou agroindustriais, sendo uma produção baseada na atividade de subsistência com predominância da agricultura familiar, a região vem passando por transformações socioeconômicas significativas, cita-se, nos acessos ao financiamento da produção, a capacitação e ao escoamento da produção, proporcionado a inserção no mundo globalizado através da melhoria da sua infraestrutura física, formação de profissionais capacitados, práticas empresariais e diversificação de produtos para atender cada vez mais as demandas crescentes do mercado consumidor de bens e serviços.

A qualificação de profissionais é de suma importância, pois favorece a obtenção de produtos alimentícios mais seguros nos aspectos sanitários e de melhor qualidade, ademais a necessidade de formação de profissionais atuantes e capazes de atender a essas necessidades e tendências. Com a introdução de novas tecnologias e as novas formas de organização da produção, a qualificação exigida dos trabalhadores, são as principais exigências do mercado de trabalho do mundo atual.

Além de ter um papel relevante na evolução do PIB total, inclusive por seus desdobramentos crescentes sobre a indústria alimentícia, tanto na área de insumos quanto de alimentos industrializados, as transformações da agroindústria permitem a queda dos preços da alimentação, aumentando o poder de compra da população e determinam a diferenciação de produtos, alterando o padrão de consumo nacional.

É importante salientar que o beneficiamento de produtos agropecuarios agrega valor à matéria prima, sendo estes processados por agroindústrias, afetando de forma positiva toda a cadeia produtiva, gerando demanda de profissionais qualificados e melhor remuneração aos mesmos. Portanto, a atividade agroindustrial da região sul de Roraima pode fortalecer, de forma sistêmica, todos os segmentos do agronegócio regional, incluindo sua atividade turística e o comércio local.

Esse Curso busca atender à solicitação de qualificação e formação básica da população, alavancando o comércio, a indústria e o setor de serviços, gerando mão de obra qualificada, novas frentes de trabalho, novos empregos, melhoria na qualidade dos serviços prestados, sistematização na resolução dos problemas locais com a possibilidade de manter as pessoas em suas cidades, diminuindo a migração para outros lugares com melhor infraestrutura, gerando possibilidades para acesso ao mercado de trabalho e manutenção da empregabilidade.

Dentro do planejamento estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI para o interstício de 2019 - 2022, apresentou-se como proposta de execução para esse período o Curso Superior em Tecnologia em Alimentos, no *Campus* Novo Paraíso. No entanto, a oferta do curso superior não se mostrou oportuna devido à ausência de infraestrutura laboratorial para executar as atividades didático-científicas do curso superior. Dessa forma, verificou-se a viabilidade estrutural e orçamentária para a modalidade de Ensino a Distância em nível Técnico Subsequente por apresentar maior abrangência do público-alvo, visto que, a localização do IFRR, *Campus* Novo Paraíso está a 50 km do município mais próximo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima dispõe de vários polos de EaD por todo o estado. O *Campus* Novo Paraíso possui experiência na oferta de Cursos de Formação Continuada - FIC nesta modalidade, além de prever a implantação de um Curso Técnico Subsequente no Planejamento de Ação do Centro de Referência em Educação à Distância. A estrutura atual justifica a

criação do Curso Técnico em Alimentos, pelo fato do IFRR – *Campus* Novo Paraíso, possui profissionais capacitados na área de alimentos, infraestrutura básica para a oferta de práticas de ensino, além de contar com a construção de setores de processamento de leite que está em andamento, e a oferta do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio desde o ano de 2015.

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino de relevância para o contexto da realidade local e socioeconômica do país, atendendo com qualidade o ensino tecnológico em menor espaço de tempo. Sendo assim, o IFRR – *Campus* Novo Paraíso, ao construir a Proposta Pedagógica Curricular para o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente, oportuniza a construção de um aprendizado significativo, contextualizado e não fragmentado, proporcionando ao mercado de trabalho profissionais aptos a atuarem no setor alimentício, de forma a atender à necessidade da região.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Formar profissionais técnicos com visão crítica e integrada capaz de compreender, organizar, executar e gerenciar atividades relacionadas à obtenção de alimentos e seu processamento, envolvendo desde a produção primária até a comercialização, com o intuito de promover as atividades econômicas e desenvolvimento sustentável social e ambiental da região Sul do Estado de Roraima, bem como capacitar profissionais para trabalharem em equipe, capazes de se adaptar a novas situações e com boa comunicação oral e escrita.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais que adquiram conhecimentos científicos, valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- Capacitar profissionais para implantar, monitorar, validar e corrigir procedimentos de qualidade, boas práticas de Fabricação – BPF, Procedimentos Operacionais Padronizados – POP e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional – PPHO.
- Formar profissionais para atuar no processamento e conservação das matérias-primas, ingredientes, produtos e subprodutos da indústria de alimentos;
- Preparar profissionais para realizar análises físico-química, microbiológica e sensorial em alimentos;
- Formar profissionais para gerenciar a manutenção de equipamentos, a comercialização e a produção de produtos e subprodutos do leite de maneira empreendedora;
- Formar profissionais para implantar soluções tecnológicas para alavancar produtividade com qualidade e desenvolvimento de novos produtos e processos;
- Qualificar profissionais para trabalhar em equipe, de forma ética e humanista, com responsabilidade social no gerenciamento da qualidade dos alimentos, do ambiente e da saúde do consumidor;
- Habilitar os futuros profissionais Técnicos em Alimentos para atuarem com eficiência no mercado de trabalho.

5 REGIME LETIVO

O Curso Técnico Subsequente em Alimentos na modalidade de Educação a Distância ofertará uma turma anual com 35 vagas, adotando o regime letivo modular. A carga horária total do curso será de 1200 horas (em horas-relógio de 60 minutos) distribuídas em três módulos, a qual deverá ser cumprida em três semestres de estudos com integralização máxima de cinco semestres.

6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O público-alvo do Curso Técnico Subsequente em Alimentos na modalidade de Educação a Distância é composto pelos egressos do Ensino Médio. Seu ingresso no Curso dar-se-á mediante o atendimento aos seguintes requisitos:

I - Comprovação de conclusão do Ensino Médio;

II - Aprovação, no limite das vagas oferecidas, em Processo Seletivo definido em edital;

III - No caso de transferência, deve-se considerar as normas descritas na Organização Didática vigente;

IV - A distribuição das vagas para as políticas de ações afirmativas/cotas sociais dar-se-á em cumprimento à Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para o acesso ao Curso Técnico em Alimentos Subsequente. Serão reservadas 50% das vagas, sendo distribuídas entre os estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas e por estudantes que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição.

6.1 PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE

Com a finalidade de garantir a permanência do estudante no Curso, o *Campus* Novo Paraíso destinará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil de que trata o Art. 8º da Resolução n.º 066-Conselho Superior, de 14 de fevereiro de 2012, que deverá ser fomentada nas seguintes áreas:

- Moradia estudantil;
- Alimentação;
- Atenção à saúde biopsicossocial;
- Inclusão digital;
- Cultura;
- Esporte;

- Apoio didático;
- Acompanhamento pedagógico;
- Inclusão social;
- Produção intelectual.

Conforme o Art. 11 da Resolução nº 066 – Conselho Superior, de 14 de fevereiro de 2012 em relação às ações, nos programas e nas atividades executadas pelo ensino, pesquisa e extensão que envolvam repasse financeiro direto aos estudantes, deverá ser considerado o seguinte critério:

I – Habilidade técnica e/ou desempenho acadêmico;

§ 1º Aproveitamento satisfatório e a Frequência Escolar mínima para aprovação são requisitos para permanência no programa.

§ 2º O Setor de Serviço Social de cada *Campus* será responsável por realizar a avaliação das situações de vulnerabilidade social dos discentes a serem contemplados nos programas de assistência estudantil desenvolvidos pela CAES.

§ 3º Será de responsabilidade do *Campus* o acompanhamento das frequências e rendimentos. Caberá aos Campi monitorar a frequência, aproveitamento acadêmico e o uso adequado dos benefícios previstos no Art. 24 da Res. n. 205 CONSUP, e disponibilizar a informação por meio de relatórios mensais para que a CAES acompanhe os estudantes beneficiários.

Parágrafo Único: Cada *Campus* terá autonomia para planejar suas ações de acordo com sua realidade e recurso previsto, observando as determinações desta Resolução e os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

7 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O profissional do Curso Técnico Subsequente em Alimentos deverá:

- Planejar e coordenar atividades relacionadas à produção alimentícia;
- Conhecer os processos para aquisição e manutenção de equipamentos;
- Executar e supervisionar o processamento e conservação das matérias-primas e produtos da indústria alimentícia e bebidas;
- Realizar análises físico-químicas, microbiológicas e sensoriais;
- Implantar programas de controle de qualidade;
- Realizar a instalação e manutenção de equipamentos, a comercialização e a produção de alimentos;
- Aplicar soluções tecnológicas para aumentar a produtividade e desenvolver produtos e processos.

Ademais, o profissional Técnico em Alimentos tem grande relevância na coordenação e desenvolvimento dos processos produtivos seguros conforme normas higiênicas-sanitárias vigentes. Além disso, é responsável pela criação e conservação de novos produtos alimentícios e avaliação de qualidade dos insumos, matérias primas e produtos, pautados na responsabilidade social e ambiental, com enfoque no desenvolvimento econômico sustentável da região sul do Estado de Roraima.

7.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

O profissional do Curso Técnico em Alimentos pode atuar em organizações privadas, em indústrias e agroindústrias de alimentos e bebidas, nas indústria de insumos para processamento de produtos, assim como, em laboratórios de análises e controle de qualidade, e/ou em Instituições e órgãos de pesquisa e ensino, consultorias, órgãos de fiscalização higiênico-sanitárias, nos serviços de proteção ao consumidor, no armazenamento e beneficiamento dos alimentos, serviços de alimentação, em associações e cooperativas ou se tornar um profissional autônomo a partir do desenvolvimento de empreendimentos próprios. Assim, o Técnico em Alimentos poderá:

- Realizar processos produtivos e laboratoriais de alimentos, transformando matérias-primas em produtos industrializados, em linha de produção e laboratórios, de acordo com normas de Qualidade, Segurança dos Alimentos, Ambiental e do Trabalho e padrões oficiais de órgãos regulamentadores do Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde;
- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais da região, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
- Planejar, organizar e monitorar: a obtenção e o preparo da produção vegetal e animal; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima; e a colheita e a pós-colheita dos produtos agroindustriais; os processos de montagem, monitoramento e gestão do empreendimento agroindustrial.
- Programar a produção e estoque, prevendo custos, recursos humanos, necessidades materiais, matérias-primas e insumos, mediante o estabelecimento de critérios de avaliação e com o auxílio das tecnologias bem como, avaliação do manuseio e condições de armazenamento de matérias-primas e insumos;
- Elaborar cronogramas de análises laboratoriais, o programa de higienização e planos de segurança dos alimentos;
- Elaborar fluxogramas de produção, estabelecer procedimentos operacionais e avaliar a viabilidade técnica de produção com o auxílio de normas e padrões técnicos, visando o melhor aproveitamento de matérias-primas e insumos e a otimização dos recursos naturais e humanos no processo produtivo;
- Ser capaz de elaborar relatórios de melhorias de processos agroindustriais;
- Auxiliar no desenvolvimento de novos produtos, mediante realização de pesquisa de mercado, catálogos e manuais técnicos, gerando dados e planilhas de resultados, de acordo com a legislação vigente;
- Levar a efeito os Programas de Segurança dos Alimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF), Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs), Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPHO), Análises de Perigo e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Programas de Autocontrole (PAC) em linhas de produção, laboratório e ambientes de trabalho;
- Zelar pela ética profissional, respeitando as normas estabelecidas e no cumprimento de suas funções e obrigações legais;
- Desenvolver ações empreendedoras e inovadoras subsidiadas pelas novas tecnologias.

7.2 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Sendo um recurso fundamental para a construção de políticas nas ações institucionais do IFRR, *Campus* Novo Paraíso, consoante a Resolução n. 246 do CONSUP/IFRR, prevê a criação do Núcleo de Acompanhamento dos Egressos para identificar as opiniões dos egressos acerca da sua formação acadêmica e sua atuação no mundo do trabalho, considerando a estrutura de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, o Núcleo desenvolverá as ações descritas a seguir:

- Criar um banco de dados atualizado com informações que possibilitem manter comunicação permanente com o egresso;
- Proporcionar ao egresso, atualização acadêmica por meio da oferta continuada de cursos, seminários, oficinas e palestras direcionadas à complementação profissional;
- Realizar o registro pessoal e socioeconômico dos egressos;
- Identificar a aceitação do egresso junto ao mercado de trabalho, através de dados de empregabilidade na área de formação e funções exercidas na empresa empregadora e/ou atividades de empreendedorismo desenvolvida pelo egresso;
- Realizar um processo de autoavaliação do egresso;
- Estabelecer parcerias com empresas e instituições que gerem oportunidades de emprego aos egressos.
- Disponibilizar uma aba no site Institucional para que os egressos ao se cadastrarem participem do processo de interação com os antigos e novos estudantes, de modo que sejam motivados a participar dos eventuais encontros de turmas.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Alimentos subsequente na modalidade de Educação Profissional em EaD está pautada nas determinações legais vigentes, presentes em diferentes dispositivos, tais como: Atos normativos do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação; Diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR; Organização Didática vigente; Decreto n. 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial de nível médio; Resolução n. 06 de 20 de setembro de 2012; Resolução do CNE/CP n. 01, de 05 de janeiro de 2021, ambos, responsáveis em definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissionalizante e Tecnológica. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004 e Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nessa perspectiva, o Curso Técnico em Alimentos subsequente terá sua organização curricular dividida em três módulos semestrais, que correspondem a dezoito meses, sob uma carga horária total de 1200 horas de atividades acadêmicas, onde cada semestre terá 80 horas de atividades presenciais e 320 horas de atividades acadêmicas não presenciais, totalizando 400 horas por semestre.

A Proposta Curricular do Curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do estudante, aliada a formação técnica, que possibilitará sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o currículo deve oportunizar aos educandos a aquisição das competências e habilidades necessárias à sua atuação profissional, atrelados ao desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nesse contexto, o currículo escolar apresentado no Quadro 1, será desenvolvido sob diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, que visam o fortalecimento da autonomia e participação dos estudantes na sistematização da aprendizagem significativa, transpondo os limites da sala de aula. Dentre eles, podemos citar: metodologias ativas, aula expositiva dialogada, análise e discussões sobre diferentes temáticas, resolução de problemas, mapa conceitual, estudo dirigido individual ou em grupo, leitura e produção textual, estudo de caso, consultas aos acervos da biblioteca, fórum, ensino com pesquisa que fomente o desenvolvimento de projetos e experimentos, visitas técnicas, objetivando a integração diálogo com a teoria e prática, assim como, o aproveitamento de experiências anteriores.

8.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Quadro 1 – Estrutura curricular do Curso Técnico em Alimentos subsequente.

1º MÓDULO			
Código	Componente Curricular	CH Presencial	CH Total
1.1	Introdução à Informática, AVA e EAD	12	60
1.2	Higiene e segurança dos alimentos	8	40
1.3	Introdução à agroindústria	12	60
1.4	Matemática aplicada à agroindústria	8	40
1.5	Microbiologia de alimentos	12	60
1.6	Princípios de bioquímica de alimentos	12	60
1.7	Saúde e segurança do trabalho	8	40
1.8	Iniciação a metodologia científica	8	40
TOTAL Módulo		80	400

2º MÓDULO			
Código	Componente Curricular	CH Presencial	CH Total
2.1	Análise de alimentos	8	40
2.2	Cooperativismo, associativismo e empreendedorismo	8	40
2.3	Embalagens e aditivos	8	40
2.4	Legislação aplicada a agroindústrias de alimentos	8	40

2.5	Processamento de carnes e derivados	18	90
2.6	Processamento de frutas e hortaliças	18	90
2.7	Tecnologia e conservação de alimentos	8	40
2.8	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	4	20
TOTAL Módulo		80	400

3º MÓDULO			
Código	Componente Curricular	CH Presencial	CH Total
3.1	Gestão de produção e controle de qualidade	12	60
3.2	Gestão e legislação ambiental	4	20
3.3	Processamento de leite e derivados	18	90
3.4	Processamento de raízes, cereais e tubérculos	18	90
3.5	Projetos agroindustriais	12	60
3.6	Análise Sensorial	8	40
3.7	Tecnologia e processamento de ovos e mel	8	40
TOTAL Módulo		80	400
TOTAL		240	1200
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			1200

8.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

Figura 1 - Fluxograma do processo formativo do Curso Técnico Subsequente em Alimentos.



Fonte: Autor (2023).

8.3

EMENTÁRIOS

Componente: INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA, AVA E EAD			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
48 horas	12 horas	60 horas	
Competências e Habilidades Ementário			

- Conhecer noções básicas de processamento de dados e Sistema Operacionais, softwares diversos e suas classificações;
- Operar microcomputadores e conhecer seus periféricos, Software Utilitários para exposição de trabalho digital;
- Capacitar o estudante a utilizar as:

Ferramentas dos softwares de escrita;

Edição e Formatação de texto;

Construção de planilhas e listas;

Construção de gráficos e fórmulas;

Ferramenta de apresentação de slides.

- Conhecer práticas adequadas de netiqueta ao processo de comunicação e uso das tecnologias;
- Fazer uso de programas e bases de dados confiáveis para fins de pesquisa.

Ementa

- Conceitos básicos da evolução dos computadores;
- Noções básicas de hardware e software;
- Uso da Internet;
- Ferramentas de apoio;
- Editores de texto;
- Programas para palestras e seminários;
- Planilhas eletrônicas.
- Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA/Moodle;
- Introdução a EaD: princípios, histórico e legislação.

Bibliografias Recomendadas

Básicas:

DANTAS, M. **Tecnologias de redes de comunicação e computadores**. Rio de Janeiro: Boel Books, 2002. 328p.

JERRY, J. J. **Windows 7 - Rápido e Fácil - Um Guia Prático, Simples e Colorido** São Paulo: Bookman.

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down**. 3. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2006. 634p.

MARÇULA, M; BENINI-FILHO, P. **Informática – Conceitos e Aplicações**. Editora Érica, 2ª edição, 2007.

ROSINI, A. M.; PALMISANO, A. **Administração de sistemas de informação e a gestão de conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 212p.

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. 8. ed. rev. São Paulo: Editora Campus, 2011.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SILVA, A. C. **Aprendizagem em Ambientes Virtuais e Educação a Distância**. Mediação, 2009.

SILVA, R. S. **MOODLE para Autores e Tutores - Educação a Distância**. Novatec, 2011.

Complementares:

SILVA, ANGELA CARRANCHO DA. **Aprendizagem em Ambientes Virtuais**. Editora: Mediação, 2009.

VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. do S. **Aprendizagem em Ambientes Virtuais: compartilhando idéias e construindo cenários**. Editora: EDUCS, 2010.

PEREIRA, A. C. **AVA: Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos**. Editora Ciência Moderna, 2007

Componente: HIGIENE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			

- Compreender a legislação vigente relativa aos processos de higienização da indústria de alimentos, os processos de desinfecção de equipamentos e a importância da higiene pessoal e dos hábitos higiênicos e estado de saúde dos manipuladores e as exigências sanitárias de instalações e equipamentos bem como as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), utilizando-se de literatura técnica e exercícios práticos visando a preservação dos alimentos e a garantia da qualidade dos alimentos manipulados.
- Estudar a ação de microrganismos, a parasitologia e a transmissão de doenças pelos alimentos, utilizando-se de literatura técnica e estudos de casos visando a preservação da qualidade dos alimentos manipulados.
- Entender os processos de conservação e estocagem dos alimentos, utilizando-se de literatura técnica e estudos de casos visando a preservação da qualidade dos alimentos manipulados;
- Diferenciar os custos operacionais e fixos do processo de higiene e manipulação de alimentos e a realização de testes dos produtos utilizando-se de literatura técnica visando a garantia do padrão de qualidade dos produtos;
- Identificar os diferentes métodos de controle de pragas, bem como limpeza e sanitização das instalações da empresa, como lavanderia e outros, utilizando-se do conhecimento da estrutura da empresa, estudos de casos, literatura técnica, visando a garantia da preservação do local de trabalho.

Ementa

- Legislação - processo de higienização da indústria de alimentos, os processos de desinfecção de equipamentos;
- Hábitos higiênicos;
- Estado de saúde dos manipuladores;
- Exigências sanitárias de instalações e equipamentos;
- Boas Práticas de Fabricação (BPF);
- Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC);
- Ação de microrganismos, a parasitologia e a transmissão de doenças pelos alimentos;
- Processo de conservação e estocagem dos alimentos;
- Custos operacionais e fixos do processo de higiene e manipulação de alimentos e a realização de testes dos produtos;
- Métodos de controle de pragas, limpeza e sanitização das instalações da empresa.

Bibliografias Recomendadas

Básicas:

ANDRADE, N. J. de. **Higienização na indústria de alimentos**. São Paulo. Varela, 1996.

HAZELWOOD, A.; MCLEAN, C. **Manual de higiene: para manipuladores de alimentos** São Paulo: Varela, 1998.

JAY, J.M. **Microbiologia Moderna de Los Alimentos**. Espanha: Ed. Acribia S.A., 1992.

Complementares:

PROFIQUA. **Boas práticas de fabricação para empresas processadoras de alimentos**. 4. ed. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos - SBCTA, 1995.

PROFIQUA. **Controle Integrado de Pragas**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos - SBCTA, 1996.

PROFIQUA. **Higiene e sanitização para as empresas de alimentos** Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos - SBCTA, 1995.

SILVA Jr., E. **Manual de controle higiênico-sanitário de alimentos**. 6 ed. São Paulo: Livraria Varela, 2005.

SILVA Jr., E. A. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 5 ed. São Paulo: Ed. Varela, 2002.

TRIGO, V. C. **Manual prático de higiene e sanidade das unidades de alimentação e nutrição** São Paulo: Varela, 1999.

Componente: INTRODUÇÃO A AGROINDÚSTRIA			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
48 horas	12 horas	60 horas	
Competências e Habilidades			

- Compreender a atuação do profissional técnico em agroindústria e o papel das agroindústrias na agregação de valores aos produtos agrícolas e seu impacto no agronegócio brasileiro para integrar-se ao mundo do trabalho.
- Conhecer os processos e o funcionamento das agroindústrias de produtos de origem animal e vegetal para desenvolvimento das habilidades necessárias para sua atuação profissional.

Ementa

- Apresentar as competências, perfil profissional e área de atuação do técnico em agroindústria;
- Definição de agroindústria;
- Situação da agroindústria no agronegócio brasileiro: histórico, características e perspectivas da agroindústria brasileira;
- Tipos de agroindústria;
- Importância da obtenção de matérias-primas como parte fundamental no processamento agroindustrial;
- Introdução às tecnologias de processamento agroindustrial de produtos animais e vegetais;
- Gestão de agroindústrias;
- Controle de qualidade;
- Noções sobre os impactos ambientais das agroindústrias.
- Matérias - primas e indústria de alimentos;
- Matérias - primas de origem: mineral, vegetal e animal;
- Colheita, beneficiamento e transporte de matérias-primas vegetais;
- Características das integrações agroindustriais e reconversão de sistemas de produção com animais;
- Classificação de matérias-primas agropecuárias;
- Armazenamento de matérias-primas agropecuárias.

Bibliografias Recomendadas

Básicas:

SILVA, J. A. **Tópicos da Tecnologia de Alimentos**. Varela, 2000.
 GAVA, A. J. **Princípios de Tecnologia de Alimentos**. 7. ed. São Paulo: Nobel, 1988.
 ORDONEZ, J. A. et al. **Tecnologia de alimentos**. Artmed, 2005.

Complementares:

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. Atheneu, 2003.
 DAMODARAN, S; PARKIN, K. L; FENNEMA, O. R **Química de Alimentos de Fennema**. Artmed, 2010.
 FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M.A.B.; SPOTO, M.H.F. **Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos**. Barueri: Manole, 2006.
 MADRID, A. et al. **Manual de indústrias de alimentos**. São Paulo: Varela, 1996.

Componente: MATEMÁTICA APLICADA À AGROINDÚSTRIA			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades práticas que envolvam regra de três; • Realizar cálculos que envolvam porcentagem; • Conhecer e aplicar as principais funções matemáticas; • Realizar atividades práticas que trabalhem com escalas, razões e proporções; • Conhecer e transformar as principais grandezas e medidas utilizadas na agroindústria; • Operar corretamente com os números fracionários; • Resolver situações que envolvam cálculos de juros simples e compostos; • Aprender a coletar dados, realizando cálculos estatísticos e apresentando informações através de pesquisas e trabalhos. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Razão e proporção; • Introdução à estatística; • Números decimais e fracionários; • Sistema Internacional de medidas; • Matemática financeira; • Raciocínio lógico matemático. 			

Bibliografias Recomendadas
<p>Básicas: SOUZA, J. R. de; GARCIA, J. da S. R. Contato Matemática, 3º Ano. 1 ed. São Paulo: FTD, 2016. IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSAJN, D. M. Fundamentos de Matemática Elementar. V. 11. 1 ed. São Paulo: Atual, 2004. WILMER, C. <i>et al.</i> Matemática no dia a dia 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014.</p> <p>Complementares PAIVA, M. Matemática Paiva. v. 3. São Paulo: Editora Moderna, 2015. DANTE, L. R. Matemática Contexto & Aplicações. v. 3. São Paulo: Ática. 2013. BARRETO FILHO, B.; SILVA, C. X. Matemática Aula por Aula: ensino médio. Vol. Único. São Paulo: FTD, 2000.</p>

Componente: MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
48 horas	12 horas	60 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as interações entre os microrganismos, os alimentos e os e os produtos alimentícios processados. • Caracterizar os microrganismos de importância para os alimentos. • Compreender as ações e métodos que controlam e previnem a contaminação dos alimentos por agentes microbianos deterioradores e patogênicos. • Compreender o potencial de microrganismos na produção de alimentos e métodos práticos de mensuração das atividades dos microrganismos em alimentos. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Fatores intrínsecos e extrínsecos que afetam o desenvolvimento de microrganismos em alimentos. • Microrganismos de interesse em alimentos. • Contagem total de microrganismos. Coliformes. Bactérias proteolíticas. Organismos lipolíticos. Bolores e leveduras. Bactérias produtoras de ácido. • Doenças transmissíveis pelo consumo de alimentos. • Ecologia microbiana em alimentos com relação ao controle de qualidade. • Métodos rápidos de análise. • Amostragem e legislação. • Atividades laboratoriais. • Análises de controle de qualidade. 			
Bibliografias Recomendadas			
<p>Básicas: FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Ed. Atheneu, 2008. RIBEIRO, M. C.; SOARES, M. M. S. R. Microbiologia Prática - Roteiro e Manual: Bactérias e Fungos. São Paulo: Editora Atheneu, 2005. SILVA, N.; JUNQUEIRA, V. C. A.; SILVEIRA, N. F. A. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos. São Paulo: Livraria Varela, 1997.</p> <p>Complementares: TORTORA, G.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. BLACK, J. G. Microbiologia: Fundamentos e Perspectivas. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002. RIEDEL, G. Controle Sanitário dos Alimentos. 3 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.</p>			

Componente: PRINCÍPIOS DA BIOQUÍMICA DE ALIMENTOS			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
48 horas	12 horas	60 horas	
Competências e Habilidades			

<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar carboidratos: classificação, estrutura e nomenclatura dos oses, epímeros, ciclização, reação dos carboidratos, principais carboidratos e síntese dos carboidratos; • Conceituar lipídios, mediante o estudo de sua definição, classificação, reação e índice de saponificação; • Conceituar aminoácidos e proteínas, mediante o estudo de suas definições, classificação, ocorrência, estrutura e propriedades; • Conceituar enzimas, mediante o estudo de sua natureza, função, características e classificação bem como, as coenzimas e sua relação com as vitaminas; estrutura, funções e exemplos de intervenção; • Compreender os principais conceitos relativos a catabolismo e anabolismo das proteínas, definindo como se processa a integração do metabolismo de carboidratos, lipídeos e proteínas.
Ementa
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos sobre química orgânica e bioquímica englobando os principais grupos de moléculas, suas reações e metabolismos.
Bibliografias Recomendadas
<p>Básicas: DAMODARAN, S.; PARKIN, K. L.; FENNEMA, O. R. Química de Alimentos de Fennema, Porto Alegre: Artmed, 2010. MARZZOCO, A., TORRES, B. B. Bioquímica Básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica, 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos S.A., 2004.</p> <p>Complementares: KOBBLITZ, M. G. B. Bioquímica de alimentos: teoria e aplicações práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. LEHNINGER, A. L. Princípios da Bioquímica. 4. ed. São Paulo: Savier. 2007. MACEDO, G. A.; PASTORE, G. M.; SATTO, H. S. Bioquímica Experimental de Alimentos. São Paulo: Editora Varela, 2005.</p>

Componente: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO			Módulo 1
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Entender a importância da Segurança e Saúde no Trabalho e seus principais conceitos de base; • Conhecer a Legislação e certificação em Saúde e Segurança no Trabalho (SST); • Discutir sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA; • Aperfeiçoar o conhecimento sobre Proteção Individual e Coletiva; • Vivenciar os Programas para o Controle Médico e Saúde Ocupacional; • Identificar os Programas de Prevenção dos Riscos no Ambiente de Trabalho; • Discutir problemas sobre as atividades insalubres e perigosas e suas implicações; • Entender e aplicar o conceito e definição da Ergonomia. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos sobre Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Legislação e Certificação em SST. Estudo das principais Normas Regulamentadoras envolvendo saúde ocupacional, higiene do trabalho, proteção individual e coletiva, identificação e tratamento dos riscos ambientais, ergonomia e treinamentos. Estudo do ambiente de trabalho e aplicações específicas. 			
Bibliografias Recomendadas			
<p>Básicas: SEGURANÇA e medicina do trabalho. 71. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 2016. MATTOS, U. A. O.; MÁSCULO, F. S. (Orgs). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>Complementares: SAMPAIO, G. M. A. Pontos de partida em segurança industrial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. MÁSCULO, F. S.; VIDAL, M. C. (Org). Ergonomia: trabalho adequado e eficiente. São Paulo: LTR, 2021. SALIBA, T. M. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. 12. ed. São Paulo: LTR, 2017.</p>			

Componente: ANÁLISE DE ALIMENTOS	
---	--

Carga Horária			Módulo 2
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o funcionamento, equipamentos e vidrarias usadas no laboratório de análise de alimentos; • Identificar as diversas substâncias e reações químicas; • Compreender a importância da análise físico-química na tecnologia de alimentos; • Conhecer os procedimentos realizados no processo de coleta e amostragem de alimentos para análise; • Executar e interpretar análises na área de físico-química, química, bioquímica e química para o controle de qualidade das matérias-primas e dos produtos acabados na indústria de alimentos, assim como de águas utilizadas por esta indústria. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Normas de Segurança no Laboratório de Química; • Identificação, cuidados e uso correto de reagentes químicos, vidrarias e equipamentos; • Princípios teóricos e práticos da análise de alimentos por métodos convencionais. • Amostragem e preparo de materiais; • Técnicas básicas de análises: gravimetria, titulometria e refratometria; • Determinação de pH, acidez total titulável, sólidos solúveis totais, umidade, cinzas, lipídeos, proteínas, carboidratos e fibras. • Noções básicas da análise de alimentos por métodos instrumentais: espectrofotometria, cromatografias, análise de pH; • Determinação dos parâmetros físico-químicos de potabilidade da água utilizada na produção de alimentos; • Vantagens e limitações dos métodos analíticos e a aplicações em alimentos. 			
Bibliografias Recomendadas			
<p>Básicas:</p> <p>ARAÚJO, J. M. A. Química de Alimentos: Teoria e Prática. 4. ed. Viçosa: Editora da UFV, 2008.</p> <p>BOBBIO, F. O.; BOBBIO, P. A. Introdução à Química de Alimentos. 3. ed. São Paulo: Livraria Varela Ltda, 2003.</p> <p>INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas analíticas: métodos químicos e físicos para análise de alimentos. 1. ed. Digital. São Paulo, 2008.</p> <p>Complementares:</p> <p>AOAC. Official methods of analysis of the Association of Official Analytical Chemists. Arlington, EUA, 1995.</p> <p>BOBBIO, P. A., BOBBIO, F. O. Manual de laboratório de química de alimentos. 3. ed. São Paulo: Livraria Varela Ltda, 2003.</p> <p>BRACHT, A., ISHII-IWAMOTO, E. L. Métodos de Laboratório em Bioquímica. 1. ed. São Paulo: Manole, 2003.</p> <p>CECCHI, H. M. Fundamentos Teóricos e Práticos em Análise de Alimentos. 2. ed. São Paulo: Varela, 2003.</p> <p>DAMODARAN, S; PARKIN, K. L; FENNEMA, O. R Química de Alimentos de Fennema. Artmed, 2010.</p> <p>MACEDO, G. A; COLS. Bioquímica Experimental de Alimentos. 3. ed. Varela, 2005.</p> <p>MORITA, T.; ASSUMPÇÃO, R. M. V. Manual de Soluções, Reagentes e Solventes. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1972.</p>			

Componente: COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E EMPREENDEDORISMO			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 Horas	8 Horas	40 Horas	
Competências e Habilidades			

<ul style="list-style-type: none"> • Entender a importância socioeconômica do cooperativismo e associativismo, para realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos apreendidos. • Compreender o processo de comercialização; • Conhecer as práticas do agronegócio e sua correlação com o cooperativismo.
Ementa
<ul style="list-style-type: none"> • Princípios históricos e doutrinários e objetivos do cooperativismo; • Diferenças entre uma sociedade cooperativa e uma sociedade mercantil; • Organização e funcionamento das cooperativas e associações; • Conceitos e tipos de empreendedorismo; • Planejamento de empreendimento; • Planejamento de negócios para um produto; • Características do empreendedor; • Princípios do empreendedorismo rural, social e corporativo; • Tipos e segmentos de cooperativas e associações; • Tipos de canais de comercialização de produtos. • Populismo; • A Inflação; O milagre econômico; • Produção de alimentos, • Sistemas de produção; Industrialização e comercialização; • Mercado de trabalho para profissionais da área; • Cooperativismo e associativismo; Programação do curso com integração regional.
Bibliografias Recomendadas
<p>Básicas: BENECKE, D. W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojournal.1980. GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. Y. Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor. 2. ed. Curitiba:Ocepar. 2001. CAPDEVILLE, G. O ensino superior agrícola no Brasil. Viçosa: Imprensa Universitária. 1991. FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2003.</p> <p>Complementares SANTOS, F. E. G. Capacitação básica em associativismo: manual de associativismo.Belo Horizonte, 2000. CARVALHO, C. A. M. Cooperativismo e Associativismo: uma questão cultural. Em:http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/a-competitividade-logistica>> Acesso em; 29 abr. 2019.</p>

Componente: EMBALAGENS E ADITIVOS			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 Horas	8 Horas	40 Horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar o estudante para que este saiba selecionar embalagens adequadas aos diversos tipos de alimentos de acordo com suas necessidades de armazenamento e transporte, bem como levando em consideração as possibilidades de interações entre o alimento e a embalagem; • Conhecer o histórico das embalagens no mundo e no Brasil demonstrando sua importância econômica e ambiental, ao longo dos tempos, com ênfase nas Tecnologias de Alimentos. • Estudar a importância econômica das embalagens e os impactos para os diversos setores, principalmente, o setor alimentício. • Identificar aditivos alimentares conforme propõe o FDA: “substância não nutritiva adicionada ao alimento com a finalidade de melhorar sua aparência, sabor, textura e tempo de armazenamento”. 			
Ementa			

- Tecnologia de embalagem de alimentos;
- História e evolução;
- Fatores que afetam a estabilidade;
- Funções básicas da embalagem;
- Fatores intrínsecos e Fatores extrínsecos;
- Alterações indesejáveis;
- Embalagens para alimentos: Funções e requisitos de uma embalagem;
- Controle de qualidade de embalagem
- Definição de aditivos: por que usar aditivos?
- Critérios e exigências para permissão de uso de aditivos nos alimentos;
- Principais aditivos e suas funções: corantes, aromatizantes, espessantes e estabilizantes acidulantes e umectantes e anti umectantes conservantes edulcorantes aditivos funcionais: vitaminas, sais minerais.

Bibliografias Recomendadas

Básicas:

ARAÚJO, J. M. A. **Química de Alimentos: Teoria e Prática**. 4. ed. Viçosa: Editora da UFV, 2008.

CASTRO, A. G.; POUZADA, A. S. **Embalagens para a Indústria Alimentar**. Portugal: Ed. Instituto Piaget, 2003.

MOURAD, A. L. et al. **Embalagens de papel, cartão e papelão ondulado**. Campinas: ITAL/CETEA, 1999.

OLIVEIRA, L. M. **Requisitos de Proteção de Produtos em Embalagens Plásticas Rígidas** Campinas: Cetea/Ital, 2006.

SARANTÓPOULOS, C. I. G. L.; OLIVEIRA, L. M.; CANAVESI, E. **Requisitos de conservação de alimentos em embalagens flexíveis**. Campinas: ITAL/CETEA, 2001.

Complementares:

ALVES, R. M. V. et al. **Embalagem para produtos de laticínios**. Campinas: ITAL/CETEA, 1994.

BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. N. **Fundamentos de Tecnologia de Alimentos**. São Paulo: Atheneu, 1998.

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. Rio de Janeiro, Atheneu, 1994.

GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de Alimentos**. São Paulo: Nobel, 1984.

ITAL. **Alimentos enlatados, princípios de controle do processo térmico e avaliação de fechamento de recipientes**. 4. ed. Campinas ITAL/CIAL, 1999.

ORDOÑEZ, J. A. **Tecnologia de Alimentos - Alimentos de Origem Animal v. 2**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SARANTÓPOULOS, C. I. G. L. et al. **Embalagens para produtos cárneos**. Campinas: ITAL/CETEA, 1991.

SARANTÓPOULOS, C. I. G. L. et al. **Embalagens com atmosfera modificada**. 2 ed. Campinas ITAL/CETEA, 1998.

Componente: LEGISLAÇÃO APLICADA A AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os métodos de inspeção de produtos de origem animal e vegetal; • Compreender a importância dos estabelecimentos de controle de qualidade dos alimentos; • Conhecer as normas de segurança do alimento e a Legislação vigente para a produção de alimentos seguros. 			
Ementa			

- Importância da inspeção de alimentos de origem animal e vegetal;
- Importância e estudo da legislação;
- Aspectos envolvidos com a inspeção: EPI e EPC;
- Boas Práticas de Fabricação - BPF;
- Higiene pessoal e no trabalho;
- Processos de higienização industrial e dos alimentos;
- Condições de funcionamento de estabelecimentos
- Órgãos normatizadores;
- Requisitos higiênicos nas construções, instalações e equipamentos da indústria de alimentos;
- Garantia e certificado de qualidade;
- Vigilância sanitária;
- RIISPOA/DIPOA;
- Controle de qualidade e suas ferramentas: 5 S, PDCA, APPCC;
- Embalagem de alimentos.
- Aditivos.
- Legislação e ética profissional.

Bibliografias Recomendadas

Básicas

ALENCAR, N.; MORAIS, J. **Corte e embalagem de carne bovina e suína**. Viçosa: Centro de Produções Técnicas - CPT, 1999. Classe 66 - Tecnologia química.

ANYADIKE, N. **Embalagens Flexíveis**. São Paulo: Blucher, 2010.

ESTRINER, F. **Design de embalagem: curso básico**. 2 ed. revisada. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

SANTOS, J. C. dos. **Manual de segurança alimentar: boas práticas para serviços de alimentação** Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Varela 2011.

PRATA, L. F.; FUKUDA, R. T. **Fundamentos de higiene e inspeção de carnes**. Jaboticabal: FUNEP, 2001.

TRONCO, V. M. **Manual para inspeção da qualidade do leite** 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança alimentar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente: PROCESSAMENTO DE CARNES E DERIVADOS			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
64 horas	16 horas	80 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as tecnologias de abate de aves, bovinos, ovinos e suínos; • Utilizar os procedimentos de manutenção e operação de equipamentos; • Utilizar subprodutos agroindustriais; • Cumprir a legislação vigente. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Importância econômica da carne. • Estrutura do músculo e sua transformação em carne. • Fenômenos post-mortem. • Parâmetros de qualidade da carne fresca. • Tecnologia de abate e tipificação de carcaças de aves, bovinos, ovinos e suínos; • Processamento de carnes e produtos derivados: salgados; curados; embutidos crus, cozidos e fermentado; enlatados; • Fatores que afetam a qualidade da carne; • Estocagem e comercialização da carne; • Tecnologia e processamento de pescado. 			
Bibliografias Recomendadas			

Básicas:

GOMIDE, L. A. M. *et al.* **Tecnologia de abate e tipificação de carcaças**. Viçosa: UFV, 2006.

OLIVO, R.; OLIVO, N. **O mundo das carnes: ciência, tecnologia & mercado**. 4. ed. Criciúma: Ed. do Autor, 2006.

OLIVO, R. **O mundo do frango: cadeia produtiva da carne de frango**. Criciúma: Ed. do Autor, 2006.

Complementares:

ORDOÑEZ, J. A. **Tecnologia de Alimentos - Alimentos de Origem Animal**. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RIEDEL, G. **Controle Sanitário dos Alimentos**. 3 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

BUAINAIN, A. M. BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva da carne bovina**. Série de agronegócios, v. 8. Brasília: MAPA/IICA. 2007.

Componente: PROCESSAMENTO DE FRUTAS E HORTALIÇAS			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
64 horas	16 horas	80 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as atividades e processos comumente utilizados em agroindústrias que utilizam matérias-primas de origem vegetal; • Conhecer as características, tecnologias de processamento, conservação e aproveitamento de resíduos de frutas, hortaliças, grãos e cereais. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Pós-colheita de frutas e hortaliças: Métodos de colheita, transporte e qualidade pós-colheita de vegetais; • Princípios de conservação de frutas e hortaliças: Branqueamento, pasteurização, esterilização, apertização, conservação por adição de açúcar, desidratação, resfriamento, congelamento e acidificação; • Introdução à tecnologia de frutas e hortaliças; • Classificação, composição química e propriedades das matérias-primas; • Tecnologia para o processamento mínimo de frutas e hortaliças; • Processamento de frutas e hortaliças para a produção de: polpas e néctares de frutas, geleias e doces de frutas, frutas saturadas com açúcares, frutas e hortaliças desidratadas, produtos fermentados, produtos processados de frutas e hortaliças. 			
Bibliografias Recomendadas			
Básicas			
ALMEIDA, M.E.M. <i>et al.</i> Processamento de Compotas, Doces em Massa e Geleias: Fundamentos Básicos . Campinas: ITAL/FRUTHOTEC, 1999.			
CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. C. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio , 2. ed., Viçosa: Editora UFV, 2005.			
EVANGELISTA, J. Alimentos: um estudo abrangente . Ed. Atheneu, 2000.			
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . Ed. Atheneu, 2005.			
FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos . Ed. Artmed, 2006.			
SILVA, C. A. B.; FERNANDES, A. R. Projetos de empreendimentos agroindustriais . Viçosa: UFV, 2003.			
JACKIX, M.H. Doces, Geleias e Frutas em calda . Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Ícone, 1988.			
LIMA, U. A. Matérias-primas dos alimentos . 1. ed. Ed. Edgar Blucher, 2010.			
MORETTI, C. L. Hortaliças Minimamente Processadas . 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.			
CALIL, R.; AGUIAR, J. Aditivos nos Alimentos . São Paulo: R M Calil, 1999.			
OETTERER, M.; D'ARCE, M. A.B.R.; SPOTO, M.H. Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos . Barueri-SP: Manole, 2006.			
ORDONEZ, J. Tecnologia de alimentos . Componentes dos Alimentos e processos. V.1. 1. ed., São Paulo: Artmed, 2005.			
Componente: TECNOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			

- Compreender os processos envolvidos na conservação de alimentos;
- Conhecer os métodos de pré-processamento e processamento dos alimentos através do estudo de operações físicas unitárias;
- Conhecer os diferentes materiais de embalagens, bem como suas propriedades e aplicações;
- Planejar, avaliar e monitorar o processo de conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais;
- Adotar medidas de prevenção de alterações na matéria-prima e produtos agroindustriais.

Ementa

- Introdução à microbiologia dos alimentos;
- Operações básicas do processamento de alimentos;
- Princípios gerais de conservação de alimentos;
- Conservação de alimento pelo frio;
- Desidratação e concentração de alimentos;
- Conservação de alimento pelo uso de calor;
- Novas tecnologias não-térmicas na conservação de alimentos;
- Fermentação;
- Defumação e salga;
- Adição de substâncias químicas;
- Agentes antimicrobianos naturais;
- Embalagens;
- Atmosfera modificada;
- Métodos combinados.

Bibliografias Recomendadas

Básicas

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Atheneu. 2005.

GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de alimentos**. São Paulo: Editora Nobel, 2002.

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática**. Tradutor Florencia Cladera Oliveira et al. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Complementares

ORDÓNEZ, J. A. P. et al. **Tecnologia de Alimentos: Componentes dos Alimentos e Processos**. v.1, São Paulo: Artmed, 2005.

LIMA, U. A.; AQUARONE, E.; BORZANI, W. **Biotecnologia: Tecnologia das Fermentações**. São Paulo: Editora Edgar Blücher Ltda., v.1, 1975.

VASCONCELOS, M. A. S.; MELO FILHO, A. B. **Conservação de alimentos**. Recife: EDUFRPE, 2010.

Componente: TECNOLOGIA E PROCESSAMENTO DE OVOS E MEL			Módulo 2
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender sobre os processos científico-tecnológicos relativos à manipulação, conservação, transformação e armazenagem, para dos ovos, mel e derivados. • Conhecer a composição das matérias primas e suas propriedades tecnológicas; • Conhecer a inspeção industrial e sanitária de ovos, mel e derivados; • Avaliar os processos utilizados na manipulação, processamento e conservação de ovos, mel e derivados; • Identificar os padrões de identidade e qualidade de ovos, mel e derivados. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Conceito e importância do ovo e mel como alimento. Tecnologia de ovos e mel. Processos industriais: métodos de conservação, tratamento, processamento, envase, embalagens e comercialização. Estudo da legislação específica. Análise Físico-química do mel. 			
Bibliografias Recomendadas			

Básicas:

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. São Paulo: Manole, 2001.

ORDÓÑEZ, J. A. *et al.* **Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal**. V.2. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COUTO, R. H. N.; COUTO, L. A. **Apicultura: Manejo e produtos**. Jaboticabal: FUNEP, 1996.

Complementares:

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 5. ed. São Paulo: Varela, 2015.

MARCHINI, L. C.; SODRÉ, G. S.; MORETI, A. C. C. **Mel brasileiro: composição e normas**. Ribeirão Preto: A. S. Pinto, 2004.

MARCHINI, L. C.; SODRÉ, G. S.; MORETI, A. C. C. **Produtos apícolas: legislação brasileira**. Ribeirão Preto: A. S. Pinto, 2005.

Componente: ANÁLISE SENSORIAL			Módulo 3
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o histórico e desenvolvimento da tecnologia sensorial, os objetivos da análise sensorial e sua aplicação na indústria de alimentos; • Compreender os mecanismos de percepção dos sentidos gosto, olfato, audição e tato; • Entender a importância das propriedades sensoriais no processamento do alimento, na aceitação do mercado consumidor e sua relação com hábitos alimentares; • Planejar, demonstrar e empregar as metodologias de análise sensorial; • Selecionar, aplicar, analisar e interpretar os tipos de testes sensoriais. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • A importância da análise sensorial; • Fisiologia sensorial; • Princípios da percepção sensorial; • Propriedades sensoriais dos alimentos; • Fatores que afetam o julgamento sensorial; • Comitê de ética; • Condições da sala de testes sensoriais e utensílios; • Seleção e treinamento de julgadores; • Preparo e apresentação de amostras; • Avaliação sensorial; • Técnicas experimentais em análise sensorial; • Métodos sensoriais de análise de alimentos: Métodos de sensibilidade; Métodos discriminativos ou de diferença; Métodos descritivos; Métodos afetivos. • Teoria e prática sobre os principais testes sensoriais; • Correlação entre medidas sensoriais e instrumentais; • Análise estatística e interpretação dos resultados. 			
Bibliografias Recomendadas			
Básicas: ALMEIDA, T.C.A.; GULLERMO, H. D. E MARIA, A. Avanços em análise sensorial . São Paulo: Varela. 1999. FARIA, E.V.; YOTSUYANAGI, K. Técnicas de Análise Sensorial . 1. ed. Campinas: LAFISE/ITAL, 2002. DUTCOSKY, S. D. Análise sensorial de alimentos . 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2007.			
Complementares: CHAVES, J. B. P. Métodos de diferença em avaliação sensorial de alimentos e bebidas Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Imprensa Universitária, 2005. CECCHI, H. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos . Campinas: UNICAMP, 2003. MINIM, V. P. R. Análise Sensorial: Estudos com consumidores . Viçosa: Editora Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2012. QUEIROZ, M. I.; TREPTOW, R. O. Análise sensorial para avaliação da qualidade dos alimentos . Editora da FURG, 2006.			

Componente: GESTÃO DE PRODUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE			Módulo 3
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	

48 horas	12 horas	60 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os métodos de controle de qualidade no processamento de alimentos; • Detectar e corrigir desvios no processo produtivo; • Elaborar manual de boas práticas de fabricação; • Usar <i>Check List</i> e relatórios quantitativos de auditorias interna e externa; • Elaborar <i>layout</i> de estabelecimentos de processamento de alimentos em conformidade com preceitos de Boas Práticas de Fabricação; • Conhecer os tipos de produção existentes; • Adequar o <i>layout</i> ao tipo de produção mais adequado; • Dimensionar e definir estratégias de produção para as organizações; • Conhecer os aspectos relacionados ao planejamento e desenvolvimento de um produto. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico e importância da gestão da qualidade de alimentos; • Gestão da Qualidade Total (GQT): conceitos e ferramentas; • Sistemas da qualidade para alimentos: 5S e 6-Sigma; • Normas de garantia da qualidade para alimentos: NBR ISO série 9000; • Amostragem estatística: planos de amostragem por atributos e por variáveis; • Técnicas de apresentação de cartas de controle; • Desenvolvimento da Função Qualidade (QFD); • Normas vigentes de qualidade e as certificadoras; • História da produção. Estratégia de Produção; • Tipos de Produção e Fabricação; • Layout; • Capacidade de Produção; • Planejamento e desenvolvimento de produto. 			
Bibliografias Recomendadas			
<p>Básicas:</p> <p>GIORDANO, J. C. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. 2. ed. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS - SBCTA, 2007.</p> <p>LOPES, E. Guia para Elaboração dos Procedimentos Operacionais padronizados exigidos pela RDC nº 275 da ANVISA. São Paulo: Varela, 2004.</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.</p> <p>CHIAVENATO, I. Gestão da Produção: uma abordagem introdutória. 3. ed. Manole, 2014.</p> <p>Complementares:</p> <p>EPPRECH, E. K.; COSTA, A. F. B.; CARPINETTI, L. C. R. Controle Estatístico de Qualidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>CARVALHO, M. M. P.; PACHECO, E. Gestão da Qualidade: Teoria e Casos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>CORRÊA, H. L. <i>et al.</i> Planejamento, programação e controle da produção. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>LACATOS, E. Apostila de Teoria Geral da Produção (TGA) Compilada e Adaptada. 2000.</p> <p>GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração da produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.</p>			

Componente: GESTÃO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL			Módulo 3
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
16 horas	4 horas	20 horas	
Competências e Habilidades			

- Compreender os principais conceitos de gestão e os sistemas de gestão ambiental.
- Conhecer os problemas ambientais, suas causas e consequências na vida presente e nas gerações futuras;
- Entender a legislação ambiental como instrumento orientador para exploração dos recursos naturais.

Ementa

- Sistema de Gestão Ambiental - Introdução, objetivos e finalidades; Fundamentos Básicos da Gestão Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente: Objeto, Objetivos, Princípio, e Padrões de Qualidade. Educação ambiental e Gestão Ambiental no meio rural e as relações da sociedade com a natureza. Legislação ambiental: Estatuto da Terra; Leis, Decretos e resoluções afins.

Bibliografias Recomendadas

Básicas:

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Malheiros, 2007.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Complementares

AQUINO, A. R. **Análise de sistema de gestão ambiental**. 1. ed. THEX Editora, 2008.

BARBIERI, J. C.; **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. Ed. Saraiva, 2004.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente: PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS			Módulo 3
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
64 horas	16 horas	80 horas	
Competências e Habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os processos de obtenção higiênica do leite; • Realizar análises da matéria-prima; • Compreender sobre os tratamentos aplicados ao leite; • Manusear com eficiência os equipamentos utilizados na produção agroindustrial; • Conhecer as etapas produtivas de industrialização do leite e seus derivados, com vistas à análise e avaliação da qualidade e do desempenho tecnológico. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Composição química e nutricionais do leite e seus derivados; • Análises físico-químicas e microbiológicas do leite e seus derivados; • Obtenção higiênica e recepção do leite; • Processamento de leite e seus derivados; • Aproveitamento e processamento do soro de leite; • Embalagem e estocagem. 			
Bibliografias Recomendadas			
Básicas ORDÓÑEZ, J. A., Tecnologia de alimentos . v.2: Alimentos de origem animal, Editora Artmed, 2005. MONTEIRO, A. A., PIRES, A. C. S., ARAÚJO, E. A. Tecnologia de Produção de Derivados do Leite - Série Didática. Viçosa: UFV, 2011. BOBBIO, P. A.; BOBBIO, F. O. Química do Processamento de Alimentos . São Paulo: Livraria Varela, 2001.			
Complementares ORDÓÑEZ, J. A. P. et al. Tecnologia de Alimentos: Componentes dos Alimentos e Processos .v..1, São Paulo: Artmed, 2005. TRONCO, V. M. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite Editora UFSM, 2003. PEREIRA, D. B. C.; SILVA, P. H. F.; JÚNIOR, L. C. G. C; OLIVEIRA, L. L. Físico-química do leite e derivados: Métodos analíticos . 2001.			

Componente: PROCESSAMENTO DE RAÍZES, CEREAIS E TUBÉRCULOS			Módulo 3
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
64 horas	16 horas	80 horas	
Competências e Habilidades			

- Compreender os aspectos gerais relativos à composição química e o valor nutricional das massas alimentícias, visando a preservação de seus nutrientes;
- Analisar os métodos de preparo de massas alimentícias e seus usos respectivos, mediante estudo de literatura técnica especializada, com vistas a proceder ao embasamento teórico referente ao sistema de produção de massas alimentícias;
- Identificar os diferentes tipos de massa, e/ou formatos e sua composição, mediante estudo de literatura técnica, exercícios práticos, situações problemas, visando obter ganho com a produtividade, qualidade e comercialização;
- Realizar experimentos de preparo de massas diversas, visando obter ganhos na produtividade, qualidade e comercialização.

Ementa

- Composição química, armazenamento, beneficiamento e moagem de grãos, raízes e tubérculos até farinhas;
- Estruturas dos grãos e influência no processamento e produto final;
- Tecnologia e processamento de: café, arroz, trigo, milho, aveia, batata e mandioca;
- Panificação: Sistemas de panificação; formação da massa, fermentação, moldagem, maturação e cozimento; retrogradação; aditivos utilizados na panificação; qualidade da farinha de trigo para panificação;
- Processamento de alimentos panificáveis, massas e produtos de confeitaria;
- Técnicas de embalagens e conservação para panificáveis;
- Fluxogramas de produção, etapas produtivas, equipamentos utilizados, técnicas adequadas de seleção, armazenamento, aproveitamento, higienização e preparo de produtos;
- Legislação pertinente.

Bibliografias Recomendadas

Básicas:

FRANCO, C. M. L. *et al.* **Propriedades gerais do amido**. Séries: Culturas de Tuberosas Amiláceas Latino Americanas. São Paulo: Fundação Cargill. v. 1, 2001.

CIACCO, C. F.; CHANG, Y. K. **Como fazer massas**. São Paulo: Ícone, 1986.

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. Ed. Atheneu. 2003.

Complementares:

PUZZI, D. **Abastecimento e armazenagem de grãos**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2000.

CAUVAIN, S. P.; YOUNG, L. S. **Tecnologia da Panificação**. 2. ed. Manole, 2009.

MORETTO, E.; FETT, R. **Processamento e Análise de Biscoitos**. 1. ed. Varela, 1999.

CALVEL, R. **Tecnologia e prática da panificação**. Fortaleza: J. Macedo S. A., 1987.

BINAGRI. **Bibliografia: armazenamento e processamento de cereais (arroz, trigo, aveia, cevada, milho)**, 1979.

GUIMARÃES M, K. **Crédito rural: enfoque da política agrária brasileira**. Nobel, 1974.

CPT- Centro de Produções Técnicas. **Curso básico de panificação**. Viçosa- MG: CPT, 2006.

SEBESS, M. **Técnicas de Confeitaria Profissional**. SENAC, 2008.

FARROW, J. **Chocolate – Receitas Doces e Salgadas**. MANOLE, 2005.

GISSLEN, W. **Professional Baking**. JOHN WILEY AND SONS, 2000.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária em Alimentos**. VARELA, 2001.

MORETTO, E.; FETT, R. **Processamento e Análise de Biscoitos**. 1. ed. Varela, 1999.

CALVEL, R. **Tecnologia e prática da panificação**. Fortaleza: J. Macedo S. A., 1987.

Componente: PROJETOS AGROINDUSTRIAIS

Carga Horária

EaD	Presencial	Total	Módulo 3
48 horas	12 horas	60 horas	

Competências e Habilidades

- Obter conhecimentos básicos de planejamento, classificação e registro de agroindústrias; Instalações e equipamentos para indústria de pescado e derivados;
- Compreender as características do mercado e organização da cadeia produtiva, bem como, os requisitos básicos para a implantação de uma agroindústria;
- Conhecer requisitos para implantação de uma agroindústria: recomendações para construção das edificações;
- Identificar os principais estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal e vegetal.

Ementa

- Instalações e equipamentos para indústria de processamento de frutas e hortaliças;
- Instalações e equipamentos para indústria de panificação;
- Projetos de Instalações para processamento de grãos/sementes;
- Dimensionamento de sistemas de secagem;
- Aspectos econômicos e legais de instalações de unidades agroindustriais;
- Critérios técnicos na implantação de unidades agroindustriais e infraestrutura;
- Elaboração de projetos agroindustriais e unidades de conservação;
- Armazenagem. qualidade da matéria-prima e da Ração.

Referências Bibliográficas

Básicas:

BLIGH, E. G. **Seafood science and technology**. UK: Fishing News Books, 1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura, DIPOA. Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos. Portaria SDA nº 711, de 01 de novembro de 1995, **Diário Oficial da União**, 26 nov. 1995;

BRASIL. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Aprovado pelo decreto nº 30.691, de 29/03/52, alterado pelos decretos nº 1.255, de 25/06/62, nº 1.236, de 02/09/94, nº 1.812, de 08/02/96 e nº 2.244, de 04/06/97. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção I, p. 11555-11558, 5 jun. 1997^a

Complementares:

HIRSCHFELD, H. **Viabilidade técnico-econômica de empreendimentos: Roteiro completo de um projeto**. São Paulo: Atlas, 1993.

WEBER, V. **A Armazenamento Agrícola**. Kepler Weber Industrial, Porto Alegre, 1995.

UANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; SOUSA FILHO, H. **Metodologia para Estudo das Relações de Mercado em Sistemas Agroindustriais**. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2007.

Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Publicacoes%20Pas/B0666P.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALVARENGA, A.L.B.; ALVARENGA, M.B., GOMES, C.A.O., NETO FÉNELON, N. **Princípios das Boas Práticas de Fabricação – Requisitos para a Implementação de Agroindústria de Agricultores Familiares**. Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/20796439/Programa-de-agroindustrializacao-da-agricultura-familiar> Acesso em: 20 jan. 2022.

Componente: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)			Módulo 3
Carga Horária			
EaD	Presencial	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Competências e Habilidades			

<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. • Elaborar um diagnóstico situacional na área de alimentos com base na observação, investigação e reflexões críticas sobre o objeto de estudo. • Sistematizar os dados coletados na pesquisa durante a elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso, e posteriormente, apresentar os resultados da aplicação da proposta de intervenção naquela realidade com a supervisão de um professor orientador. • Orientar os estudantes na elaboração e execução de projetos de pesquisas para publicação dos resultados.
Ementa
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia Científica: Normas da ABNT e redação científica. • Orientação e elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso; • Fundamentos teóricos e metodológicos da Ciência e do Conhecimento; • Delineamentos da pesquisa.
Bibliografias Recomendadas
<p>Básicas: NERY, J. R. C.; BORGES, M. L. T. Orientações técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos. Macapá: UNIFAP, 2005. FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas. 7. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. ALMEIDA, M. L. Como elaborar Monografias. 2 ed. Belém: Cejup, 1991.</p> <p>Complementares: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Mccrawhil, 1986. CARVALHO, M. C. (org.) Construindo o Saber. Técnicas de Metodologia Científica. Campinas: Pípirus, 1988.</p>

8.4 TERMINALIDADES – SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

A Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Alimentos EAD, não prevê terminalidades intermediárias.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, o estudante deverá elaborar, desenvolver e apresentar um projeto com os resultados de um trabalho de intervenção na área de alimentos, podendo ser executado sob a orientação de um servidor do IFRR, na própria instituição, em instituições parceiras e na comunidade.

O acompanhamento das construções teórico-práticas do estudante ficará sob a responsabilidade do professor de TCC e do professor orientador.

A apresentação oral do TCC deve ser realizada perante banca examinadora. Será aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por meio da avaliação da média das notas da banca examinadora.

Para a conclusão do TCC, o estudante deverá entregar uma via digital do relatório final conforme as normas preconizadas pela ABNT, devidamente assinada pelos autores à coordenação de curso.

10 PRÁTICA PROFISSIONAL

O Curso Técnico em Alimentos Subsequente na Modalidade EaD fundamenta-se na base de conhecimentos científicos e tecnológicos compostos pela integração da educação básica, área diversificada e profissional, capaz de aperfeiçoar o aprendizado dos estudantes por meio de ações que estimulem o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à prática profissional.

A prática profissional será realizada em espaços formais e não-formais, conforme o planejamento proposto pelo professor de cada componente curricular. Dessa forma, o fortalecimento do processo de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes será oportunizado por meio de aulas práticas, garantindo a interação teoria e prática de forma contextualizada e integradas aos diferentes componentes curriculares previstos na matriz curricular deste Curso.

Com vistas a fortalecer ainda mais o processo de prática profissional integrada, também serão promovidas visitas técnicas. Por meio das quais será possível oportunizar ao estudante vivências e experiências práticas do mundo a partir da observação do cotidiano do processo de produção de alimentos em indústrias, produções da agricultura familiar, empresas rurais e cooperativas agroindustriais. Assim como, a observação das atividades administrativas e controle de qualidade como forma de adquirir habilidades específicas, construir e aplicar conhecimentos teóricos para as atividades do profissional em Alimentos.

Para o apoio da oferta de tais atividades, o IFRR/CNP disponibiliza uma estrutura de unidades de produção de alimentos e laboratórios, como os laboratórios de agroindústria, de processamento de leite e bromatologia. Estas estruturas propiciarão ao estudante a apropriação dos conhecimentos necessários à sua formação profissional, de modo a entender como dar-se-á os processos de seleção e aquisição de matérias-primas, processamento, higienização, armazenamento, boas práticas de fabricação, processos de planejamento e gerenciamento das unidades de produção, bem como do controle de qualidade por meio de análises microbiológicas, bromatológicas.

10.1 ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO

Conforme o Artigo 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, esta proposta não prevê estágio curricular obrigatório. Considera-se a articulação entre os conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos transversalmente ao longo do curso.

11 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCS)

O curso não prevê exigência mínima de carga horária para atividades acadêmicas-científico-culturais. No entanto, objetivando enriquecer o aprendizado, proporcionando novas vivências acadêmicas e a complementação de conhecimentos, apesar de facultativo, o estudante será estimulado a participar de atividades complementares nas áreas de ensino, pesquisa e/ou extensão, tais como: cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras, dias de campo, visitas técnicas, realização de estágios não curriculares e outras atividades. É facultado ao estudante optar pela realização do estágio profissional supervisionado objetivando o aperfeiçoamento da prática profissional, e/ou desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. Ao optar pela realização do estágio, o estudante deverá:

- Apresentar devida preenchida a ficha de Avaliação final do Supervisor na Empresa/Instituição/Propriedade Produtiva Privada;
- Preencher o relatório de autoavaliação do Estagiário, conforme modelo institucional;
- Preencher as fichas de frequências, assinadas pelo Supervisor na Empresa/Instituição/Propriedade Produtiva Privada.

Para conclusão do estágio supervisionado, o estudante deverá entregar o relatório final à Coordenação de Curso contendo as atividades realizadas e as competências desenvolvidas.

Caso o estudante possua tempo de prática profissional para solicitar aproveitamento das atividades de Estágio, poderá fazê-lo seguindo os trâmites definidos nos atos normativos emitidos pelo *Campus*. O aproveitamento poderá ser de até 60% (oitenta por cento) da carga horária total do Estágio. Ressaltando que os procedimentos relativos ao Estágio Profissional serão realizados conforme preconiza a legislação vigente.

12 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

A proposta pedagógica do Curso Técnico em Alimentos Subsequente está organizada em módulos que favorecem a prática da interdisciplinaridade através da integração da educação básica tecnológica com a área diversificada e profissional. Tal concepção curricular possibilita a articulação dos conhecimentos científicos com o mundo do trabalho, de modo a possibilitar a consolidação do pensamento tecnológico crítico com a capacidade de intervir em situações concretas.

Assim, o Curso está estruturado de forma integrada e com base nas especificidades da região, com conhecimentos do ensino médio e educação profissional, traduzidos em conteúdo de estreita articulação com o curso e elementos expressivos para a integração curricular. Tais conhecimentos, são essenciais para apreensão dos conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão.

O currículo proposto é flexível e integrador, uma vez que, em sua organização possibilita diálogos entre as diversas áreas de conhecimento e o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem contextualizado, com vista a oportunizar ao estudante sua formação profissional crítica, pautada nos valores éticos e morais.

12.1 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Para atingir o perfil do egresso do Curso Técnico Subsequente em Alimentos na modalidade de Educação a Distância, serão utilizadas estratégias pedagógicas que buscam formar um ambiente de cooperação para facilitar a aprendizagem. Dentre elas estão:

- Aulas presenciais;
- Aulas práticas;
- Estudos de texto;
- Estudos de caso;
- Resumos;
- Mapas conceituais;
- Estudos dirigidos;
- Listas de discussão por meios informatizados;
- Filmes;
- Uso de tecnologias de informática;
- Soluções de problemas;
- Resolução de exercícios;
- Grupos de Trabalho (GT)/Seminários;
- Visitas técnicas;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A seleção das estratégias deve estar atrelada às características do componente curricular prevista no plano de ensino, com vistas a favorecer a interação teoria e prática.

13 ATIVIDADES A DISTÂNCIA

A educação a distância é uma das modalidades de ensino presente nas instituições educacionais contemporâneas, uma vez que através da disponibilização de tecnologias de informação e comunicação possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas ou procedimentos metodológicos visando à aprendizagem significativa, aproximando o aluno da escola e proporcionando maior interatividade entre eles, incentivando-os, a participar, a colaborar, gerando autonomia.

Nesta perspectiva, o Curso Técnico em Alimentos – EaD tem como proposta o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas que possibilitem diversas aprendizagens resultantes da construção e reconstrução de conhecimentos balizados pelas dimensões teórica e prática da produção cultural e científica que a humanidade tem produzido historicamente.

Os diversos aspectos que permeiam o processo ensino - aprendizagem - a mediação por computador, videoconferência e materiais

didáticos digitais e impressos, empregando múltiplas combinações de linguagens e outros recursos tecnológicos e educacionais, contribuem para a mediação em todas as etapas da formação dos estudantes e não somente a transmissão de informações. Logo, a interação neste processo educacional dar-se-á, principalmente, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, com a utilização da Plataforma Moodle, dentre os recursos tecnológicos e educacionais está o ambiente ou espaço instrucional com fins didático-pedagógico, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem fomente a reflexão, discussão e interação entre os estudantes, professores e tutores a partir do estabelecimento de relações individual e coletiva, que norteie a construção do conhecimento. Então, elencamos alguns recursos que estarão presentes ao longo do curso, a saber:

- Metodologias ativas;
- Fórum de Discussão;
- Chat ou Bate-Papo;
- Biblioteca;
- Agenda;
- Visitas Técnicas;
- Aula síncrona;
- Questionários;
- Wiki;
- Atividades práticas;
- Outros.

Portanto, a Educação à Distância através do ambiente virtual de aprendizagem (AVA/Moodle), possibilita ao estudante o desenvolvimento de atividades/trabalhos, projetos individuais e coletivos, troca de experiências, construção de conhecimentos de forma interdisciplinar/transdisciplinar durante o seu percurso formativo. Para tanto, o processo ensino-aprendizagem se desenvolverá concomitante às modalidades a distância e presencial, em todos os componentes ofertados.

14 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, dar-se-á por meio do desenvolvimento dos projetos integradores e de pesquisa atrelados às atividades realizadas em sala de aula e nos diferentes ambientes de aprendizagem. Às atividades ou projetos integradores serão elaborados conforme o plano de ensino dos docentes com apoio e orientação da coordenação Pedagógica, contemplando: estudos de caso, proposição de problemas, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas e especialistas da área, visitas técnicas, atividades comunitárias, trabalho de campo, simulações de contextos e vivências em laboratório, entre outros. Vale ressaltar que essa articulação poderá ocorrer através da participação dos discentes nos editais institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Espera-se, por meio desta articulação, contribuir para a promoção do desenvolvimento local de forma contínua e sustentável, bem como, desenvolver um processo de ensino aprendizagem significativo.

15 APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente durante o processo de ensino-aprendizagem ocorrerá de forma contínua e durante a permanência do estudante na instituição com observações nos aspectos sócio- econômicos, objetivando a redução, da evasão, da desistência e da retenção. Esses atendimentos serão conduzidos pelos docentes, Coordenação de Cursos e Coordenação pedagógica que, conforme necessidade, encaminhará aos setores responsáveis. Dentre as ações de atendimento cita-se:

- Implantação de projetos de ensino, pesquisa e extensão como forma de incentivar os discentes no desenvolvimento ensino/aprendizagem;
- Desenvolvimento de programas de acolhimento aos alunos ingressantes, ou por transferência, viabilizando sua integração ao meio acadêmico;
- Inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Participação do discente no processo de autoavaliação institucional;
- Criação dos serviços de orientação profissional e vocacional;
- Incentivo a participação dos discentes em eventos institucionais;
- Atendimento médico e odontológico aos discentes;
- Oferta de bolsa de auxílio financeiro aos alunos com baixa renda familiar, devidamente comprovado e participação em edital;
- Apoio nas ações de assistência estudantil ofertadas pelo IFRR.

16 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) evoluíram para às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), onde o computador e a internet tornaram-se os instrumentos responsáveis por subsidiar o desenvolvimento das aulas ministradas na EaD mediado pelo professor, favorecendo a interatividade, potencializa a criatividade e a cooperação, ampliação do conhecimento e o aperfeiçoamento da comunicação. Dentre elas, cita-se:

- Computadores com acesso à internet disponíveis no laboratório de informática: incluindo as câmeras de vídeo e foto para computador ou webcams;
- Correio eletrônico (e-mail);
- Listas de discussão (mailing lists);
- Quadros de discussão (message boards);
- Streaming (fluxo contínuo de áudio e vídeo via internet);
- Streaming on-demand (transmissão sob demanda de áudio e vídeo via internet);
- Tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons: scanners, fotografia digital, vídeo digital, cinema digital (da

captação à exibição), som digital, TV;

- Tecnologias de acesso remoto (sem fio ou wireless): Wi-Fi, Bluetooth, RFID, EPVC;
- Memória USB;
- Biblioteca virtual.

17 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pelo Departamento de Ensino, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico, pela avaliação do desempenho do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos discentes matriculados nos Cursos Técnicos. Tal Conselho possui caráter temporário e ocasional, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática.

Constituirão o Conselho de Classe, além do Departamento de Ensino, todos os docentes da turma no período letivo em questão, Coordenação de Curso, Setor Pedagógico, Coordenação de Assistência ao Estudante e estudantes representantes ou líderes das turmas.

O Conselho de Classe, cuja finalidade é analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante, reunir-se-á semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando convocado pelo Departamento de Ensino, para tratar de assunto específico.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos discentes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de homologar, ou não, a média/nota final atribuída pelos docentes.

São atribuições do Conselho de Classe:

- Apresentar as dificuldades da turma com relação à aprendizagem, ao relacionamento docente e discente, ao relacionamento entre os próprios discentes e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- Despertar nos docentes e nos discentes o hábito de reflexão, de análise e de autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;
- Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

Os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe serão efetivados pela Diretoria/Departamento de Ensino que delegará aos setores competentes quando necessário.

Por solicitação da Coordenação de Curso, em função de assuntos específicos a serem tratados, o Conselho de Classe poderá ser convocado para reunir:

- Toda a turma de discentes;
- Com determinado grupo de discentes; ou
- Sem a presença dos discentes.

18 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O IFRR, *Campus* Novo Paraíso seguirá os procedimentos estabelecidos na Organização Didática vigente do IFRR.

A avaliação deve ser um processo contínuo, dinâmico, diagnóstico e formativo, focado na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante.

De acordo com a Organização Didática do IFRR vigente, os instrumentos da avaliação da aprendizagem EaD compreendem:

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem compreenderá a avaliação do desempenho e a verificação da assiduidade do estudante nas atividades presenciais e a distância.

São consideradas atividades a distância aquelas realizadas por meio de um ambiente virtual de aprendizagem institucional organizado para fins pedagógicos, utilizando-se de instrumentos pertinentes à prática pedagógica na modalidade EaD, desde que previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A avaliação dos estudantes nos cursos da EaD deverá considerar a verificação dos conteúdos, habilidades e competências e compor-se-á de método somatório:

- I- Das atividades/avaliações presenciais (AP), que deverão ter peso de 60% e;
- II- De atividades/avaliações a distância (AD), que deverão ter peso de 40% da nota final em cada componente curricular.

A média de aprovação em cada componente curricular resultará da soma do total de pontos obtidos nas avaliações presenciais (AP) com o total de pontos obtidos nas avaliações a distância (AD), cujo resultado deverá, para aprovação do estudante, ser igual ou superior a 6,0. A frequência é obrigatória, na forma da Lei, e será apurada por componente curricular em encontro presencial, conforme disposto neste documento.

Para ser aprovado, o estudante deverá, também, apresentar frequência igual ou superior a 75% no componente curricular.

Para efeito de registro no Diário de Classe, será considerada a carga horária dos encontros presenciais acompanhados pelo professor bem como das atividades desenvolvidas no AVA/Moodle.

Para efeito de frequência, computam-se as atividades presenciais em que o estudante esteve no polo ao qual sua matrícula está vinculada e a sua participação/realização das atividades a distância.

Entende-se por atividades presenciais as agendadas/solicitadas pelo professor do componente curricular e desenvolvidas no polo de apoio presencial, sob orientação do professor e/ou do tutor presencial, que registrará a presença do estudante por meio de lista ou de chamada, devidamente registradas no diário.

Quanto às atividades extraclasse, solicitadas pelo professor, como visitas, aula - campo, dentre outras, também serão registradas e computadas como cálculo de frequência.

Entende-se por atividades a distância aquelas desenvolvidas por meio de ambiente virtual de aprendizagem.

As avaliações corrigidas deverão ser disponibilizadas aos estudantes no polo ou no ambiente virtual até sete dias após sua realização, a fim de possibilitar apreciação, discussão ou reclamação dos resultados.

Para todos os efeitos, considerar-se-á avaliação como sendo toda estratégia didático-pedagógica, aplicada no processo de aprendizagem prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular.

A avaliação do conhecimento adquirido pelo estudante, tanto no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) quanto nos encontros presenciais, poderá ser realizada por meio da combinação de no mínimo 02 (dois) e máximo 04 (cinco) dos seguintes instrumentos:

- I- Elaboração de portfólio;
- II- II - Memorial;
- III- Testes escritos;
- IV- Questionários;
- V- Seminários;
- VI- Visitas técnicas;
- VII- Elaboração de projetos;
- VIII- Atividades práticas;
- IX- Relatórios;
- X- Fóruns e outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica na modalidade EaD.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor, bem como o Plano de Ensino do componente curricular, deverão, obrigatoriamente, ser explicitados aos estudantes, na aula inicial do componente curricular.

A avaliação dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas deve considerar seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer, e deve contribuir para o crescimento e a autonomia desses estudantes.

Na avaliação dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, o IFRR oferecerá adaptações de instrumentos de avaliações e o apoio necessário, inclusive tempo adicional, para a realização de provas, previamente solicitadas pelo estudante, conforme as características da deficiência ou outra Necessidade Educacional Específica.

Os professores deverão entregar uma cópia impressa e assinada dos diários de classe devidamente preenchidos (conteúdos lecionados, frequência e resultado final), sem rasuras, à Coordenação de Curso, em até 10 (dez) dias, dentro do prazo previsto no cronograma de Curso/componente, tendo o mesmo prazo para lançamento das respectivas informações no Sistema de Registro Acadêmico.

18.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

§ 1º Os docentes também levarão em consideração no processo de avaliação da aprendizagem do estudante, além do conhecimento específico, os seguintes aspectos:

- I- Comportamento;
- II- Assiduidade e pontualidade;
- III- Proatividade;
- IV- Valores morais e éticos;
- V- Espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

Desta forma, a verificação da aprendizagem do Curso Técnico em Alimentos, ofertado na forma modular, será realizada levando em consideração as habilidades e atitudes desenvolvidas pelos discentes durante o processo formativo através da realização das atividades avaliativas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, como também por meio das atividades avaliativas e assiduidade nos encontros presenciais de todos os componentes curriculares, obedecendo aos critérios de avaliação, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios de avaliação da aprendizagem do Curso Técnico Subsequente em Alimentos.

Processo	Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio
Avaliação da Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, sendo admitida uma casa decimal. - Se por falta de comparecimento do discente tanto no desenvolvimento das atividades avaliativas do Ambiente Virtual de Aprendizagem quanto nas atividades avaliativas presenciais nos polos, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será atribuída nota 0,0 (zero). - No mínimo dois e no máximo cinco instrumentos avaliativos diferentes entre si em cada componente curricular, sendo um desses instrumentos a (s) avaliação (ões) presencial (ais), tais como: I- Elaboração de portfólio; II- Memorial; III- Testes escritos; IV- Questionários; V- Seminários; VI- Visitas técnicas; VII- Elaboração de projetos; VIII- Atividades práticas; IX- Relatórios; X- Fóruns e outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica na modalidade EaD.
Verificação da Aprendizagem pelo docente	<ul style="list-style-type: none"> - A nota de cada componente curricular será a média aritmética de todas as avaliações aplicadas durante o módulo, Art. 64. Para os cursos organizados em Regime Modular, a média do componente curricular no módulo (MM) consistirá na média aritmética resultante da soma das avaliações, Avaliação 1 (N1) e Avaliação 2 (N2). $MM = \frac{N1 + N2}{2}$ 1º Para constituir cada avaliação (N1 e N2), o docente deve utilizar entre 01 (um) a 04 (quatro) elementos avaliativos diferentes entre si, ficando a seu critério como cada avaliação será constituída.

Recuperação	<ul style="list-style-type: none"> - Os campi do IFRR, mediante diagnóstico das dificuldades de aprendizagem, constatadas por meio de avaliações e dos registros individuais deverão oferecer recuperação, na conformidade da Lei nº. 9.394/96 e da Organização Didática vigente- Nos cursos em EaD, deve-se garantir oportunidades de recuperação paralela para os estudantes que não atingirem a média básica para aprovação. - Ficará a critério do professor indicar ao estudante atividades pelo AVA/Moodle, para complementar as notas de avaliações paralelas. - Caso o discente faça Avaliação de recuperação, a Nota do(s) componente(s) curricular(es), pós recuperação, será a Nota da Recuperação, desde que essa nota seja superior. - O estudante que, mesmo com o acompanhamento do professor ao longo do componente curricular, não atingir a média para aprovação, fará no término do componente o Exame Presencial Final (EPF).
Verificação da Aprendizagem pela Coordenação de Curso	<ul style="list-style-type: none"> - Será considerado aprovado por média o discente que obtiver nota modular igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% do total de carga horária em cada componente curricular. - Será considerado reprovado por nota o discente que obtiver média modular menor que 4,0 (quatro) em 3 (três) ou mais componentes curriculares e, por frequência, quando esta for menor que 75% do total de carga horária em cada módulo. - A frequência das atividades em EaD está condicionada a participação e entrega das atividades.
Exame Final	<p>I- O Exame Presencial Final deverá ser elaborado de forma que seja feita uma verificação de conteúdo, habilidades e competências bastante abrangente, contendo questionamentos sobre todos os temas que compõem a ementa do componente curricular;</p> <p>II- A pontuação do exame final será atribuída conforme o percentual total das avaliações presenciais;</p> <p>III- Para a definição da média final no componente curricular, deverá prevalecer a maior nota obtida, a partir da somatória das avaliações presenciais (60%) e a distância (40%);</p> <p>IV- Estará aprovado no componente o estudante que obtiver média anual ou média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária da série/módulo.</p> <p>V- Terá direito a participar da recuperação final o estudante que tenha obtido frequência igual ou superior a 75% nas atividades indicadas pelo professor no Plano de Ensino.</p>
Dependência	<ul style="list-style-type: none"> - Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência, a ser definido em edital pelas unidades responsáveis pela oferta dos componentes/atividades curriculares. - O processo avaliativo do componente curricular em reoferta será semelhante ou o mesmo dos componentes curriculares regulares. - O estudante cursará os componentes em reoferta concomitantemente aos componentes curriculares do módulo subsequente.

Para efeito de frequência, computar-se-ão os momentos presenciais nos Polos de Educação a Distância e as atividades realizadas no AVA/Moodle.

Quando da realização de avaliações escritas, essas deverão ser corrigidas e devolvidas aos discentes, após a sua realização, a fim de possibilitar apreciação, discussão ou reclamação dos resultados.

Ao docente compete, antes de cada avaliação, apresentar aos discentes o conteúdo a ser avaliado, bem como, ao final do componente curricular, enviar por e-mail à Coordenação de Cursos, o diário de classe devidamente preenchido via Sistema Suap, o relatório de notas, faltas e conteúdos conforme estabelecido no estabelecido no Calendário Escolar.

18.2 DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM SEGUNDA CHAMADA

É direito do estudante ter acesso à segunda chamada das avaliações da aprendizagem, desde que solicite à Coordenação de Curso, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente e mediante a apresentação dos documentos justificativos, abaixo especificados:

- I- Atestado médico, comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II- Declaração de corporação militar, comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III- Declaração da Direção de Ensino do *Campus*, comprovando que o estudante estava representando o IFRR em atividade artística, cultural ou esportiva;
- IV- Ordem Judicial;
- V- Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;

VI- Dificuldades comprovadas de acesso ao polo de ensino;

VII- Problemas no acesso às atividades EaD quando comprovados problemas de energia elétrica e acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;

VIII- exercício da liberdade de consciência e de crença, mediante prévio e motivado requerimento.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem em segunda chamada dependerá da análise do requerimento pela Coordenação de Curso e pelo docente do componente curricular, que dispõem de 72 horas, após a notificação ao docente, para emitirem parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao docente do componente curricular elaborar e aplicar o instrumento de avaliação da aprendizagem em segunda chamada, no prazo máximo de 8 (oito) dias do deferimento do pedido.

Os documentos apresentados não abonarão as faltas do estudante nos períodos indicados, mas lhe darão o direito de realizar as atividades avaliativas que porventura forem aplicadas durante seu afastamento.

18.3 DA REVISÃO DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão da avaliação.

A solicitação de revisão de avaliação deverá ser feita em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da atividade avaliativa à Coordenação de Curso, por meio de abertura de chamado via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), anexando a cópia da avaliação, bem como as justificativas em que se funda o estudante para fins de demonstrar o erro de correção ou de interpretação, no intuito de comprovar os fundamentos para provimento do pedido.

A Coordenação de Curso indicará banca composta por três servidores: 01 (um) representante do setor Pedagógico, 02 (dois) docentes (pelo menos um da área), para proceder a revisão da avaliação.

A Coordenação de Curso comunicará o resultado ao estudante e encaminhará o resultado ao docente do componente curricular que fará as correções, quando for o caso.

18.4 APROVEITAMENTO DO CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Este curso prevê aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior, poderá incidir no Aproveitamento conforme calendário da Instituição.

O estudante poderá requerer aproveitamento de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso.

Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;

O estudante poderá solicitar a certificação de conhecimentos e experiências anteriores, desde que estes estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do Curso Técnico Subsequente em Alimentos, adquiridos em cursos reconhecidos em processos formais de certificação.

18.5 AVALIAÇÃO DO CURSO

Para a avaliação global de desempenho do Curso Técnico em Alimentos EaD serão considerados os seguintes indicadores:

- Número de cursistas formados;
- Índice médio de evasão;
- Média de desempenho dos estudantes;
- Grau de aceitação dos egressos do curso.

Ademais, a avaliação do curso visa estabelecer a melhor sintonia entre o IFRR-CNP e o ambiente socioeconômico do setor de alimentos.

Após o término de cada módulo, os discentes responderão a um questionário que terá como objetivo obter informações sobre o funcionamento do Curso, por meio da avaliação da eficiência e eficácia do processo de ensino e aprendizagem, em cumprimento à Organização Didática do IFRR, quando trata da avaliação da aprendizagem, considerando o sistema polidimensional, neste caso, incluindo as dimensões:

Avaliação das estratégias de ensino (visa identificar e diagnosticar o desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do discente);

Avaliação do desempenho docente (objetiva assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho docente, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso).

18.6 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

Com base nas novas exigências do mundo do trabalho e pelas transformações sociais e científicas, é notável a necessidade do monitoramento e avaliação das ações contempladas na Proposta Pedagógica do Curso Técnico Subsequente em Alimentos. Essa avaliação deverá envolver os professores, estudantes e gestores, sendo os procedimentos da avaliação distribuídos da seguinte forma:

I- Na avaliação do corpo discente sobre o curso, os estudantes terão que observar a relação teoria e prática no contexto das disciplinas ministradas conforme Proposta Pedagógica do Curso, no que concerne a carga horária, conteúdo curricular, procedimentos metodológicos, bem como os aspectos relacionados à infraestrutura e relações professor - aluno e gestão. Os instrumentos utilizados na avaliação da proposta pedagógica do curso serão elaborados pela coordenação de curso e coordenação pedagógica;

II- Na avaliação do corpo docente, deve se priorizar as condições de oferta dos componentes curriculares, verificando se é possível atender os objetivos da aprendizagem previstos no PPC, além das identificações de deficiências e potencialidades; estabelecimento de novos objetivos e metodologias; adequação das instalações para o desenvolvimento das atividades previstas na Proposta Pedagógica do Curso.

18.7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) instituída com base no Art. 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, como integrante do SINAES, com objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta, permanentemente aumentar a sua eficácia institucional, bem como a efetividade acadêmica e social, além de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais.

Além dessa, a CPA tem a finalidade de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A avaliação conduzida pela CPA subsidiará o credenciamento e credenciamento do IFRR, bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

19 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 3 - Corpo docente vinculado ao curso e da equipe técnico-pedagógica.

FORMAÇÃO GERAL	REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	DOCTOR	MESTRE
Engenharia de Alimentos	40DE	2	-	2
Tecnologia de Alimentos	40 DE	2	1	1
Farmácia	40 DE	1	1	
Zootecnia	40DE	4	3	1
Química	40DE	3	2	1
Agronomia	40DE	6	5	1
Pedagogia	40DE	1	-	1
Medicina Veterinária	40DE	1	-	1
Matemática	40DE	3	-	3
Língua Portuguesa/Inglês	40DE	1	-	1
Língua Portuguesa/Espanhola	40DE	1	-	1
Língua Portuguesa	40DE	2	1	1
Informática	40DE	1	-	1
História	40DE	1	-	1
Engenharia de Pesca	40DE	1	-	1
Engenharia Agrícola	40DE	1	-	1
Ciências Sociais/Sociologia/Filosofia	40DE	1	-	1
Ciências Agrárias	40DE	1		1
Biologia	40DE	3	1	2

Quadro 4 - Quadro de técnicos administrativos.

APOIO TÉCNICO	QUANTIDADE
Administradora	01
Assistente de Aluno	03
Assistente de Laboratório	01
Assistente em Administração	10
Assistente Social	01
Auxiliar de Biblioteca	01
Auxiliar em administração	01
Bibliotecário - Documentalista	01
Economista	01
Enfermeiro	02
Pedagogo	02
Psicólogo	01
Técnico de Laboratório	01
Técnico em audiovisual	01
Técnico em Agropecuária	03
Técnico em Assuntos Educacionais	02
Técnico em Tecnologia da Informação	02

20 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Com vistas a garantir o atendimento às necessidades de execução deste curso, o *Campus* proporcionará as seguintes instalações:

- Ambientes Administrativos
- Salas de aulas climatizadas

- Biblioteca
- Banheiros
- Refeitório
- Sala de Professores
- Auditório/cinema
- Ginásio Poliesportivo
- Complexo de alojamento
- Laboratório de Informática
- Laboratório de Agroindústria
- Laboratório de Leite e derivados
- Laboratório de Microbiologia
- Laboratório didático (biologia e química)
- Laboratório de solos
- Laboratório de sementes
- Laboratório IFMaker
- Estufas experimentais
- Hortas e Jardins
- Aprisco
- Apiário
- Viveiros para produção de mudas
- Pastagens para pequenos e grandes animais
- Aviário
- Unidade Criadora de Suínos
- Setor de Piscicultura
- Campo Agrostológico
- Setor de fruticultura
- Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEAGRO)
- Departamento Técnico para auxiliar no manejo das máquinas e equipamentos necessários às atividades realizadas no campo.

Com o objetivo de dar suporte às atividades práticas do curso, as instalações didáticas contam com os seguintes equipamentos:

- Equipamentos de áudio e vídeo (Caixa amplificadora, televisores, data show e notebook);
- Fogão Industrial
- Defumador
- Embaladora à vácuo
- Seladora
- Mesa Inox
- Batedeiras
- Moedor de carne e embutidora
- Freezers e geladeiras
- Carrinhos para fermentação
- Cilindro para massas
- Forno turbo
- Forno doméstico
- Amassadeira rápida e lenta
- Liquidificador industrial
- Estufas com temperatura controlada
- Despolpadeira de frutas
- Tacho com camisa de vapor
- Refratômetros
- Tanque para produção de queijo
- logurteira
- Pasteurizador de placas
- Máquina de gelo
- Analisador de leite
- Microscópio
- Peagâmetro
- Autoclave
- Mufla
- Bloco digestor
- Destilador de nitrogênio
- Analisador de fibra
- Banho de ultrassom
- Extrator de lipídios
- Balanças

21 POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Conforme estabelece o Art. 6º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, será assegurado na Proposta Pedagógica do Curso Técnico Subsequente em Alimentos do *Campus* Novo Paraíso, o atendimento prioritário à pessoa com deficiência, conforme descrito abaixo:

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

- I- Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II- Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- III- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV- Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI- Sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no Art. 5º;
- VII- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VIII- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do Art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.
- IX- IX - A existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5o.

O *Campus* Novo Paraíso segue a Política Inclusiva do IFRR para garantir o acesso, a permanência e o êxito na formação dos estudantes, contando com o Núcleo de Apoio Pedagógico às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), além dos seguintes meios:

- Recursos didático-pedagógicos adequados e/ou adaptados à pessoa com deficiência;
- Acesso às dependências do *Campus*;
- Pessoal docente e técnico capacitado;
- Cursos de formação Continuada e parcerias.

22 DIPLOMA E CERTIFICADOS

De acordo com a resolução 493/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 12 de março de 2020 o IFRR expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o § 3º do art. 2º da Lei nº 11.892/2008 e emitirá certificados a estudantes concluintes de cursos e programas.

Após o cumprimento e aprovação em todos os componentes curriculares com frequência mínima de 75% o estudante concluinte obterá o diploma de Técnico em Alimentos.

23 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CEB n. 14/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CEB n. 11/2008**. Proposta de Instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 01/04**. Institui as Diretrizes para a organização e a realização de estágio de discente da Educação Profissional e do Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação Especial.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 01/05**. Atualiza a aplicação do DEC. 5.154 de 23/07/04.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 04/05**. Inclui novo dispositivo a Resolução CNE/CEB Nº. 01/05, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Ed. Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5154/04.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 02/05**. Modifica a redação do §3º do art. 5º da Resolução CNE/CEB N° 1/2004.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 03/99**. Institui as Diretrizes Nacionais para o funcionamento de Escolas Indígenas.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB n. 03/2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB n. 1, de 03 de abril de 2002**.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Lei nº 5.524 de 05/11/1968**. Regulamenta a profissão do Técnico Agrícola.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Portaria nº 3.156 de 28/05/1987**. Enquadramento do Técnico Agrícola como profissional liberal, conforme o plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, a que se refere o artigo nº 577 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

IBGE. **Censo agropecuário: resultados definitivos**. V. 8, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR – **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI**. Roraima, 2009.

MEC. **Caderno de subsídios: Referências para uma política nacional de Educação do Campo**, 2. ed. Brasília, 2005.

LOPES, FERREIRA LOPES. **Práticas de leitura e interdisciplinaridade: em busca de um caminho possível**. Disponível em: www.amigosdolivro.com.br

REDE de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. 1. ed. Série mais educação, Brasília: Ministério da Educação, 2009.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, Paris, p.503-515, 2009.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 19/07/2023 16:13:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 221760

Código de Autenticação: a7e14d01f3





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 750, de 24 de agosto de 2023.

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e considerando o constante no Processo n.º 23482.000188.2023-11 e a decisão do colegiado tomada na 87ª sessão plenária, realizada em 17 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art.1.º Aprovar, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/ *Campus* Boa Vista Zona Oeste, conforme anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista-RR, 24 de agosto de 2023

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA EAD**

BOA VISTA-RR

2023

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Solange Almeida Santos

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Rafaela Dos Santos Morgade

COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA EAD

Caio Felipe Fonseca do Nascimento

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

II DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

11. ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCS)

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ATIVIDADES DE TUTORIA

14. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO E INOVAÇÃO

15. APOIO AO DISCENTE

16. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TDICs NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

17. COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE-NDE

18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

19. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE

20. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

23. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

25. DIPLOMAÇÃO

26. REFERÊNCIAS

I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)

CNPJ: 10.839.508/0005-65

Eixos Tecnológicos de Atuação do *Campus*: Gestão e Negócios; e Produção Cultural e Design

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR / CEP: 69.318-000

Telefone (s): (95) 3194-2700

Site do *Campus*: <https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/>

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretor-Geral do *Campus*: Isaac Sutil da Silva

Diretora de Ensino do *Campus*: Rafaela dos Santos Morgade

Equipe de Elaboração do PPC: Portaria nº 1125/GAB-CBVZO/IFRR, de 20 de abril de 2023.

Aline Lima Soares da Costa

Alexandre Soares de Melo

Amarildo Ferreira Junior

Caio Felipe Fonseca do Nascimento

Elaine Ramires Pinto

Eunice Lima de Oliveira Barbosa

Fernanda Silva do Casal

Nielson Honorio Caires

Silvia Bernardo da Silva

II DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidade de oferta: Educação a distância – EaD

Local de Funcionamento: IFRR/ *Campus* Boa Vista Zona Oeste – Polos: Alto Alegre, Boa Vista, Cantá, Caroebe e São João da Baliza

Ano de Implantação: 2023

Número de vagas ofertadas: 180 (cento e oitenta) vagas

Carga Horária Total: 1.715 horas (mil setecentos e quinze horas)

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Tecnólogo em Gestão Pública

Proposta de aprovação:

Duração prevista: 2 (dois) anos e meio

Integralização curricular mínima e máxima: de 2 anos e 6 meses a 3 anos e 6 meses.

Forma de ingresso: Processo seletivo aberto ao público

Coordenador (a) do Curso: Caio Felipe Fonseca do Nascimento

Resoluções de Aprovação: XXXXXXXX

1. APRESENTAÇÃO

1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é originário da extinta Escola Técnica implantada, informalmente, em outubro de 1986. Na ocasião, inicia suas atividades em 1987 com ofertas de vagas nos cursos técnicos em Eletrotécnica, com 105 estudantes, e Edificações, com 70 estudantes.

Nesse ínterim, o Governo do então Território Federal de Roraima, por meio do Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988, cria a Escola Técnica de Roraima (ETRR). A ETRR teve autorização de funcionamento e reconhecimento com o Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação (CTE-RR), de 21 de dezembro de 1989, que aprova o seu Regimento Interno, as matrizes curriculares dos cursos por ela ministradas e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento Interno.

Por força da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR). A qual, em 1994, iniciou suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-território Federal de Roraima, incorporou ao seu patrimônio: rede física, materiais e equipamentos, além disso, absorveu todos os estudantes matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir dessa data, a ETFRR iniciou um programa de expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – ensino fundamental – 5ª a 8ª série (descontinuado a partir de 1996), Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 estudantes.

Em dezembro de 1994, por meio da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que passou a transformar as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Assim, a ETFRR foi, em 2002, transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, por meio do Decreto Federal de 13 de novembro. A transformação em CEFET-RR trouxe à comunidade o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Promove, nesta nova fase, a implantação de Unidades Descentralizadas (UNED's) em diversas unidades da federação. O CEFET-RR foi contemplado na fase I com a UNED Novo Paraíso, no município de Caracará, região sul do Estado.

As atividades pedagógicas na UNED Novo Paraíso tiveram início em agosto de 2007 com 172 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada com a presença *in loco* do Ministro da Educação Fernando Haddad.

Na fase II, o CEFET-RR foi contemplado com o *Campus* Amajari, localizado na região norte do Estado, município de Amajari. Iniciou suas atividades atendendo a 70 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agricultura, neste momento, funciona provisoriamente no espaço físico da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (Seed). Em setembro de 2012, o *Campus* Amajari foi oficialmente entregue à comunidade e, em dezembro de 2012, foi inaugurado pela presidenta da república em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologias, formados pela adesão das Universidades Agrícolas e dos CEFETs com suas UNEDs, assim, foi criado o IFRR com seus respectivos *Campi*. Em 2010 foi lançada a fase III do Plano de Expansão da Rede Federal e o IFRR foi contemplado com mais uma unidade, o CBVZO, no município de Boa Vista.

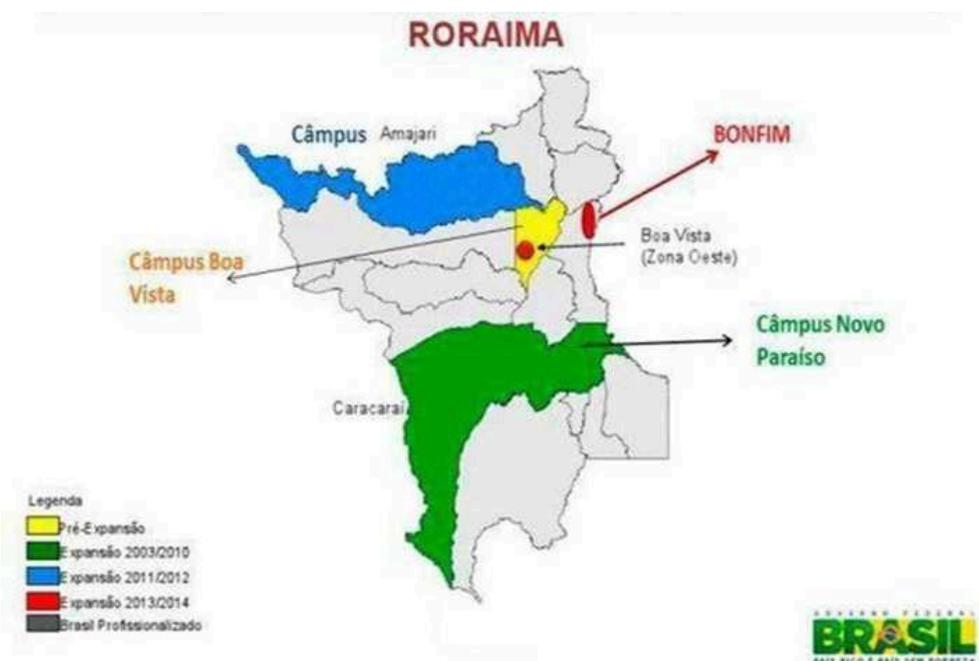
O IFRR é uma instituição autárquica integrante do Sistema Federal de Ensino, está vinculada ao Ministério de Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com sede e foro na cidade de Boa Vista e atuação no Estado de Roraima.

São objetivos da instituição: ministrar educação profissional, técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos de graduação; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e especialização e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado.

A oferta de cursos oferecidos pelos *campi* do IFRR está distribuída assim:

- a. No *Campus* Boa Vista são ofertados 11 (onze) cursos de graduação: 04 (quatro) cursos superiores de tecnologia (Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Gestão de Turismo); 07 (sete) cursos de licenciatura, dos quais 04 (quatro) são na modalidade presencial (Licenciatura Plena em Educação Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica), e 03 (três) são ofertados via Educação a Distância - EAD (Licenciatura em Letras e Espanhol, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática), atendendo a 08 (oito) polos situados nos municípios de Alto Alegre, Caracaraí, Rorainópolis, Amajari, São Luiz do Anauá, Pacaraima, Iracema e Boa Vista; 07 (sete) cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, sendo 02 (dois) na modalidade presencial: Pós-graduação em Gestão e Planejamento de Destinos Turísticos Sustentáveis e Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e 03 (três) são ofertados via EAD: Pós-graduação em Residência Jurídica, em parceria com o TJRR; Pós-graduação em Docência da Educação Física Escolar, Pós-graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (IFRR/IFES); cursos técnicos de nível médio integrados, e subsequentes.
- b. No *Campus* Novo Paraíso são ofertados 03 (três) cursos técnicos: Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária e Técnico em Aquicultura; 1 (um) curso superior: Bacharelado em Agronomia na modalidade presencial; 1 (um) curso de Pós-graduação em Agroecologia e Educação do Campo na modalidade presencial.
- c. No *Campus* Amajari são ofertados 02 (dois) cursos técnicos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio e Subsequente, e 01 (um) Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura.
- d. No CBVZO, localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, são ofertados 05 (cinco) cursos técnicos: sendo 03 (três) integrados ao ensino médio: Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Administração e Técnico em Comércio; e 02 (dois) na modalidade Subsequente: Técnico em Administração e Técnico em Publicidade; 01 (um) curso superior de tecnologia: Tecnologia em Gestão Pública e 01 (um) curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Empreendedora na modalidade na modalidade EaD.
- e. No *Campus* Avançado do Bonfim, localizado na região norte do estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, as atividades comerciais na região de fronteira com a Guiana Inglesa, ofertando 02 (dois) cursos técnicos na modalidade Subsequente: Técnico em Comércio Exterior e Técnico em Administração.
- f. O IFRR oferece 2 (dois) mestrados na modalidade acadêmicos e em associação, os quais são: mestrado acadêmico em Educação e em Agroecologia.

Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos *campi* do IFRR.



Fonte: Brasil, MEC/SETEC.

1.2 HISTÓRICO DO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

O CBVZO começou a ser implantado no dia 23 de outubro de 2012, por meio do DOU N °1.286. O desafio inicial foi o de estabelecer as condições necessárias e suficientes para a concepção, implantação e funcionamento do *Campus*.

Em decorrência da falta de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou inicialmente no Colégio Militarizado Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado de Educação. A criação do CBVZO possibilitaria à comunidade dessa região, cursos de formação profissional e atividades de promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para a inserção do trabalhador no processo produtivo e no contexto sociocultural.

Entre os anos de 2017 e 2018, o CBVZO funcionou, em parte, temporariamente no *Campus* Boa Vista, até a autorização de mudança para sua sede na Zona Oeste da cidade de Boa Vista em fevereiro de 2018. Atualmente, o CBVZO possui cursos dos Eixos Tecnológicos de Gestão e Negócios e de Produção Cultural e Design, sendo eles: Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Comércio e Técnico em Administração na forma Integrado ao Ensino Médio (integral), Técnico em Administração e em Publicidade na forma Subsequente (noturno), Proeja integrado ao Curso FIC de Assistente em Administração (noturno) e Superior de Tecnologia em Gestão Pública (noturno).

2. JUSTIFICATIVA

Em Roraima, a administração pública é a que mais contrata, seja de forma direta ou indiretamente, com serviços de empresas terceirizadas que realizam trabalho para o setor público. Em relação ao setor industrial, mesmo que esteja crescendo no Estado, ainda acontece de forma lenta e não oferece tantas oportunidades de contratação quanto ao serviço público.

O Estado carece de distritos industriais e empresas privadas, por isso a procura pela estabilidade do serviço público é cada vez mais crescente sendo a mais almejada pela população. Até mesmo os que não aspiram ao serviço público ou não fazem parte do quadro de funcionários municipais, estaduais ou federais, recebem o impacto da base econômica que move o Estado, já que, seja de forma direta ou indiretamente, com serviços de empresas terceirizadas realizam algum tipo de trabalho para o setor público.

Dessa forma, surge a necessidade de formar, capacitar ou até mesmo aperfeiçoar pessoas para atuarem no âmbito da Gestão Pública, a qual tem se tornado cada vez mais dinâmica e exigente, o que demanda uma administração pública voltada para resultados, que ofereça uma excelente qualidade nos serviços públicos. Devido a essa demanda, o CBVZO já tem no seu quadro de cursos o Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Comércio e Técnico em Administração, todos integrados ao Ensino Médio, pois a missão da Instituição visa "Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável". Desta forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade EaD, foi concebido de modo a se integrar ao desenvolvimento econômico, político, cultural e social dos locais de oferta, com o objetivo de contribuir para a formação de profissionais aptos a atuarem em instituições públicas, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, em instituições privadas que atendam à administração pública e em organizações do terceiro setor no planejamento, na implantação e no gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, contribuindo para a eficiência da gestão pública.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais aptos para atuar em todos os níveis e esferas da Administração Pública de maneira responsável, transparente e participativa, assim como em entidades privadas que demandem profissionais com estas características.

3.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar uma visão sistêmica e integrada da gestão pública;
- Planejar e executar projetos de gestão e serviços públicos;
- Utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e das novas tecnologias que viabilizem padrões de qualidade e produtividade exigidas na execução do trabalho;
- Gerir recursos públicos - financeiros, humanos, tecnológicos e materiais - aplicando conceitos e instrumentos de gestão orientados para resultados;
- Utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e das novas tecnologias que viabilizem padrões de qualidade e produtividade exigidas na execução do trabalho;
- Compreender os processos de contratação de produtos e serviços no setor público, considerando as tendências e transformações na gestão pública;
- Elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade;
- Desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na capacidade de tomar decisões dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do senso de compromisso com a sociedade;
- Analisar e avaliar projetos sociais evidenciando sua fundamentação e objetivos social, cultural e econômico em um cenário competitivo e público;
- Cooperar juntamente com novas tecnologias e ferramentas correlatas ao avanço da transformação digital;
- Apresentar preceitos e conceitos práticos a respeito da *accountability* como ferramenta de controle na gestão pública.

4. REGIME LETIVO

a) número total de vagas anuais: 120 a 180 estudantes

b) número de turmas: de 4 a 5 turmas

c) carga horária do curso: 1.715 h

d) período letivo: modular

e) tempos mínimo e máximo para a integralização do curso: mínimo de 2 anos e 06 meses e máximo de 3 anos e 06 meses.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD ocorrerá por meio de Processo Seletivo conforme edital, destinado exclusivamente àqueles que tenham concluído o Ensino Médio, obrigatoriamente até a data da matrícula.

A realização do Processo Seletivo estará a cargo de Comissão específica do IFRR/CBVZO designada para esse fim. A essa Comissão caberá à responsabilidade de planejar, coordenar, executar e divulgar o Processo Seletivo, bem como de fornecer todas as informações a ele pertinentes por meio de Edital público.

As vagas do Processo Seletivo serão distribuídas da seguinte forma:

- I – Ação afirmativa;
- II– Ampla concorrência; e
- III – Pessoa com Deficiência.

As vagas destinadas à ação afirmativa atendem ao Decreto Federal nº 3.298 de 1999, à Lei nº 12.711 de 2012, ao Decreto Federal nº 7.824 de 2012, à Portaria Normativa nº 18 de 2012, à Lei 13.146 de 2015, à Lei nº 13.409 de 2016 e ao Decreto Federal nº 9.034 de 2017.

Assim, do total das vagas ofertadas, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas à inclusão social por meio do sistema de ação afirmativa, sendo distribuídas da seguinte forma:

Das vagas da ação afirmativa, 50% (cinquenta por cento) destinar-se-ão a candidatos que tenham cursado todo o Ensino Fundamental em escola pública, respeitando a proporção mínima do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 SM (um salário-mínimo e meio), dentro de cada um dos seguintes grupos de candidatos:

- a) Autodeclarados pretos, pardos e indígenas;
- b) Não autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e
- c) Pessoa com deficiência.

Do total de vagas, 50% (cinquenta por cento) são destinadas à ampla concorrência; ou seja, candidatos que não apresentam os requisitos legais e/ou não desejam participar da inclusão social por meio do sistema de cotas de ações afirmativas.

Serão destinados 10% (dez por cento) do total de vagas à pessoa com deficiência, tanto do grupo de ação afirmativa quanto do grupo de ampla concorrência.

Os benefícios previstos em lei para a pessoa com deficiência deverão ser requeridos por escrito e encaminhados à Comissão responsável pelo Processo Seletivo do IFRR/CBVZO, no período da inscrição, previsto em cronograma específico. O candidato deverá:

- a) Declarar-se pessoa com deficiência;
- b) Entregar à Comissão responsável pelo Processo Seletivo do IFRR/CBVZO laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, atestando o tipo e o grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a provável causa da deficiência, garantindo, dessa forma, sua inscrição como pessoa com deficiência.

A inexistência de Laudo Médico para qualquer solicitação de atendimento especial implicará o não atendimento. O candidato pessoa com deficiência que não se inscrever conforme orientações previstas em

edital específico do processo seletivo, passará a concorrer às vagas de ampla concorrência.

Os requisitos de permanência estabelecidos pelo CBVZO estão previstos no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, que contempla a gestão e o acompanhamento das ações de assistência que visam inclusive à promoção do êxito dos estudantes. As ações que objetivam a permanência dos estudantes estão elencadas neste Plano.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Tecnólogo em Gestão Pública é um profissional de nível superior detentor de conhecimentos e habilidades administrativas, econômicas e sociais e estará apto a: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão; e avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação. Além da capacidade intelectual e comportamental em relação à tomada de decisão racional e analítica envolvendo soft skills e hard skills.

6.1 Área de atuação do egresso

O profissional tecnólogo em Gestão Pública poderá atuar em empresas pública e privada desenvolvendo as competências de planejamento, de desenvolvimento de projetos, de assessoramento técnico e consultoria; organizações privadas prestadoras de serviço público; organizações sem fins lucrativos; órgãos públicos; institutos e centros de pesquisa; e instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente. Portanto, o profissional estará apto a desenvolver suas atividades tanto na área pública, em todas as esferas, como em instituições privadas que demandem profissionais com habilidades específicas no cenário competitivo do mercado.

6.2 Acompanhamento do egresso

O acompanhamento do egresso será realizado de acordo com as políticas do IFRR, conforme a Resolução n.º 246 - Conselho Superior, de 4 de janeiro de 2016. Visa acompanhar a vida profissional dos egressos por meio de cadastros, de modo a manter a comunicação e promover eventos, atividades, intercâmbio e oferecer oportunidades acadêmicas e profissionais.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso está organizado em 5 módulos, totalizando 2 anos e 6 meses, sequenciais com uma carga horária de 1.715 h de Componentes Curriculares Obrigatórios, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, além de oferta de componente curricular optativo.

a) MATRIZ CURRICULAR

MÓDULO I					
Código	Componentes Curriculares	CH Teórica/ Prática	CH Extensão	CH Total	CH semanal
IAE	Introdução ao AVA e EaD	40	5	45	2/3

PCO	Português Instrumental e Comunicação Oficial	40	5	45	2/3
ESP	Ética no Setor Público	40	5	45	2/3
TGE	Teoria Geral do Estado	54	6	60	2/3
FADM	Fundamentos de Administração	54	6	60	2/3
MAF	Matemática Aplicada e Financeira	54	6	60	2/3
Carga horária obrigatória do módulo I		282	33	315	15

MÓDULO II					
Código	Componentes Curriculares	CH Teórica/ Prática	CH Extensão	CH Total	CH semanal
LING	Língua Inglesa	40	5	45	2/3
GDA	Gestão de Documentos e Arquivística	40	5	45	2/3
MC	Metodologia Científica	40	5	45	2/3
FEC	Fundamentos de Economia	54	6	60	2/3
ADMP	Administração Pública	54	6	60	2/3
DADM	Direito Administrativo	54	6	60	2/3
Carga horária obrigatória do módulo II		282	33	315	15

MÓDULO III					
Código	Componentes Curriculares	CH Teórica/ Prática	CH Extensão	CH Total	CH semanal
LESP	Língua Espanhola	40	5	45	2/3

EB	Estatística Básica	40	5	45	2/3
PP	Políticas Públicas	40	5	45	2/3
LCC	Licitações, Contratos e Convênios	54	6	60	2/3
OFFP	Orçamento e Finanças Públicas	54	6	60	2/3
GPES	Gestão de Pessoas	54	6	60	2/3
Carga horária obrigatória do módulo III		282	33	315	15

MÓDULO IV					
Código	Componentes Curriculares	CH Teórica/ Prática	CH Extensão	CH Total	CH semanal
COR	Comportamento Organizacional	40	5	45	2/3
LT	Legislação Tributária	40	5	45	2/3
GPRO	Gestão de Projetos	40	5	45	2/3
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	54	6	60	2/3
PLASP	Patrimônio e Logística aplicada ao Setor Público	54	6	60	2/3
TCCI	Trabalho de Conclusão de Curso I	54	6	60	2/3
Carga horária obrigatória do módulo IV		282	33	315	15

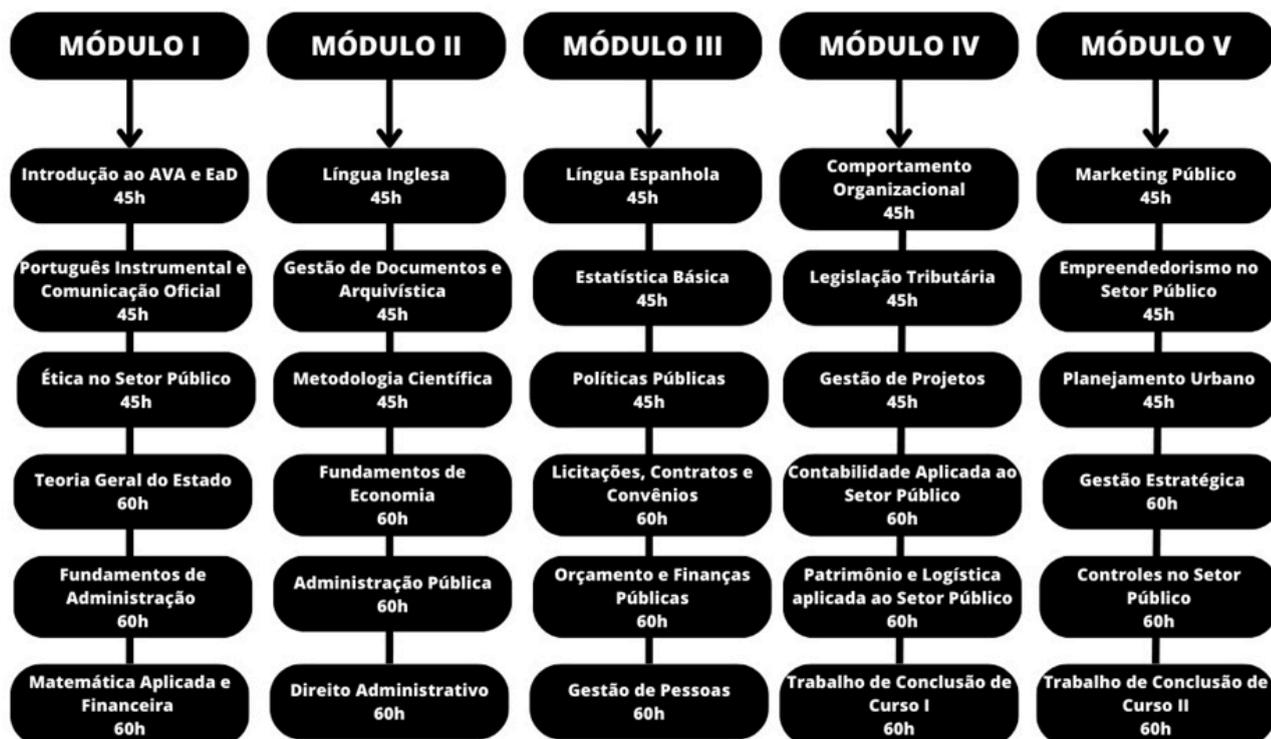
MÓDULO V					
Código	Componentes Curriculares	CH Teórica/ Prática	CH Extensão	CH Total	CH semanal

MKP	Marketing Público	40	5	45	2/3
EMSP	Empreendedorismo no Setor Público	40	5	45	2/3
PUR	Planejamento Urbano	40	5	45	2/3
GEST	Gestão Estratégica	54	6	60	2/3
CSP	Controles no Setor Público	54	6	60	2/3
TCCII	Trabalho de Conclusão de Curso II	54	6	60	2/3
Carga horária obrigatória do módulo V		282	33	315	15

Componentes Curriculares Optativos					
Código	Componentes Curriculares	CH Teórica/ Prática	CH Extensão	CH Total	CH semanal
LB	Libras	54	6	60	2/3
Carga horária optativa		54	6	60	2/3

Atividades	CH
Componentes Curriculares Obrigatórios	1.575
Componente Curricular Optativo	60
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	80
Carga horária total do curso	1.715

b) REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO



COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO



LIBRAS 60h

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - 80h

c) EMENTÁRIO

MÓDULO I		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
IAE	Introdução ao Ava e EAD	45
<p>Ementa:</p> <p>Conhecimento do ambiente virtual de aprendizagem, bem como das ferramentas que o compõem; Introdução à EAD; Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle; Orientações para o estudo na modalidade a distância; entendimento da identidade e características do aluno da Educação a Distância; Ferramentas para navegação e busca na internet; Metodologias de estudo baseadas no princípio de autonomia, interação e cooperação.</p>		

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Programa de Inovação Educação Conectada**. 2017. Disponível em: <<http://>

<http://educacaoconectada.mec.gov.br/legislaca>> Acesso em: 21 dez 2021.

MOODLE.ORG. Disponível em: https://moodle.org/?lang=pt_br. Acesso em: 21 dez 2021.

MAIA, Carmem; Mattar, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. Editora Pearson 156 ISBN 978857605157.

DANIEL MILL. **Docência virtual: Uma visão crítica**. Papyrus Editora 308 ISBN 9788544900550.

MÁRCIO VIEIRA DE SOUZA; FERNANDO JOSÉ ESPANHOL; GIOVANNI FERREIRA DE FARIAS. **EAD, PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador**. Editora Blucher 243 ISBN 9788580393613.

ORGANIZADORA RENATA AQUINO RIBEIRO. **Introdução à EaD – 2ª edição**. Editora Pearson 99 ISBN 9788570160409.

HIDAL, Silvia. **Métodos de exposição de conteúdo e de avaliação em EAD**. Editora Labrador 136 ISBN 9788593058028.

Bibliografia Complementar:

OTACÍLIO ANTUNES SANTANA; MARIA AUXILIADORA SOARES PADILHA. **Tutor EAD e o processo da tutoria na Universidade Aberta do Brasil**. Editora Blucher 106p.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DALMAU, Marcos Baptista Lopez. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis:

Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES:UAB, 2011

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. **Informática na educação: estudos interdisciplinares**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 199 p.

LANGHI, Celi. **Materiais instrucionais para o ensino a distância: uma abordagem da teoria da aprendizagem significativa de Ausubel**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015. 155, p. 7v. (Coleção fundamentos e práticas em educação profissional e tecnológica)

MÓDULO I

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
PCO	Português Instrumental e Comunicação Oficial	45

Ementa:

Concepção de linguagem, fala, norma, língua. Aspectos linguísticos e pragmáticos de texto, hipertexto e textualidade. Conceituação de gênero e sequência textual. Concepções de leitura e escrita. Estratégias de processamento de texto e hipertexto. Progressão referencial e sequencial. Revisão textual. Tópicos de gramática normativa. Ortografia portuguesa. Prática de leitura e produção textual. Formas de tratamento. Frases e expressões usuais na linguagem técnico-comercial e oficial. Redação de documentos oficiais. Produção das principais correspondências.

Bibliografia Básica:

BECHARA, Evanildo. Moderna **Gramática Portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

DEMAI, Fernanda Mello. **Português instrumental**. São Paulo: Érica, 2017. 136 p. (Série Eixos). ISBN 9788536507583.

SILVA, Maurício; COSTA, Elenice Alves da. **Guia prático da nova ortografia**. São Paulo, Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Gramática: texto: análise e construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2015. 558 p. (Coleção Moderna Plus). ISBN 9788516097141.

FERREIRA, Reinaldo Mathias; LUPPI, Rosaura de Araújo Ferreira. **Correspondência Comercial e Oficial: Com Técnicas de Redação**. 15. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.

MARTINO, Agnaldo; LENZA, Pedro (Coord.). **Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 681 p. (Coleção Esquematizado). ISBN 9788547223502.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 168 p. ISBN 9788572440684.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC)**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 448 p. ISBN 9788522485581.

MÓDULO I

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
ESP	Ética no Setor Público	45

Ementa:

Ética: conceitos, ética x moral, dilemas éticos contemporâneos. Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público). Regime Disciplinar e Processo Administrativo Disciplinar conforme a Lei nº 8.112/1990. Lei 8.429/1992 (Improbidade Administrativa): natureza das sanções, abrangência, declaração de bens, procedimento administrativo e processo judicial, prescrição, atos de improbidade administrativa e suas respectivas sanções.

Bibliografia Básica:

BLANCHET, Luz Alberto. **Eficiência e ética na administração pública: anais do seminário internacional realizado no programa de pós-graduação em direito da pontifícia Universidade católica do Paraná**. Curitiba: Íthala, 2015. 411 p. ISBN 9788555440182.

JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. **Ética e administração pública**. Campinas, SP: Alínea, 2010. 202 p. ISBN 9788575164273.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Ética na Gestão Pública**. Curitiba, InterSaberes, 2016 (Série Gestão Pública).

Bibliografia Complementar:

BRAGA JUNIOR, Antonio Djalma; MONTEIRO, Ivan Luiz. **Fundamentos da Ética**. Curitiba: InterSaberes, 2016 (Série Estudos de Filosofia).

CONRADO, Régias da Silva. **Serviços Públicos à Brasileira: Fundamentos Jurídicos, Definição e Aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 23. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Método, 2015. 1102 p. ISBN 9788530960421.

GALLO, Sílvio (Coord.). **Ética e Cidadania - caminhos da filosofia**. São Paulo: Papyrus Editora, 2016.

FREITAS, Daniel Paulo Paiva. **Compliance e políticas anticorrupção**. Curitiba: Contentus, 2020.

MÓDULO I

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
TGE	Teoria Geral do Estado	60

Ementa:

Teoria do Estado e direito constitucional. Ciência Política: poder, autoridade, legitimidade e dominação. Poder político e liberdade. Institucionalização do poder político: dicotomia Sociedade/Estado. O Estado e seus elementos constitutivos: soberania, território, povo, finalidade. O Direito Natural e a Teoria de Contrato Social. Teoria da burocracia. O federalismo. O processo de globalização e a crise da soberania. O exercício do poder político. Representação política: modelos e institutos. Formas clássicas de Estado: centralização e descentralização política. Formas e sistemas de governo. Processo Legislativo.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. 717 p. ISBN 9788535206463.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2019. 550p. ISBN 9788539204366.

_____. **Teoria Geral do Estado**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. 638p. ISBN 9788539204052 (broch.)

Bibliografia Complementar:

FRIEDE, Reis. **Lições Esquemáticas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado:** evolução das instituições e do pensamento político. 4ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

FRIEDE, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Direito Constitucional:** primeiras linhas. Curitiba: InterSaber, 2022.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência Administrativa:** Publicidade, Motivação e Participação Popular. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MÓDULO I

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
FADM	Fundamentos de Administração	60

Ementa:

Conceitos de administração. Administração das civilizações antigas. Funções da administração. Níveis administrativos. Habilidades administrativas. Perfil e competências dos administradores. Teorias administrativas: Teoria da Administração Científica, Teoria Administrativa, Teoria da Burocracia, Escola das Relações Humanas, Escola Comportamentalista, Teoria Estruturalista, Teoria de Sistemas e Teoria da Contingencial.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de Administração:** planejamento, organização, direção e controle para incrementar competitividade e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 330 p. ISBN 9788597024562.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

COLTRO, Alex. **Teoria Geral da Administração.** Curitiba: InterSaber, 2015.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração Pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaber, 2016.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública.** 6. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.

LACOMBE, Francisco J. M.; HEILBORN, Gilberto L. J. **Administração:** princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MÓDULO I

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
MAF	Matemática Aplicada e Financeira	60

Ementa:

Conjuntos. Relações e funções. Funções do 1º grau e Funções do 2º grau. Função modular. Função composta e função inversa. Funções exponenciais. Progressões Aritméticas (PA). Progressões geométricas (PG). Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três. Juros simples. Descontos simples. Juros compostos. Taxas proporcional, equivalente, nominal e efetiva. Desconto composto. Séries de pagamentos: postecipado, antecipado e diferido. Taxa Interna de Retorno (TIR) e Valor Presente Líquido (VPL). Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 287 p ISBN 9788522472482.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Matemática financeira aplicada**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática Básica para Cursos Superiores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar:

BUIAR, Celso Luiz. **Matemática financeira**. Curitiba: Do Livro Técnico, 2010.

WAKAMATSU, André. **Matemática Financeira**. São Paulo: Pearson, 2012.

SCHWERTL, Simone Leal. **Matemática básica**. 3. ed. rev. e atual. Blumenau: Edifurb, 2016. 115 p. ISBN 9788571143135.

SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete; SHITSUKA, Caleb David Willy Moreira; SHITSUKA, Rabbith Ive Carolina Moreira. **Matemática Aplicada**. 1. Ed. São Paulo: Editora Érica, 2014.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

MÓDULO II

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
LING	Língua Inglesa	45

Ementa:

Processo de leitura. Elementos iconográficos do texto. Texto como um todo linear, coeso e coerente. Estratégias de leitura. Gramática da língua inglesa. Gêneros textuais. Estruturas gramaticais, vocabulário e expressões pertinentes para a comunicação diária. Compreensão e produção oral e escrita em diferentes situações do cotidiano.

Bibliografia Básica:

UPGRADE 1. São Paulo: Moderna, 2012. 216 p. (vol. 1). ISBN 9788516080266.

DIENER, Patrick. **Inglês Instrumental.** Curitiba: Contentus, 2020.

LIMA, Thereza Cristina de Souza. **Inglês básico nas organizações.** Curitiba. InterSaber, 2013.

Bibliografia Complementar:

DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês; português-inglês, inglês-português. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2018. 773 p. ISBN 9780194403566.

FINBOW, Tomas Daniel (Org.). **Gramática histórica da língua inglesa.** São Paulo: Perason Education do Brasil, 2017.

SILVA, Thais Cristofaro. **Pronúncia do inglês:** para falantes do português brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BONAMIM, Márcia Costa (Org.). **Oficina de textos em inglês.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

FERRO, Jeferson. **Around the world** - introdução à leitura em língua inglesa. Curitiba. InterSaber, 2012.

MÓDULO II

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
GDA	Gestão de Documentos e Arquivística	45

Ementa:

Gestão de documentos e suas características. Características e classificação de correspondências. Métodos de classificação de documentos. Ciclo de vida dos documentos. Métodos e sistemas de arquivamento. Dicas de conservação de documentos. Gerenciamento eletrônico de documentos. Arquivos especiais. Lei n.º 12.527/2011 (Lei de acesso à informação). Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)

Bibliografia Básica:

HUNGARO, Luiz Alberto. **Instrumentos de Transparência Pública.** Curitiba: Contentus, 2020.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 225 p. ISBN 852250220X.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos:** uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. 8. reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2015. 158 p. ISBN 8522503966 (broch.).

Bibliografia Complementar:

MORAES, Paulo Eduardo Sobreira; OLIVEIRA, Vanderlei Stece. **Gestão da informação e arquivística no contexto secretaria**. Curitiba: InterSaber, 2015.

KOLBE JUNIOR, Armando. **Produção e preservação de documentos sigilosos**. Curitiba: InterSaber, 2020.

IDANKAS, Rodney José. **Arquivologia Descomplicada - 2ª ed.** São Paulo: Rideel, 2014.

PIOZEVAN, Adriane. **Arquivos e Acervos históricos como forma de acessar o passado**. Curitiba: InterSaber, 2020.

PEGORINI, Diana Gurgel. **Redação e gestão de documentos**. Curitiba: InterSaber, 2022.

MÓDULO II

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
MC	Metodologia Científica	60

Ementa:

As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. Fundamentos da metodologia científica. Introdução à pesquisa científica. Trabalhos científicos. A comunicação científica. Métodos e técnicas de pesquisa. A comunicação entre orientandos/orientadores. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos. O pré-projeto de pesquisa. O projeto de pesquisa. O experimento. A organização de texto científico (Normas ABNT).

Bibliografia Básica:

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: explicitação das normas da ABNT. 17. ed. atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Dáctilo Plus, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atua. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliana; ABREU TARDELLI, Lília Santos (Coord). **Planejar gêneros acadêmicos/ escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia**. São Paulo, SP: Parábola, 2005.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 448 p. ISBN 9788522485581.

MÓDULO II

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
FEC	Fundamentos de Economia	60

Ementa:

Agentes econômicos e mercado. Sistemas econômicos. Funcionamento do sistema econômico capitalista. Equilíbrio geral. Elasticidade da demanda e oferta. Teoria da produção e custos de produção. Estruturas de mercado. Contabilidade social. O papel do governo na economia. Política econômica. Gastos e dívida pública. Inflação. Balanço de Pagamentos.

Bibliografia Básica:

FARIA, Luiz Henrique Lima. **Fundamentos de Economia**. 1. ed. Paraná: Livro Técnico, 2012.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Introdução à Economia**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall – Br, 2010.

SILVA, C. R. L. da. **Economia e Mercados: Introdução à Economia**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MÓDULO II

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
ADMP	Administração Pública	60

Ementa:

Principais modelos de administração: patrimonialista, burocrático e gerencial. A reforma do Estado e a Administração Pública Gerencial. Evolução e características da administração pública no Brasil. Organização da Administração pública. Governabilidade e Governança. Controle da Administração Pública. Terceirização: conceito e modalidades. Parcerias público-privada (PPPs): abrangência da Lei no 11.079/2004; conceito e características; diretrizes legais; vedações à celebração de PPPs; garantias; e modalidades. Privatização: conceito, histórico, objetivo.

Bibliografia Básica:

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. 6. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2015.

Bibliografia Complementar:

BRAZ, Petrônio. **Manual Prático da Administração Pública**. 2. ed. São Paulo: JH Mizuno, 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 400 p. ISBN 9788571441347.

BLANCHET, Luz Alberto. **Eficiência e ética na administração pública**: anais do seminário internacional realizado no programa de pós-graduação em direito da pontifícia Universidade católica do Paraná. Curitiba: Íthala, 2015. 411 p. ISBN 9788555440182.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2018. 301 p. ISBN 9788597015027.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MÓDULO II

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
DADM	Direito Administrativo	60

Ementa:

Aspectos históricos do Direito. Direito Administrativo: noções gerais, origem, objeto e conceito. Governo e Administração pública. Organização da Administração Pública: Administração direta e indireta. Princípios constitucionais básicos da Administração. Regime jurídico administrativo. Poderes e deveres. Atos administrativos e suas características. Serviços públicos. Estatuto do servidor público. Agentes públicos. Processo administrativo.

Bibliografia Básica:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 23. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2015.

HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2. ed., rev. atual. e amp. Curitiba: Intersaberes, 2013.

QUENEHEN, Romulo. **Direito Administrativo no Setor Público**. Curitiba: Contentus, 2020.

Bibliografia Complementar:

BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Cláudia. **Eficiência e Ética na Administração Pública**. 1. Ed. Paraná: Íthala, 2015.

QUENEHEN, Romulo. **Direito Administrativo**. Curitiba: Contentus, 2021.

CONRADO, Regis da Silva. **Serviços Públicos à Brasileira: Fundamentos Jurídicos, Definição e Aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de Direito Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MÓDULO III

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
LESP	Língua Espanhola	45

Ementa:

Noções básicas de fonética e fonologia. O alfabeto espanhol, regras ortográficas, de pronúncia e de morfologia. Substantivos (flexões de gênero e número). Adjetivos (gênero e número, adjetivos pátrios). Artigos definidos e indefinidos (gênero e número). Numerais (cardinais e ordinais). Pronomes (possessivos; pessoais, interrogativos). Advérbios, preposições e contrações de artigo com preposição. Verbos regulares, irregulares, reflexivos e auxiliares no presente do indicativo; e formas nominais (infinitivo e gerúndio).

Bibliografia Básica:

SIERAA, Tereza Vargas. **Espanhol instrumental**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

Dicionário Rideel: Espanhol – Português – Espanhol. 3ª ed. São Paulo: Redeel, 2017.

ENGELMANN, Priscila Carmo Moreira. **Língua Estrangeira Moderna**: Espanhol. Curitiba: InterSaberes, 2016.

Bibliografia Complementar:

VALENZUELA, Sandra Trabucco. **Manual Compacto de Gramática da Língua Espanhola** – Ensino Médio. São Paulo: Redeel, 2012.

SIERAA, Tereza Vargas. **Espanhol: a prática profissional do idioma**. Curitiba: InterSaber, 2012.

Larousse - Larousse Brasil. 2009.

RETAMAR, Hugo Jesús Correa. **Língua espanhola, pesquisa, ensino médio brasileiro e contextualização sociocultural**. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

FERRARI, Ana Josifina; MUSSINI, Ester Petra Sara Moreno de. **La Escritura en Lengua Espanola**. Curitiba: InterSaber, 2012.

GODOY, Elena. **Para Entender a Versificação Espanhola... e gostar dela**. Curitiba: InterSaber, 2013.

MÓDULO III

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
EB	Estatística Básica	45

Ementa:

Introdução à estatística. Distribuição de frequência. Representação gráfica. Medidas de centralidade. Medidas de dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Números índices. Correlação e regressão linear. Probabilidade clássica. Variáveis aleatórias. Variáveis aleatórias discretas. Variáveis aleatórias contínuas. Função de distribuição. Distribuições discretas e contínuas.

Bibliografia Básica:

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAMPOS, Weber.; CARVALHO, Sérgio. **Estatística Básica Simplificada**. 2. ed. Bahia: Juspodivm, 2016.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e sua prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC 2017.

Bibliografia Complementar:

GONZÁLEZ, Norton. **Estatística Básica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. **Estatística para administração e economia**. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. **Estatística Básica: para cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Sonia. **Estatística Básica**. 1. ed. Brasil: Cengage Learning, 2011.

MÓDULO III

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
PP	Políticas Públicas	45

Ementa:

Conceitos básicos de políticas públicas. Estruturas e processos. Aspectos metodológicos e de classificação. Ciclo de políticas públicas. Instituições, atores e modelos de análise. A trajetória das políticas públicas no Brasil: desenvolvimento econômico, social, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, saúde e infraestrutura. Redes de políticas públicas e governança.

Bibliografia Básica:

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao Estudo das Políticas Públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas. Princípios, Propósitos e Processos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Gestão de políticas públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Greiner. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2015.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. 6. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MÓDULO III

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
LCC	Licitações, Contratos e Convênios	60

Ementa:

Licitações: aspectos gerais de licitações; princípios; modalidades; tipos; dispensa; inexigibilidade; fases; anulação; revogação; recursos; crimes e penalidades. Princípios legais na elaboração de contratos públicos. Características. Duração. Execução. Fato do príncipe, fato da administração e teoria da imprevisão. Inexecução. Extinção. Modalidades de rescisão. Modalidades de contratos. Concessão e permissão no serviço público. Parcerias Público-Privadas (PPPs). Consórcios e convênios.

Bibliografia Básica:

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: Editora RT, 2016.

MAGALHÃES, Gustavo Alexandre. **Convênios Administrativos: Aspectos Polêmicos e Análise Crítica de Seu Regime Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2012.

TOLOSA FILHO, Benedicto de. **Licitações, contratos & convênios/ incluindo a modalidade de pregão, o registro de preços e a contratação de publicidade**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 23. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DOUGLAS, Willian; BORELLI, Renato (Coord.). **Nova Lei de Licitações: Apontamentos Práticos**. São Paulo: Rideel, 2021.

HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2. ed., rev. atual. e ampl. Curitiba: Intersaberes, 2013.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Rio de Janeiro: Precessos, 2022.

MÓDULO III

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
OFP	Orçamento e Finanças Públicas	60

Ementa:

Tipos e espécies de orçamento. O papel do Estado na economia: função alocativa, distributiva e estabilizadora. Princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Programação e execução orçamentária e financeira. Instrumentos de planejamento governamental: PPA, LDO e LOA. Lei de responsabilidade fiscal. Lei nº 4.320/1964. Créditos adicionais. Receita pública. Despesa pública. Conceitos e classificações. Estágios da receita e despesa pública. Suprimento de fundos. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores.

Bibliografia Básica:

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à Ciências das Finanças**. 19. ed. Rio de Janeiro. Forense. 2015.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, José Matias. **Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MÓDULO III

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
GPES	Gestão de Pessoas	60

Ementa:

Evolução da gestão de pessoas na administração pública. Processos da gestão de pessoas: agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar. Lei 8.112/90 (Estatuto do Servidor Público Federal). Gestão por competência na administração pública.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

COSTA, Érico da Silva. **Gestão de pessoas**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Recursos humanos: estratégia e gestão de pessoas na sociedade global**. Rio de Janeiro: LTC, 2014

Bibliografia Complementar:

FREITAS, André. **Gestão de pessoas por competências: um modelo prático para implementação**. Curitiba: Appris, 2022.

QUENEHEN, Romulo. **Gestão de Pessoas**. Curitiba: Contentus, 2020.

MASCARENHAS, A. O. **Gestão Estratégica de Pessoas: Evolução, Teoria e Crítica**. Ed. Cengage Learning, 2009.

TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa; RIBEIRO, Maria Tereza Ferrabule. **Gestão de Pessoas na Administração Pública: teorias e conceitos**. 1. ed. Paraná: InterSaberes, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MÓDULO IV

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
COR	Comportamento Organizacional	45

Ementa:

Dimensões do comportamento organizacional. Atitudes, valores e percepção social. Satisfação. Engajamento. Percepção de suporte e justiça organizacional. Grupos e equipes de trabalho. Tomada de decisão. Poder organizacional. Cultura Organizacional. Clima organizacional. Conflitos e negociações. Personalidade, diferenças individuais. Motivação. Liderança. Comunicação.

Bibliografia Básica:

ALVES, Osnei Francisco. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023.

ROBBFNS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson Education, 2020.

SCHEIN, Edgar H.. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2017. 412 p. ISBN 9788522454976.

Bibliografia Complementar:

BIAZZI, Fábio de. **Lições essenciais sobre liderança e comportamento organizacional**. 2ª ed. São Paulo: Labrador, 2019.

BRINKMAN, Rick; KIRSCHNER, Rick. **Aprendendo a lidar com pessoas difíceis: 24 lições para transformar suas relações no trabalho**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos da administração: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MENEGON, Letícia F.; MORENO, André. **Comportamento organizacional**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas: Psicologia das relações interpessoais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MÓDULO IV

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
LT	Legislação Tributária	45

Ementa:

Conceitos. Atividade financeira do Estado. Sistema Tributário Nacional. Legislação tributária. Princípios. Limitações ao poder de tributar. Hierarquia das normas. Espécies tributárias. Funções. Vigência e aplicação da legislação tributária. Obrigação tributária. Crédito tributário. Imunidade, isenção. Anistia. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Ilícito tributário. Administração tributária. Execução fiscal. Processo administrativo e processo judicial. Relação dos tributos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Repartição das receitas tributárias.

Bibliografia Básica:

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 6. ed. São Paulo, SP: Noeses, 2013.

HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2. ed., rev. atual. e amp. Curitiba: Intersaberes, 2013.

OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de. **Legislação tributária**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

Bibliografia Complementar:

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Empresarial, Trabalhista e Tributária**. 1.ed. Brasil: Érica, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de Direito Tributário**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARRAZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

RODRIGUES, Deusmar José. **Direito tributário**. Leme: J. H. Mizuno, 2015.

MÓDULO IV

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
GPRO	Gestão de Projetos	45

Ementa:

O processo de planejamento e elaboração de projetos. Perfil do gestor de projetos. Equipe de projeto. Ciclo do projeto. Tipos de projetos. Etapas na formulação e execução de projetos. Identificação de demandas, elaboração e encaminhamento de projetos. Análise econômica de projetos. Fontes de financiamento, gerenciamento e monitoramento de projetos. Delimitação de responsabilidade e deveres na execução de projetos. Avaliação e prestação de contas. Impacto social e ambiental de projetos.

Bibliografia Básica:

KEELING, Ralph; MOREIRA, Cid Knipel. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amam. **Administração de Projetos**. Como transformar ideias em resultados. 5ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Marly Monteiro de. **Fundamentos em gestão de projeto**: construindo competências para gerenciar projetos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIDO, Jack; CLEMENTS, P. James. **Gestão de Projetos**. Tradução Vértice Translate. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Gestão de programas e projetos públicos**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SOUZA, Carla Patrícia da Silva. **Gestão de Projetos**. Curitiba: Contentus, 2020.

MÓDULO IV

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60

Ementa:

Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Convergência das normas internacionais. NBC TSP Estrutura conceitual do setor público. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Regime contábil aplicado ao país. Campo de aplicação da lei 4.320/64, NBCASP e lei complementar 101/2000. Sistemas de contabilidade governamental. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Sistema de contas – Plano de contas. Procedimentos contábeis orçamentários. Procedimentos contábeis patrimoniais. Demonstrações contábeis. Integração entre balanços públicos. Análise de relatórios e demonstrações. Noções básicas sobre Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Bibliografia Básica:

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Abordagem Simples e Objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KOHAMA, Fleílio. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. I 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão: planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 16. ed., ampl. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MÓDULO IV		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
PLASP	Patrimônio e Logística aplicada ao Setor Público	60
<p>Ementa:</p> <p>Conceito e evolução histórica da logística. Bens públicos: formação do patrimônio público, registro patrimonial, controle e baixa de bens patrimoniais. Transporte: canais e rotas de distribuição, rastreabilidade e tipos de veículos. Manutenção de estoques: conceito de estoque, gestão de materiais e armazenagem. Processamento de pedidos: sistemas de processamento de pedidos, preparação e montagem de pedidos.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.</p> <p>GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 4. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, xii, 2010.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>DIAS, Marco Aurélio. Introdução à logística: fundamentos, práticas e integração. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos da administração: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCISCHINI, Paulino G. Administração de materiais e do patrimônio. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2014</p> <p>SALGADO, Tarcísio Tito. Logística. Práticas, Técnicas e Processos de Melhoria. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2017.</p>		

MÓDULO IV		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso I	60
<p>Ementa:</p> <p>Trabalho Científico. Elaboração de artigo científico.</p>		

Bibliografia Básica:

ABNT. Referências: **ABNT NBR 6023:2018**. Rio de Janeiro, 2018.
ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

Bibliografia Complementar:

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por Dentro**. Petrópolis: Vozes, 1990.
GALLIANO, A. G. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
LOMBARDI, J. C. **Pesquisa em Educação**: História, filosofia e Temas transversais. Campinas: Autores Associados, 1999.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

MÓDULO V

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
MKP	Marketing Público	45

Ementa:

Base conceitual do *marketing*, funções do *marketing*, compostos de *marketing*. Aplicação de ferramentas de *marketing* no setor público. Comportamento de consumo do cidadão, enquanto cliente. Segmentação. Posicionamento. Gerenciamento de marca. *Marketing* de serviços. *Marketing* social no setor público. Estratégias de marketing digital ao Setor Público. Desenvolvimento de parcerias estratégicas. Comunicação eficaz com públicos-chave. Coleta de dados sobre o cidadão, informações e *feedback*. Monitoramento e avaliação de desempenho. Plano de *marketing*. Noções de atendimento ao público.

Bibliografia Básica:

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 18. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2023.
FERREIRA JUNIOR, Achiles Batista. **O cidadão é rei!**: marketing e atendimento em serviços públicos. Curitiba: InterSaberes, 2022.

Bibliografia Complementar:

QUINTEIROS, Cora Catalina Gaete. **Marketing verde e responsabilidade social**. Curitiba: Contentus, 2020.

GIACOMETTI, Henrique Brockelt. **Ferramentas do Marketing: Do Tradicional ao Digital**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen. **Marketing de serviços: pessoas, tecnologias e resultados**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CAMARGO, Shirley Miranda; MOURA, Vivian Ariane Barausse. **Introdução ao neuromarketing: desvendando o cérebro do consumidor**. Curitiba: InterSaberes, 2022.

SANTOS, Alexandre Correia dos. **Marketing**. Curitiba: Contentus, 2020.

MÓDULO V

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
EMSP	Empreendedorismo no Setor Público	45

Ementa:

Introdução ao empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor. Diversificação de negócios. Valores empreendedores. Identificação de oportunidade de negócio. Ferramenta SCAMCEA. Análise do ambiente interno e externo das organizações. Empreendedorismo privado x público. Avaliação de projetos empreendedores no ambiente do poder público. Perspectiva de mercado para produtos e serviços. Empreendedor e intraempreendedor. Elaboração do plano de negócio.

Bibliografia Básica:

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e Empreendedorismo**. 3 ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2019.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito Empreendedor nas Organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. **Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora**. 13.reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Bibliografia Complementar:

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 2. Ed. São Paulo, Atlas, 2019.

BUENO, Ademir Moreira. **Corporações e contexto empreendedor**. Curitiba, Contentus, 2021.

FERREIRA, M. P.; SANTOS, J. C.; SERRA, F. A. R. **Ser empreendedor: pensar, criar e moldar a nova empresa: exemplos e casos brasileiros**. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2017.

FABRETE, Teresa Cristina Lopes. **Empreendedorismo**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019

BRUNING, Camila; RASO, Cristiane CecchinMonte; PAULA, Alessandra de. **Comportamento organizacional e intraempreendedorismo**. Curitiba, InterSaberes, 2015.

MÓDULO V		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
PUR	Planejamento Urbano	45
<p>Ementa:</p> <p>Planejamento urbano e sua importância. Urbanização das cidades. Qualidade de vida das populações. Problemas urbanos. Responsabilidade do poder público e da sociedade civil. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento rural. Plano diretor. Conteúdo e processo de elaboração do Plano diretor. Implementação do Plano Diretor. Gestão integrada e participativa do plano. Monitoramento e revisão do Plano diretor.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>GEDDS, Patrick. Cidades em evolução. Campinas: Papyrus Editora, 2022.</p> <p>DUARTE, Fábio. Planejamento urbano. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>PAVELSKI, Luziane Machado. Gestão de sistemas de transporte público na atualidade. Curitiba: InterSaber, 2020.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos da administração: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (Org.). Gestão estratégica em políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2014</p> <p>LEONARDO, Secchi; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2019.</p> <p>RECH, Udir Ubaldo; SALVEIRA, Maria Eliane Blasckesi (Org). O Estatuto da Cidade e a inclusão da área rural no plano diretor: o planejamento territorial rural dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com mais de cem mil estudantes. Caxias do Sul: Educs, 2020.</p> <p>SILVA, Carlos Henrique Dantas da. Plano Diretor: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>		

MÓDULO V		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
GEST	Gestão Estratégica	60
<p>Ementa:</p> <p>Planejamento estratégico: missão, visão, objetivos, análise ambiental e organizacional e estratégias organizacionais. Gestão da qualidade no serviço público. Tomada de decisão: conceitos, características, tipos, níveis, modelos e etapas do processo decisório.</p>		

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos da administração**: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

COSTA, Greiner. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2015.

MATIASPEREIRA, José. **Curso de gestão estratégica na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro; DUARTE, Gerson Constância. **Do privado ao público**: liderança e gestão estratégica em um contexto de novos desafios e perspectiva. Jundiaí: Paco Editora, 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VICENTE, Afonso Ricardo Paloma. **Gestão Estratégica da Inovação**. Curitiba: Contentus, 2020.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MÓDULO V

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
CSP	Controles no Setor Público	60

Ementa:

Prestação de Contas e Accountability. Governança Pública. Controle do Estado.

Modalidades e espécies de controle. Controles Específicos. Controle Interno e Gestão de Riscos. Controle Externo e Tribunais de Contas: funções, fiscalizações, processos, deliberações e sanções. Apreciação das contas públicas pelos Tribunais de Contas. Controle Social da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão: planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

SILVA, Marcus; ALEXANDRE, Carlos. **Controle interno, controle externo e auditoria governamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, Leandro Zannoni Apolinário de. **O novo direito administrativo e Governança Pública**: responsabilidade, metas e diálogo aplicados à Administração Pública do Brasil. Editora Fórum, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos da administração**: os pilares da gestão no planejamento, organização, direção controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MARTINS, F. R. **Controle do Patrimônio Público**. 5. ed. Brasília: Rt, 2013.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de Auditoria Governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MÓDULO V

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso II	60

Ementa:

Trabalho Científico. Elaboração de artigo científico.

Bibliografia Básica:

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: explicitação das normas da ABNT. 17. ed. atual. e ampl. Porto Alegre, RS: Dáctilo Plus, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2006

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliana; ABREU TARDELLI, Lília Santos (Coord). **Planejar gêneros acadêmicos/ escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia**. São Paulo, SP: Parábola, 2005.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

MARTINS, Vanderlei; MELLO, Cleyson de Moraes (Org). **Metodologia Científica**: Fundamentos, Métodos e Técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2022.

COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO

Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
LB	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
Ementa: Legislação e fundamentos históricos. A cultura surda. Princípios básicos. Estrutura linguística. Mitos sobre língua de sinais. Vocabulário datilológico. Expressões faciais e corporais. Classificadores. Sinais e comunicação: saudações, características pessoais, calendário e tempo, animais, objetos, relações de parentesco, vestimenta, alimentação, numerais, meios de transporte, localidades, profissões, esportes.		
Bibliografia Básica: ALBRES, Neiva de Aquino; SLYVIA, Lia Grespan Neves. De sinal em sinal: comunicação em libras para aperfeiçoamento do ensino dos comportamentos curriculares. São Paulo: Feneis. 2008. BRANDÃO, Flávia. Dicionário ilustrado de libras: língua brasileira de sinais. Editora Globo. 2011. HONORA, Márcia Frizanco; LOPES, Mary Esteves; BORGES, Flaviana Saruta Silveira de. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Ciranda cultural. 2011.		
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. Atividades Ilustradas em Sinais de Libras. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. CASTRO, Alberto Rainha; CARVALHO, Ilza, Silva. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. 4. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. Volume 1: Sinais de A a D. São Paulo, SP: Edusp. 2017 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. Volume 2: Sinais de E a O. São Paulo, SP: Edusp. 2017. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos. Volume 3: Sinais de P a Z. São Paulo, SP: Edusp. 2017		

d) TERMINALIDADE - SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se uma atividade acadêmica orientada, de pesquisa, ensino e/ou extensão relacionado ao perfil de formação do curso, e tem como objetivos, proporcionar atividades de ensino, pesquisa e extensão, que caracterizam estudos teóricos, práticos e tecnológicos com base na formulação de problemas, elaboração de projetos, métodos e técnicas para o aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Também proporcionar ao estudante condições necessárias que o direcionem à reflexão crítica, ética, investigativa, interpretativa em relação às diferentes áreas de

conhecimento. Além de promover a construção do conhecimento numa abordagem científica e interdisciplinar de temas relacionados ao perfil de formação inserida nos arranjos produtivos locais e nacionais. Incentivar o espírito crítico, ético e reflexivo do estudante.

O TCC poderá ser apresentado utilizando uma das seguintes modalidades:

I - trabalho monográfico;

II - artigos originais, artigos de revisão de literatura, artigos de caso clínico e produções tecnológicas;

III - protocolo de patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares;

IV - desenvolvimento de aplicativos, materiais didáticos e instrucionais, cartilhas e de produtos, processos e técnicas;

V - materiais audiovisuais;

VI - relatórios conclusivos de pesquisa aplicada;

VII - projeto de intervenção;

VIII - protótipos para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos;

IX - trabalhos de produção artística/cultural.

Todas as modalidades terão caráter de natureza científica, onde o(a) estudante buscará aprofundar o conhecimento sobre um aspecto da realidade, identificação de uma problemática, opção por um aporte teórico que fundamente sua pesquisa, definição de procedimentos metodológicos, análise dos dados e apresentação dos resultados cientificamente.

O artigo se difere da monografia por apresentar a pesquisa de maneira mais sucinta com aceite de publicação no prelo ou já publicado em veículo de divulgação científica que possua o International Standard Serial Number - ISSN ou International Standard Book Number – ISBN.

a) Fica dispensado do componente de TCC conforme avaliação prévia do colegiado, o estudante que tenha o artigo publicado em veículo de divulgação científica, correlato com os objetivos de formação do curso.

O inciso III, fica condicionado à apresentação de protocolo de patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares com número do protocolo do órgão próprio de registro, correlato com os objetivos de formação do curso.

Os incisos IV, VII e VIII poderão ser apresentados na forma de monografia ou relatório final.

Os materiais audiovisuais e trabalhos de produção artístico/cultural deverão ser apresentados de forma que possam ser registrados no repositório institucional.

O projeto de intervenção consiste nos pressupostos da pesquisa-ação, na identificação de uma problemática no campo da gestão e na elaboração de um projeto que proponha linhas de ação, devidamente fundamentadas, que contribuam para compreensão e melhoria social.

Outras modalidades poderão ser submetidas, apreciadas e deliberadas conjuntamente pela coordenação e colegiado do curso.

Todas as modalidades deverão ser desenvolvidas no decorrer do curso, sob orientação correlata com os objetivos de formação do curso.

O TCC basear-se-á nos conhecimentos consolidados no decorrer dos componentes curriculares do curso. O acompanhamento das construções teórico-práticas do(a) estudante ficará sob a responsabilidade do(s) professor(es) de TCC e do (a) professor(a) orientador(a).

O TCC será realizado individualmente, em duplas ou trios. A orientação para o desenvolvimento do

TCC será realizada na tríade - material didático autoinstrucional, professor mediador/tutor e professor da disciplina, podendo também se desdobrar para o professor da disciplina em que o projeto e vivência estejam sendo contempladas.

A redação do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada durante o desenvolvimento das disciplinas Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II, respectivamente.

A defesa final do TCC, resultado da experiência prática vivenciada durante o Curso de Gestão Pública EaD, será realizada durante a disciplina Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II, em evento público a ser organizado no polo de apoio presencial com a presença de uma Banca Examinadora. A Banca Examinadora, composta por dois professores mediadores/tutores e um docente convidado, julgará os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, referencial teórico, relevância da prática e clareza) e domínio do conteúdo, emitindo como conceito final: Suficiente (S) ou Insuficiente (I).

Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo educando para nova investidura no pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação em até 60 dias.

Caso o estudante seja reprovado na data máxima de integralização do curso, incluídas as prorrogações, o mesmo terá que proceder da seguinte forma:

- Abrir processo junto ao Gabinete do *Campus* solicitando prorrogação do período de defesa do TCC, no prazo máximo de 30 dias após a data limite de integralização do curso;
- O *Campus* terá prazo de 30 dias para apreciar e tramitar o processo, e ao final o estudante terá parecer favorável ou não à solicitação: caso seja favorável, o estudante terá que realizar nova defesa de TCC em até 60 dias.

A publicação de pesquisa educacional - resultado da experiência prática vivenciada durante o curso - aprovada e apresentada em eventos externos (Congressos, Simpósios, Encontros...), a partir do 3º período, poderá ser validada como Defesa Final do TCC, seguindo normas a serem definidas em Regulamento próprio. Os artigos científicos submetidos à publicação em periódicos e revistas científicas somente poderão ser validados após aprovação da publicação.

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

a) Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional do curso será concebida nas reuniões de planejamento de forma que representem a relação da teoria e prática. A prática profissional ocorrerá de forma integrada, contextualizada e inter- relacionando os saberes apreendidos. Terá a pesquisa como princípio pedagógico, mantendo-se a relação pesquisa- ensino-extensão e inovação.

As atividades relativas à prática profissional serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares.

b) Projeto

Em se tratando de atividades que demandem a execução de projeto integrador, a metodologia de desenvolvimento da prática profissional estará detalhada no formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de pesquisa, Projetos de extensão e Projetos de ensino integrados.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *Campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador.

Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a realização dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Considerando que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, este projeto não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução n.º 418 – Conselho Superior, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução n.º 292 – Conselho Superior, de 5 de maio de 2017, e Organização Didática em vigor.

11. ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

O projeto prevê o cumprimento obrigatório de 80 (oitenta) horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC). As AACC objetivam enriquecer o aprendizado, proporcionando novas visões sobre temas vistos em sala de aula, assim como conhecimentos complementares e suplementares. Ao realizarem AACC, os estudantes deverão solicitar validação junto à coordenação do curso. É necessária a compatibilidade e relevância da atividade em relação à área de Gestão Pública. Só serão consideradas as atividades desenvolvidas a partir do ingresso do estudante no curso. A avaliação, pontuação e validação das AACC serão realizadas pelo colegiado do curso ou comissão composta por docentes do curso. Todos os procedimentos relativos às AACC obedecerão ao Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais aprovado pela Resolução n.º 434 - Conselho Superior, de 19 de fevereiro de 2019.

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

As atividades, em cada um dos componentes curriculares do curso, serão desenvolvidas com um percentual de 80% a distância, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem na Plataforma Moodle e outras ferramentas interativas, e 20% de atividades presenciais avaliativas de frequência obrigatória a serem desenvolvidas na sede dos Polos Municipais de Ensino.

13. ATIVIDADE DE TUTORIA

13.1 Sistema de Tutoria

O Sistema de Tutoria recebe atenção especial nas atividades da CEAD/IFRR/CBVZO, pois o papel desempenhado pelo tutor no processo de ensino e aprendizagem da educação a distância está no centro dos indicadores de qualidade do curso. A CEAD/IFRR/CBVZO, em parceria com a UAB, terá dois grupos de tutores: tutoria a distância e tutoria presencial.

13.2 Tutor a Distância

A relação entre o grupo de tutores a distância e os estudantes será mediada por tecnologias de informação e comunicação, especialmente pelas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esses tutores trabalharão em consonância com os professores da disciplina e com os tutores presenciais e serão orientados pelas coordenações de Tutoria e de Curso.

O processo de acompanhamento da realização das atividades se dará de forma intensiva e isso requererá do tutor virtual as seguintes atribuições:

- Auxiliar na realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Interagir com os estudantes sob sua supervisão;
- Consultar o professor coordenador da disciplina sobre questões referentes ao conteúdo;
- Orientar o estudante sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência;
- Consultar a coordenação de tutoria e professor da disciplina sobre dificuldades referentes à interação com os estudantes.

O sistema de tutoria virtual receberá atenção especial da Equipe de EaD da CEAD/IFRR/CBVZO, pois considera-se que o processo de interação/interatividade constitui ponto central na proposta metodológica dos cursos de EaD do IFRR/CBVZO.

13.3 Tutor de Apoio Presencial

Os tutores presenciais serão professores selecionados pela instituição de ensino, lotados nas diversas regiões e envolvidos no projeto. Serão escolhidos por meio de um processo de edital que levará em conta alguns critérios:

- Residir preferencialmente na região onde se desenvolve o curso;
- Possuir formação de nível superior;
- Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará enquanto orientador acadêmico;
- Aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em Educação Aberta e a distância – Orientação Acadêmica.

Dentre as atribuições do tutor presencial, podemos destacar:

- Dar instruções básicas de informática;
- Orientar o estudante na navegação no ambiente virtual de aprendizagem;
- Auxiliar o estudante a gravar, copiar, enviar atividades e trabalhos via internet ou correspondência para os professores;
- Auxiliar o estudante na organização da sua agenda (plano de estudos);
- Mediar ou auxiliar, sempre que necessário, a comunicação entre estudantes e tutores a distância responsáveis pelas disciplinas.

O tutor presencial deve ter disponibilidade, cerca de 20 h, em dois ou três períodos semanais no Polo de Apoio Presencial, com dias e horários pré-definidos e repassados aos estudantes para os “plantões de dúvidas”, grupos de estudos ou refazer aulas de laboratório. Os tutores presenciais têm como função acompanhar o desenvolvimento teórico (didático) do curso, estarem presentes nas aulas práticas e nas avaliações que ocorrerem no Polo de sua competência.

Reporta-se ao orientador acadêmico para instrução e soluções de dúvidas. O caso de não conseguir sanar as dúvidas deve recorrer ao tutor a distância.

A tutoria no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é um componente fundamental do sistema e tem a função de realizar a mediação entre o estudante e os recursos didáticos do curso. Trata-se de um dos elementos do processo educativo que possibilita a (re)significação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem no Trabalho de Conclusão de Curso.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, como se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político- pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução tutor-aluno poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoconferência;
- Vídeoaula;
- Telefone;
- E-mail.

Os encontros presenciais serão eventos que envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. As atividades a serem contempladas podem incluir: avaliação do desempenho estudante, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Serão realizados encontros presenciais por módulo, nos finais de semana. Além disso, em disciplinas específicas serão realizadas em aulas presenciais nos polos, sempre preferencialmente aos sábados. As aulas serão ministradas por professores formadores, e eventualmente, por tutores.

14. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO E INOVAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão IFRR/CBVZO e garantir as relações multi inter e ou transdisciplinares e interprofissionais do IFRR/CBVZO e da sociedade.

Esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação

e na Política de Extensão do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste, de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Este Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública garante ao estudante a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O estudante deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades, nas seguintes modalidades:

- Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- Em cursos, na organização e/ou como ministrantes;
- Em eventos, na organização e/ou na realização.

Estas atividades serão registradas no histórico escolar dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

O curso garante também a participação dos estudantes nas atividades de pesquisa e inovação, como nos editais de Iniciação Científica e Tecnológica, como bolsistas ou voluntários, nos eventos de pesquisa e inovação tecnológica, sejam eles organizados ou não pelo IFRR, como o Forint. Ademais, o CBVZO dispõe de Laboratório IF Maker, que visa estimular, nos estudantes, o espírito de criação e inovação, disponibilizando no espaço novas tecnologias para o uso tanto pela comunidade interna quanto pela externa.

15. APOIO AO DISCENTE

O Coordenador de Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com o suporte da Coordenação Pedagógica (COPEP) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES).

A COPEP e à CAES, são as coordenações que trabalham em conjunto, oferecendo serviços para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes ao longo do curso e para atuar:

- No que se refere à sensibilização dos estudantes sobre seus direitos e deveres;
- Na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- No combate à retenção e à evasão;
- No suporte às demandas psicossociais e de enfermagem;
- No suporte ao planejamento docente e;
- No acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico das turmas.

Destaca-se, ainda, o atendimento às pessoas com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no qual o IFRR/CBVZO conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades específicas no espaço educacional da IES.

16. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TDIC's NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O uso das TDIC's será executado no processo de ensino aprendizagem conforme as atividades propostas no decorrer do curso.

As práticas pedagógicas devem ser contextualizadas visando promover o crescimento intelectual do estudante por meio de experiências significativas e motivadoras de aprendizagem. Tais experiências devem levar em conta aspectos referentes à prática social e à vivência contextualizada dos estudantes. Para acompanhar o uso cada vez mais intenso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, o IFRR busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas tecnologias.

A infraestrutura oferecida aos estudantes e professores contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas. Acompanhando a evolução dos recursos educacionais, os corpos docente e discente terão à sua disposição laboratórios de informática, para atender às demandas dos cursos com livre acesso à Internet e a biblioteca virtual com um acervo atualizado com livros referentes às mais diversas áreas.

Além disso, o CBVZO dispõe de Laboratório IF maker que tem como função primordial estimular o espírito de criação e inovação nos estudantes, integrando novas tecnologias e a sala de aula por meio de ferramentas como impressoras 3D, *scanner* 3D, CNC *Laser*, kit Robótica Arduino e Lego, entre outros equipamentos.

O AVA do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos. Dentro dos princípios da aprendizagem *e-Learning* é configurado para garantir aos usuários do curso uma diversidade de ferramentas síncronas e assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer educando e docente, facilitando o processo de ensino aprendizagem, além de torná-lo mais prazeroso. O presente Projeto Pedagógico do Curso prima pelo uso de ferramentas como enquete, webconferência, mensagem, glossário, tarefa, questionário, fórum, chat e wiki.

Para cumprir os objetivos mínimos previstos considera-se necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

a) Enquete: é o instrumento utilizado para coletar opiniões acerca de um assunto referente à disciplina, módulo, tema etc. O professor pode fazer uso desse recurso para, por exemplo, saber qual o melhor dia e horário para a realização de um chat, uma pesquisa de campo, um trabalho presencial, entre outros.

b) Webconferência: é um recurso tecnológico que possibilita conectar professores, professores mediadores/tutores e educandos por meio da internet, para a realização de eventos e/ou aula online. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade do uso de textos e arquivos.

c) Diálogo/Mensagem: ferramenta que permite a troca de mensagens entre dois participantes (docente-educando/educando-educando). Desde que a atividade tenha sido criada, qualquer participante pode iniciar um diálogo, convidando alguém para uma conversa assíncrona.

d) Glossário: dicionário que pode ser utilizado para escrever alguns termos relacionados com um determinado assunto. Uma das suas funcionalidades mais importantes é a possibilidade de realçar termos existentes no glossário ao aparecerem num recurso ou atividade da página (hiperlinks).

e) Tarefa: permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

f) Questionário: permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registrados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

g) Fórum: forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os educandos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

h) Chat: chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância, mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas à determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto, informal, sempre disponível. Um aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

i) Wiki: página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.

No planejamento das disciplinas deve-se priorizar a diversificação de ferramentas avaliativas, e, sobretudo, conscientizar os professores para a importância da utilização de ferramentas interativas e colaborativas de aprendizagem, com destaque para wiki. Os professores deverão ser capacitados para o uso da ferramenta, garantindo que sua utilização promova o máximo de comunicação, troca de ideias e partilha de conhecimento entre os educandos.

Outro destaque é para a utilização da ferramenta fórum, que não deverá se restringir às atividades avaliativas - a exemplo os fóruns de discussão, mas também deverá ser amplamente utilizada para promover e facilitar a comunicação e interatividade entre docentes, estudantes e tutores.

Alguns exemplos a seguir: Fórum de Comunicação Tutores x Professor (disposto na aba Apresentação da disciplina), Fórum de Dúvidas Semanal (disposto na aba semanal da disciplina), Fórum de Dúvidas da Área do Estágio Supervisionado (canal de comunicação tutores e estudantes), Fórum de Dúvidas da Área de AACC (canal de comunicação tutores e estudantes); além do Fórum de Atividades Complementares, utilizado para envio de oportunidades de AACC aos estudantes, com cópia das mensagens enviadas para o e-mail do usuário.

Ademais, as TICs encontram-se disponibilizadas nos ambientes de apoio presencial nos polos. Neste contexto, os educandos poderão fazer uso da estrutura (laboratórios de informática, biblioteca, acesso à internet, servidores e conta de e-mail institucional) e de serviços que possibilitam a utilização de TICs no processo ensino e aprendizagem, permitindo e facilitando a execução deste projeto pedagógico do curso.

16.1 Mecanismos de interação e tutoria

Não bastam garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do AVA, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar educandos, professores mediadores/tutores e docentes a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no AVA.

Uma estratégia refere-se à oferta de uma disciplina específica de Ambientação, com o título de *Introdução ao AVA e EAD*, que vai além do ensino das condições de acesso e introdução ao Moodle e trabalha na produção do Plano de Estudos dos educandos.

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos educandos, evitando sua evasão. Para tanto, os professores mediadores/tutores são essenciais, pois tem o mérito de estabelecerem uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao educando a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

Os professores mediadores/tutores serão responsáveis pela mediação do processo pedagógico com educandos geograficamente distantes ou presentes nos polos de apoio presencial. São atribuições do

professor mediador/tutor, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o docente nos processos avaliativos de ensino e aprendizagem.

Os professores mediadores/tutores deverão também ser devidamente capacitados para utilização das TIC 's, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, preferencialmente na sede do *campus* proponente e seus polos.

16.2 Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor

São atribuições para professores mediadores/tutores e docentes do curso:

Professor Mediador/Tutor:

- Cumprir carga horária junto ao polo de apoio presencial e AVA estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Registrar frequência via ponto eletrônico de acordo com a carga horária presencial estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Garantir acesso regular ao AVA durante o período do contrato;
- Garantir que a comunicação com os docentes e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Manter contato constante com os educandos, motivando-os continuamente para o estudo; Orientar e supervisionar trabalhos dos educandos, ajudando-os a adquirir autonomia; Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo e atividades propostas pelas disciplinas;
- Assistir às webconferências realizadas pelos docentes;
- Corrigir atividades online, mediante gabarito elaborado pelo docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade; Participar e corrigir fóruns avaliativos online, mediante orientações do docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Proporcionar feedback das atividades e avaliações realizadas;
- Organizar relatórios da participação do educando no AVA, conforme critérios previamente definidos; Garantir, com antecedência, a reprodução das avaliações presenciais a serem aplicadas;
- Aplicar e corrigir as avaliações presenciais, mediante gabarito elaborado pelo docente, em até 10 (dez) dias após a aplicação;
- Instruir os educandos sobre regulamentos e procedimentos do Curso como prazos de matrícula, rematricula, dispensa de disciplinas, solicitação de dependências, apresentação de atestados e quaisquer outras atividades inerentes ao curso;
- Apresentar os interesses dos educandos junto à Coordenação;
- Participar do processo de matrícula de ingressantes quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Realizar a conferência das notas lançadas no AVA e no Sistema Acadêmico após o término da disciplina, quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria.

Docente:

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período da disciplina;
- Garantir que a comunicação com os professores mediadores/tutores e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Alimentar semanalmente o AVA com todas as informações necessárias para o bom andamento da disciplina; Elaborar/selecionar o material didático da disciplina a ser postado no AVA;
- Elaborar o Guia da Disciplina a ser postado no AVA, seguindo normas estabelecidas pela coordenação

de curso;

- Elaborar um vídeo de apresentação do professor e da disciplina, com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, dentre outros;
- Elaborar vídeos semanais, de preferência de sua autoria, sobre os assuntos pertinentes à disciplina;
- Orientar os professores mediadores/tutores quanto às correções de todas as atividades propostas, enviando aos mesmos o gabarito de correção até no máximo a data do encerramento da atividade;
- Participar ativamente do Fórum de Dúvidas da disciplina;
- Elaborar as avaliações presencias (individual e em grupo), bem como o gabarito de correção;
- Elaborar as avaliações presenciais adaptadas para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE, bem como o gabarito de correção;
- Encaminhar as avaliações aos coordenadores de polo com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação;
- Elaborar avaliações presencias (individual e em grupo) para aqueles educandos que tiveram o requerimento de Segunda Oportunidade deferido, bem como o gabarito de correção;
- Elaborar a avaliação presencial de Exame Final, bem como o gabarito de correção; Organizar e participar de pelo menos 1 (uma) webconferência antes da avaliação presencial; Lançar notas no SUAP em até 10 (dez) dias após o encerramento da disciplina;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Curso.

16.3 A Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar do curso de Gestão Pública EaD do IFRR/CBVZO foi instituída com o intuito de se adequar ao novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, publicado pelo INEP/MEC.

Composta por profissionais de várias áreas, esta equipe tem a ciência que seu papel junto ao curso de Gestão Pública, modalidade a distância, é atuar com responsabilidade quanto a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para EaD.

16.4 Os encontros presenciais obrigatórios

Haverá encontro presencial obrigatório por disciplina, realizado preferencialmente aos sábados, e este ocorrerá de acordo com cronograma semestral do curso. A finalidade deste encontro é proporcionar um momento de atividades avaliativas que correspondam a uma avaliação coletiva e uma avaliação individual, a serem aplicadas pelo professor mediador/tutor.

17. COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE-NDE

17.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE constitui-se como órgão consultivo de atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. É constituído por um grupo de docentes que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, designados por meio de Portaria, pela Direção-Geral do *Campus*, para mandato de 3 (três) anos. São atribuições do NDE:

I - Reformular e avaliar o PPC encaminhando proposições para atualizações necessárias, definindo suas concepções e fundamentos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN.), encaminhando ao colegiado.

II - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso.

III - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes

no currículo.

VI - Incentivar o desenvolvimento das linhas de pesquisas e extensão oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

VI - Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando à sua formação continuada.

VII - Referendar, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da Unidade Curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos), e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

VIII - Acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de desempenho de avaliação satisfatório.

Os procedimentos relativos às atribuições do NDE obedecerão à Resolução n.º 469 CONSUP/IFRR, de 17 de setembro de 2019.

17.2 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de planejamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que será constituído para cada um dos cursos de graduação, observando-se as políticas e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), bem como as demais legislações aplicáveis.

O Colegiado será instituído por portaria expedida pela Direção-Geral do *Campus*, sendo composto pelo Coordenador do Curso, por docentes vinculados ao Curso, por representante acadêmico do Curso e por representante da equipe técnico-pedagógica que acompanha o curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, primando pela sintonia com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e seguindo a legislação vigente;

II - Acompanhar o processo de reestruturação curricular;

III - Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;

IV - Acompanhar os processos de avaliação do Curso;

V - Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;

VI - Deliberar sobre ações e/ou atividades inerentes ao cotidiano acadêmico, que dizem respeito ao Curso: realização de eventos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; evento específico do curso; número de vagas ociosas para abertura de edital, e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs);

VII - Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhará à Direção de Ensino;

VIII - Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;

IX - Analisar e decidir sobre pedidos de transferências e de reingresso de estudantes quando não houver normativa que regulamente a dar o parecer;

X - Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito do curso, em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;

XI - Propor expansão, modificação e extinção de curso;

XII - Analisar e deliberar a reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, proposta pelo NDE;

XIII - Deliberar a redução ou ampliação da oferta de vagas no curso, proposta pelo NDE;

XIV - Propor ao setor Competente o estabelecimento de parcerias com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;

XV - Receber, analisar e encaminhar demandas do corpo docente e estudante e tomar decisões de natureza didático-pedagógica sobre elas, desde que atendam à legislação em vigor;

XVI - Propor soluções para as questões administrativas e pedagógicas do curso, tais como as que tratam de evasão, reprovação, retenção, entre outras.

Os procedimentos relativos às atribuições do Colegiado obedecerão à Resolução n.º 473 CONSUP/IFRR, de 21 de outubro de 2019.

18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

a) AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

Luckesi (1999) enfatiza que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem, contemplando as modalidades de Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.

A avaliação da aprendizagem consiste na averiguação do desempenho de conteúdos, habilidades, competências e da verificação da assiduidade do estudante nas atividades presenciais e a distância.

A avaliação dos estudantes será composta pelo seguinte somatório:

I - Das avaliações presenciais (AP) totalizando em 60% e;

II - De avaliações a distância (AD) totalizando em 40% da nota em cada componente curricular.

A média de aprovação em cada componente curricular resultará da soma do total de pontos obtidos nas avaliações presenciais (AP) com o total de pontos obtidos nas avaliações a distância (AD), cujo resultado deverá, para aprovação do estudante nos cursos técnicos ser igual ou superior a 6,0, e nos cursos de graduação igual ou superior a 7,0.

As avaliações corrigidas deverão ser disponibilizadas aos estudantes no polo ou no ambiente virtual até sete (07) dias após sua realização, a fim de possibilitar apreciação, discussão ou reclamação dos resultados.

Para todos os efeitos, considerar-se-á avaliação como sendo toda estratégia didático-pedagógica, aplicada no processo de aprendizagem prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular.

A avaliação do conhecimento adquirido pelo estudante, tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) quanto nos encontros presenciais, poderá ser realizada por meio da combinação de no mínimo 02 (dois) e máximo 05 (cinco) dos seguintes instrumentos:

I - Elaboração de portfólio;

II - Memorial;

III - Testes escritos;

IV - Questionários;

V - Seminários;

VII - Elaboração de projetos;

VIII - Relatórios;

IX - Fóruns e outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica na modalidade EaD.

A avaliação dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas deve considerar seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer, e deve contribuir para o crescimento e a autonomia.

b) AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Após o término de cada ano, os estudantes responderão a um questionário que terá como objetivo obter informações sobre o funcionamento do Curso, por meio da avaliação da eficiência e eficácia do processo de ensino e aprendizagem, em cumprimento à Organização Didática do IFRR, quando trata da avaliação da aprendizagem, considerando o sistema polidimensional, neste caso, incluindo as dimensões:

- Avaliação dos componentes curriculares e das atividades acadêmicas específicas do curso (*visa identificar e diagnosticar o desenvolvimento do Currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do estudante*);
- Avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso (*objetiva assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho docente, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso*);
- Avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos);
- Auto avaliação do estudante.

A sistemática será única no âmbito do CBVZO, cabendo à Direção-Geral homologar o instrumento que deverá ser proposto pelo Departamento de Ensino, em conjunto com sua equipe técnico-pedagógica. A Coordenação de Curso será responsável pela realização da avaliação em data prevista no Calendário Escolar, em parceria com o Departamento de Ensino e o Setor Pedagógico.

c) APOIO AO ESTUDANTE

O Coordenador de Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com o suporte da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES). A COPED e a CAES, são as coordenações que trabalham em conjunto, oferecendo serviços para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes ao longo do curso e para atuar: no que se refere à sensibilização dos estudantes sobre seus direitos e deveres; na implementação das políticas de assistência ao estudante; no combate à retenção e à evasão; no suporte às demandas psicossociais e de enfermagem; no suporte ao planejamento docente e; no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico das turmas.

19. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE

Conforme a Lei no 10.861/2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo requisito obrigatório para a conclusão do curso e para o recebimento do diploma pelo estudante.

20. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos ocorre nos termos dos artigos 16 a 19 da Organização Didática (Resolução nº 716 CONSUP/IFRR, de 4 de janeiro de 2023).

Art. 16. O aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente, nos termos desta Organização Didática.

§ 1º O estudante terá direito a aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior.

§ 2º O período para requerer aproveitamento de estudo será definido no Calendário Acadêmico.

§ 3º Para requerer o aproveitamento de estudos, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

§ 4º O estudante poderá requerer aproveitamento de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso;

Art. 17. O aproveitamento de estudos ocorrerá quando se tratar de cursos legalmente autorizados e realizados em instituições de ensino reconhecidas e credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Parágrafo Único. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

Art. 18. A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) em Central de serviço com abertura de chamado>Registro acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

I - Histórico Escolar;

II - Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

Art. 19. O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a/o Diretoria/Departamento de Ensino/Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

I - Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;

II - Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

§ 1º O aproveitamento de estudos compreenderá apenas componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC.

§ 2º O docente responsável pelo componente curricular solicitado terá cinco (05) dias úteis para analisar os documentos referentes, em conformidade com as disposições constantes nesta Organização Didática, emitindo parecer para anexar ao processo.

§ 3º O Coordenador do Curso deverá analisar o processo com o parecer do docente e publicar parecer final em, no máximo, vinte (20) dias após solicitação do estudante, observando o aproveitamento da disciplina, listando a(s) equivalência(s), a(s) dispensa(s) e as que o estudante deverá cursar.

§ 4º Após o trâmite mencionado no caput deste artigo, os resultados deverão ser encaminhados ao setor de Registro Acadêmico para encaminhamentos necessários.

§ 5º Até a data de publicação do parecer, o estudante deverá frequentar as aulas regularmente.

§ 6º Para efeito de Registro Acadêmico, constará no Histórico Escolar a indicação de que houve Aproveitamento de Estudos (AE) e a relação de componentes curriculares aproveitados com a respectiva

carga horária.

21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação tem caráter permanente e atuará em conformidade com regulamento próprio. De acordo com o PDI a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é constituída por uma CPA Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*. A CPA conduzirá os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de auto avaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

- Lei nº 10.861/2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017-Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

A Avaliação Interna do IFRR, das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Cursos Técnicos e superiores do IFRR, será orientada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), devendo abranger:

- I- Estrutura Física;
- II- Estrutura Organizacional;
- III- Corpo Docente;
- IV- Corpo Discente.

A Comissão Própria de Avaliação tem caráter permanente e atuará em conformidade com regulamento próprio.

22. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

a) Pessoal Docente

N.º	PROFESSOR	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
1	Adriana Alves do Amaral	Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês	Estudos Literários e Língua Portuguesa	-	-	40 – DE
2	Alexandre Soares de Melo	Tecnólogo em Gestão Pública	Gestão Pública, Violência Doméstica	Ciências Jurídicas, Gestão Pública	-	40 – DE

3	André Maia Lima	Bacharelado e licenciatura em Educação Física	-	Mestrado em Ciências do Esporte	Doutorado em Ciências do Esporte	40 – DE
4	Antonio Ferreira da Silva	Licenciatura em Física	-	Física	-	40 – DE
5	Armando Gomes Neto	Licenciatura em Química	-	Educação	-	40 – DE
6	Bárbara Morais da Costa de Souza	Bacharelado em Secretariado	Secretariado Executivo	-	-	40 – DE
7	Caio Felipe Fonseca do Nascimento	Bacharelado em Ciências Contábeis	Auditoria e Perícia Contábil	Contabilidade e Finanças	-	40 – DE
8	Cícero Thiago M. D. dos Reis	Bacharelado em Ciências Econômicas	-	Sociedade e Cultura na Amazônia	-	40 – DE
9	Clarice Gonçalves Rodrigues Alves	Licenciatura em História	-	Educação	-	40 – DE
10	Daniele Sayuri Fujita Ferreira	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	-	Mestre em Ciências Ambientais	Doutora em Ciências	40 – DE
11	Elaine Ramires Pinto	Bacharelado em Administração	Gestão Pública	Mestrado profissional em Engenharia de Produção	-	40 – DE
12	Elieser Rufino de Souza	Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa	Ensino-aprendizagem de línguas e literatura	Mestrado em Letras	-	40 – DE
13	Fernanda do Casal	Bacharelado em Administração	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	-	-	40 – DE

14	Francisco Oliveira Silva Júnior	Licenciatura em Física			-	40 - DE
15	Gisela Hahn Rosseti	Licenciatura em Educação Física	Educação Inclusiva	Mestrado em Educação	-	40 – DE
16	Gutemberg Leão Brasil	Licenciatura em Matemática	Docência do ensino superior	Mestrado profissional em matemática em rede nacional.		40 - DE
17	Hudson do Vale de Oliveira	Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Administração e Comunicação Social Com habilitação em Jornalismo	MBA em Gestão de Cooperativas	Agronomia	Agronomia	40 – DE
18	Isaac Sutil da Silva	Licenciatura em Biologia	-	Ensino de Ciências	-	40 – DE
19	Jaiandra da Silva Guimarães	Bacharelado em Administração	-	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	-	40 – DE
20	Jonierison Alves Pontis	Licenciatura em Química	-	Química	-	40 – DE
21	Josenildo Rodrigues da Silva	Licenciatura em Matemática	-	Mestrado profissional em Matemática	-	40 – DE
22	Lee Marcos Cruz de Souza	Tecnológica em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas Computação Aplicada	Engenharia de Processos	-	40 – DE
23	Marcos Antonio de Oliveira	Bacharel e licenciatura em História	-	Mestrado em História Social	Doutorado em Sociologia da Educação	40 – DE

24	Mariana da Silva de Souza	Bacharelado em Contabilidade	Formação do Docente do Ensino Superior	-	-	40 – DE
25	Mariana Lima da Silva	Licenciatura em Ciências Sociais	Filosofia e Ensino de Filosofia	Ciências Sociais	-	40 – DE
26	Paulo Sergio Romeu Alvarenga	Letras - Licenciatura: Língua Inglesa e Língua Portuguesa	Docência para a Educação Profissional	Engenharia de Produção	-	40 – DE
27	Rafaela dos Santos Morgade	Licenciatura em Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Especialização em Tradução em Espanhol	-	-	40 – DE
28	Rômulo do Nascimento Pereira	Bacharelado em Desenho Industrial	Especialização em Artes Visuais: cultura e criação	Mestrado profissional em Letras e Artes	Doutorado em Design	40 - DE
29	Sandra Grutzmacher	Licenciatura Plena: Português e Lit. da Língua Portuguesa	Literatura Brasileira e MBA Recursos Humanos e Marketing	Educação	-	40 – DE
30	Sueli Souza Martins	Licenciatura em Geografia	Especialista em Metodologias de Ensino na Educação Superior	-	-	40 – DE
31	Tarsis Araújo Magalhães Ramos	Licenciatura em Língua Portuguesa	-	-	-	40 – DE
32	Tatyanne Rezende Costa	Bacharel em comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda	Comunicação e Marketing Integrado	-	-	40 -DE
33	Valério Ramalho da Silva	Licenciatura em Educação Artística	Tecnologias em Educação a Distância	-	-	40 – DE
34	Veritha Nascimento Pessoa	Licenciatura em Geografia	Educação Ambiental	-	-	40 – DE

35	Vitor Lopes Resende	Bacharelado em Comunicação Social	Mestrado em Comunicação	-	-	40 – DE
36	Wilson Alves da Silva Filho	Bacharelado em Secretariado Executivo	Educação Empreendedora	.	-	40 – DE

b) Pessoal Técnico

N.º	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aldaires Aires da Silva Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Ambiental e Sustentabilidade/Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
2	Aline Lima Soares da Costa	Auxiliar de Biblioteca	Agroindústria	Licenciatura em Letras - Espanhol	Compreensão de textos e tradução da língua espanhola/Tecnologias e Educação a Distância	-	-	40
3	Antonio Teixeira Linhares Filho	Operador de Máquinas Pesadas	-	-	-	-	-	40
4	Diogo Saul Silva Santos	Administrador	-	Bacharelado em Administração	Gestão e Administração Pública	-	-	40
5	Dumont Camelo Melo	Técnico em Laboratório	-	Bacharelado em Sistemas de Informação	Informática e Comunicação na Educação	-	-	40
6	Elisangela Monção Miné	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Gestão Social: Políticas Públicas Redes e defesa de direitos	-	-	40

7	Elivaldo Torreia de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em Contabilidade	Gestão Pública	-	-	40
8	Enilde Lopes Satelles	Técnico em Secretariado	Secretariado	Bacharelado em Administração	Gestão de Pessoas	-	-	40
9	Eunice Lima de Oliveira Barbosa	Tradutor e Intérprete de LIBRAS	-	Licenciatura em Pedagogia	Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	-	-	40
10	Francimeire Sales de Souza	Pedagogo	-	Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Coordenação pedagógica	Gestão Escolar Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
11	Gabriel Carvalho Gomes	Técnico em Laboratório	Técnico em Química	Licenciatura em Química	-	Agroecologia	-	40
12	Gardênia da Silva Frazão	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Bacharelado em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia	Especialização em Docência do ensino superior	-	-	40
13	Gessiglay Silva Claudino	Auxiliar em Administração	-	-	-	-	-	40
14	Gildo Sousa dos Santos Junior	Técnico em Audiovisual	-	Bacharelado em Gerência de conteúdo para web	-	-	-	40
15	Igor Sales Gomes de Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnológico em Gestão Pública	Especialização em MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40

16	Ilmara da Silva Ferreira	Assistente de Aluno	-	Gestão Pública	-	-	-	40
17	João Danilo Souto Maior Nogueira Neto	Técnico em Eletrotécnica	-	Engenharia Elétrica	-	-	-	40
18	Jonatas Silva Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnológico em Gestão Pública	-	-	-	40
19	Jorge Luis Cavalcante de Souza	Assistente em Administração	-	Graduação em Direito	Especialização em Direito Público	-	-	40
20	Jose Gabriel Ribeiro Figueiredo	Tradutor Intérprete de Libras	-	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Especialização em MBA em Administração Estratégica; Especialização em Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	-	-	40
21	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno	-	Gestão pública	-	-	-	40
22	Joziane Lucas Gomes	Assistente de Aluno	-	Ciências Biológicas	-	-	-	40
23	Larissa Oliveira Lira	Psicóloga	-	Psicologia	Saúde pública com ênfase em saúde da família	-	-	40
24	Leidiane Firmino de Sá	Assistente em Administração	-	Licenciatura em Letras – Espanhol Bacharelado em Gestão Ambiental	-	-	-	40

25	Leonardo Pereira Santos	Contador	-	Bacharelado em Ciências Contábeis	Gestão Pública		-	40
26	Manaliel Pais Pereira Junior	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Análise de Desenvolvimento de Sistemas	Sistemas de Telecomunicações		-	40
27	Marta Sabrina Mota	Administradora	-	Graduada em Ciências Contábeis e Administração	Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal		-	40
28	Marta Silva Sousa	Assistente Social	-	Serviço Social	Serviço Social na Educação	Educação	-	40
29	Maycon Diego Silva Ribeiro	Analista de Sistemas de Informação	-	Bacharelado em Sistemas de Informação	Engenharia de Sistemas		-	40
30	Nataliana Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena e Bacharelado em História	Gestão Escolar		-	40
31	Rosineia Silva da Silva	Bibliotecário/ Documentalista	-	Bacharelado em Biblioteconomia	Gestão da Informação em Biblioteca Digital		-	40
32	Rosana Maria Lima Oliveira	Técnico em Secretariado	-	Gestão Pública	Gestão pública e de pessoas		-	40
33	Sheneville Cunha de Araújo	Jornalista	-	Bacharelado em Comunicação Social	Comunicação Social, Assessoria de Comunicações e Novas Tecnologias	Antropologia Social	-	30
34	Simone Sibebe Schuertz Souza	Auxiliar em Biblioteca	-	Bacharelado em Ciência da Computação/ Design Gráfico	Engenharia de Sistemas		-	40

35	Thiago dos Santos Cidade	Técnico em Tecnologia da Informação	Técnico em Informação com ênfase em Hardware	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-	-	40
36	Vivian Alves de Azevedo	Enfermeira	Enfermagem	Bacharelado em Enfermagem	Saúde da Família e em Enfermagem do trabalho	-	-	40

23. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Os espaços físicos utilizados pelo curso são constituídos por infraestrutura adequada que atende às necessidades exigidas pelas normas institucionais, diretrizes do curso e órgãos oficiais de fiscalização pública. As dependências encontram-se dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade nº 13.146/2015, sendo que o acesso às salas de aula, bem como a circulação pelo *campus*, é sinalizado por pisos táteis e orientação em braile. Há rampas em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

A infraestrutura compõe-se dos seguintes espaços: salas de aula, instalações administrativas, instalações para os docentes, coordenação, laboratórios específicos, auditório, biblioteca etc.

Os mobiliários são adequados para as atividades, todas as salas de aula são dotadas de carteiras móveis, em material adequado. A mesa do professor também é adequada ao trabalho do docente, tanto em relação ao material quanto às dimensões e localização. A lousa é feita em vidro, e os professores utilizam pincel para o desenvolvimento de suas atividades, fornecidos periodicamente pela instituição. Todas as salas possuem sistema de refrigeração artificial através de aparelhos de ar-condicionado. A limpeza das salas de aula é realizada diariamente. Todas as salas de aula possuem acesso à internet.

Os Laboratórios de Informática, amplamente utilizados pelos docentes e estudantes, garantem as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo também o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados.

O espaço dispõe de novos equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que podem contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasses, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

A Instituição disponibiliza recursos de informática aos seus estudantes (recursos de hardware e software), implementados de acordo com as necessidades do curso. Estão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias.

Além da biblioteca física, o *Campus* possui uma biblioteca virtual que é gerenciada pelo software Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Seu acervo consta não somente livros da bibliografia básica das disciplinas ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais, mapas e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo on-line para consulta.

A Biblioteca Digital tem como missão disponibilizar ao estudante mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência por meio de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas.

24. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

O CBVZO atende o que preconiza a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e ainda o que preconiza o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias que poderão ser trabalhadas no atendimento aos estudantes que delas necessitarem são: materiais escolares e pedagógicos acessíveis, comunicação alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para mobilidade, localização, a sinalização e o mobiliário que atenda às necessidades posturais. O *campus* conta atualmente com dois tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico, conforme demanda.

25. DIPLOMAÇÃO

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares previstos nas séries do Curso, e alcançar a média mínima para aprovação (7,0), com frequência mínima de 75%, será conferido o Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública.

26. REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB n. 01/04. Institui as Diretrizes para a organização e a realização de Estágio de discente da Educação Profissional e do Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação Especial.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB n. 04/05. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB Nº. 01/05, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Ed. Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5154/04.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB n. 02/05. Modifica a redação do §3º do art. 5º da Resolução CNE/CEB Nº 1/2004.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 dez. Brasília, 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília/DF: 2008.

_____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da População 2010. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=140010>. Acesso em 07 de jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR – Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019 a 2023. Roraima, 2019. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023>. Acesso em 07 de jun. 2023.

_____. Organização Didática do IFRR. Roraima, 2023. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/pro-reitorias/ensino/organizacao-didatica/organizacao-didatica-ifrr-2023/view>. Acesso em 07 de jun. 2023.

_____. Resolução 682/2022- Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima. CONSUP/IFRR, de 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2022/resolucao-n-o-682-2022-conselho-superior/view>. Acesso em 07 de jun. 2023.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 24 de agosto de 2023.

NOME COMPLETO DO SIGNATÁRIO

Presidente

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 24/08/2023 15:08:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 229613

Código de Autenticação: 81dde3a355





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 751, de 24 de agosto de 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação em Educação para o Trânsito e Cidadania na Modalidade de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Novo Paraíso.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução CONSUP/IFRR N° 716, de 4 de janeiro de 2023. (Organização Didática do IFRR), a Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021 (normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23230.000182.2023-13 e a decisão do colegiado tomada na 86ª sessão plenária, realizada em 7 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação em Educação para o Trânsito e Cidadania na Modalidade de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) *Campus* Novo Paraíso, conforme Anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 24 de agosto de 2023

NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA
Presidente do CONSUP

ANEXO I

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS NOVO PARAÍSO

Proposta Pedagógica do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CIDADANIA
na modalidade de Educação a Distância

Caracarái – RR
2023

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

(Portaria nº 48/2023- GAB/DG-CNP/IFRR, de 24 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria nº 88/2023- GAB/DG-CNP/IFRR, de 31 de março de 2023)

Membros:

Adriano Bom Jesus (Polícia Rodoviária Federal)

Alaine Andrade de Moraes

Andreia Cristina Nicoletti Carvalho (DETRAN/RR)

Cassiano Henrique Monteiro Corrêa Ramos

Eliaquim Timóteo da Cunha

Lilian Cavalcante da Silva

Tassiane dos Santos Ferrão

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
3. APRESENTAÇÃO	7
4. JUSTIFICATIVA	10
5. OBJETIVOS	14
6. INFORMAÇÕES DO CURSO	15
6.1 CONCEPÇÃO	15
6.2. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	16
6.3 MATRÍCULA	16
6.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	16
6.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	17
6.6. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO CURSO	18
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
7.1 ESTRUTURA CURRICULAR	19
7.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO	20
7.3 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	21
7.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	33
8 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	35
9 LINHAS DE PESQUISA	37
10 PERFIL DO CORPO DOCENTE	39
11 INTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA	40
12 CERTIFICAÇÃO	41
13 REFERÊNCIAS	4

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME DA INSTITUIÇÃO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, <i>Campus</i> Novo Paraíso.
CNPJ	10.839.508/0003-01
ESFERA ADMINISTRATIVA	Federal
ASPECTO LEGAL	IFRR/ <i>Campus</i> Novo Paraíso - Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.
ENDEREÇO	Rodovia BR 174, Km 512, Vila Novo Paraíso, Caracarái - RR
TELEFONES	(95) 3532-4100 - (95) 3532-4101
SITE	https://novoparaiso.ifrr.edu.br

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORA DO IFRR

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adnelson Jati Batista

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Emanuel Alves de Moura

DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

DIRETORA DE ENSINO DO *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

Edileusa de Jesus dos Santos

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO	Educação para o Trânsito e Cidadania
ÁREA DO CONHECIMENTO	Ciências Humanas: Educação
MODALIDADE	Curso de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em EaD
CARGA HORÁRIA	450 horas
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO	Eixo temático
FUNCIONAMENTO	Integral
PÚBLICO-ALVO	Profissionais da educação e da segurança pública graduados em curso superior reconhecido pelo MEC, de todas as áreas do conhecimento.
LOCAL DO CURSO	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima <i>Campus</i> Novo Paraíso
NÚMERO DE VAGAS	150 estudantes por oferta
REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO	Diploma ou declaração de conclusão de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação.
DURAÇÃO DO CURSO	18 meses
COORDENAÇÃO RESPONSÁVEL	Coordenação de Pesquisa Pós-graduação e Inovação
COORDENADOR DO CURSO	Cassiano Henrique Monteiro Corrêa Ramos

3 APRESENTAÇÃO

O IFRR busca cumprir com sua missão institucional, consolidando uma política de ensino, pesquisa e extensão que se caracteriza pela atenção aos princípios educacionais e pedagógicos definidos na Lei n.º 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) e nos demais documentos complementares emanados do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Na área da educação profissional, a instituição oferta cursos de formação, atualização e qualificação nos vários níveis de ensino (formação inicial e continuada, formação técnica de nível médio, formação de nível superior e pós-graduação), além de prestar serviços de assessoria e consultoria.

A instituição tem por missão “Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável”. Dessa forma, a instituição propicia a formação integral de profissionais para atuarem no mundo do trabalho como cidadãos transformadores da sociedade.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR (2019-2023), os objetivos do IFRR são: ministrar educação profissional e tecnológica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores; realizar pesquisa aplicada; desenvolver atividades de extensão; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e ministrar cursos de educação superior de tecnologias, licenciaturas, bacharelados em engenharia; além de oferecer cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização e cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado.

Ainda segundo a Lei n.º 11.892/2008, é facultada a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização por essas instituições de ensino, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, bem como de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) que contribuam para o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Dessa forma, de acordo com a legislação vigente, o IFRR tem autonomia e estrutura para ofertar o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania na Modalidade Educação a Distância, objetivando atender, preferencialmente, servidores da Segurança para o Trânsito, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria Estadual de Educação.

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O IFRR foi criado em 29 de dezembro de 2008, através da Lei n.º 11.892, com a finalidade de oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade para a população do estado de Roraima. Sua criação foi um marco na história do estado, pois antes a formação técnica se restringia a escolas isoladas.

A história do IFRR remonta à extinta Escola Técnica, implantada em 1986, a qual iniciou suas atividades em 1987 com os cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações, funcionando em espaço físico cedido pela Escola de Formação de Professores de Boa Vista – RR. Em 1988, a Escola Técnica de Roraima foi formalmente instituída pelo Governo do então Território Federal de Roraima por meio do Decreto n.º 026 (E). Em 1993, a Escola Técnica Federal de Roraima foi criada por meio da Lei Federal n.º 8.670 e transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) pela Lei n.º 8.948, de 1994. Sua efetiva implantação como CEFET-RR ocorreu em 2002. Em 2005, o governo federal instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, em 2008, o CEFET-RR foi transformado em Instituto Federal de Roraima (IFRR).

O IFRR é uma instituição de educação superior, básica e profissional especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. É uma instituição autônoma de natureza autárquica, integrante do Sistema Federal de Ensino, possuindo organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, vinculada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Desde sua criação, o IFRR tem se destacado por oferecer cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e educação a distância em diversas áreas do conhecimento. Além disso, a instituição também investe em pesquisa e extensão, promovendo projetos que beneficiam a comunidade local.

Ao longo dos anos, o IFRR tem passado por um processo constante de expansão. Atualmente, a instituição conta com estrutura multicampi composta por cinco campi: Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e além da Reitoria. Em 2022, os cinco campi contavam com mais de 5 mil estudantes matriculados em seus cursos presenciais e a distância, sendo mais de 700 matriculados no *Campus* Novo Paraíso. Ademais, o IFRR possui em seu quadro 651 servidores efetivos, entre técnicos administrativos e docentes. Nesse contexto, a instituição se tornou referência em educação profissional e tecnológica na região Norte do país, sendo reconhecida pela qualidade de seus cursos e projetos.

Diante do exposto, é importante destacar que o IFRR tem como missão formar profissionais capacitados e comprometidos com a transformação social, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural da região. A instituição tem se mostrado fundamental para a formação de profissionais de qualidade em Roraima e para a promoção da inclusão social através da educação voltada para o mundo do trabalho em constante evolução.

Nesse sentido, os campi do interior do estado contribuem com o desenvolvimento de localidades mais afastadas da capital Boa Vista, levando educação gratuita e de qualidade para as cidades do interior. Dentre esses, o *Campus* Novo Paraíso, localizado na zona rural da cidade de Caracará, representa a presença do IFRR no sul do Estado de Roraima.

O *Campus* Novo Paraíso (CNP) foi criado em 2008, a partir da transformação da antiga Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) Novo Paraíso. O CNP oferta cursos prioritariamente do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais. Sendo que, em 2023, o campus conta com um Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, um curso superior bacharelado e três cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de desenvolver cursos de formação inicial continuada (FIC) e projetos de inovação, ensino, pesquisa e extensão, levando conhecimento a comunidade do Sul do Estado de Roraima.

3.2 MISSÃO

Promover a formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3.3 VISÃO

Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

3.4 VALORES

Ética e Transparência; Inclusão Social; Gestão democrática; Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana e Responsabilidade Socioambiental.

4 JUSTIFICATIVA

4.1 POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS

Em 2011 foi lançada pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) a Década de Ação pelo trânsito seguro, que convida os países-membros a desenvolverem ações incisivas para a redução dos alarmantes índices de acidentes de trânsito e de suas consequências. Conforme a ONU, os acidentes no trânsito matam cerca de 1,3 milhão de pessoas por ano, constituindo-se na nona causa de mortes em todo o mundo, além de ferirem de 20 a 50 milhões de pessoas anualmente. O Brasil comprometeu-se em reduzir em 50% os índices de acidentes no decorrer da década.

Ficamos distantes de alcançar a meta estabelecida para a Década de Ação pelo Trânsito Seguro (2011-2020). Conforme dados do DataSUS, do Ministério da Saúde, em 2016 o Brasil registrou 37.345 mortes no trânsito, uma redução de 3% em relação ao ano anterior. Iniciamos a Década com 43.256 em 2011. Somados os anos 2011 a 2016 foram 254.110 mortes no trânsito brasileiro. Não bastasse a gravidade das mortes, os feridos em acidentes de trânsito ocupam cerca de 50% dos leitos dos hospitais.

Em 2019 foram 31.307, cerca de 28 mil indenizações por morte e uma média de 80 mortes por dia no trânsito brasileiro. Estamos agora na Segunda Década de para a Segurança no Trânsito, definida pela ONU para o Período 2021 a 2030, sendo a redução dos limites de velocidade a principal proposta.

Em vigor desde 2018, a Lei 13.614, que cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos. Conforme a referida lei:

Art. 3º O Pnatrans deverá conter:

- I - os mecanismos de participação da sociedade em geral na consecução das metas estabelecidas;
- II - a garantia da ampla divulgação das ações e procedimentos de fiscalização, das metas e dos prazos definidos, em balanços anuais, permitindo consultas públicas por meio da rede mundial de computadores;
- III - a previsão da realização de campanhas permanentes e públicas de informação, esclarecimento, educação e conscientização visando a atingir os objetivos do Pnatrans.** (Grifo nosso)

A Constituição Federal de 1988, art. 23, define que: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] XII – estabelecer e implantar a política de educação para o trânsito.

A Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, estabelece no art. 1º, § 2º: O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Conforme o art. 20, inciso IX do mesmo código: Compete à Polícia Rodoviária Federal: [...] Promover a participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito; Ademais, o citado diploma legal estabelece ainda no art. 74 que: A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Com um capítulo dedicado à educação, o código em comento define ainda, conforme o art. 76: A educação para o trânsito será promovida na pré-escola, e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nas respectivas áreas de atuação.

No âmbito da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que estabelece as Bases da Educação Nacional, estabelece no art. 27 que: os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I. A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

Já no art. 32 fica estabelecido que: O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a a. b. c. vida social.

Infere-se que a formação do cidadão para o compartilhamento das vias públicas como espaço de convivência e exercício da cidadania está contemplada nos citados artigos da LDB e que se concretiza pela educação para o trânsito.

Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ao tratarem das áreas e temas transversais considera que a educação para o trânsito poderá ser considerada como tema transversal, entre os temas locais a serem definidos no âmbito do estado, do município ou da escola, como tema de urgência social, principalmente nos centros urbanos, onde o trânsito tem sido fonte de intrincadas questões de naturezas diversas.

Conforme o texto da Introdução aos PCN:

Além das adaptações dos temas apresentados, é importante que sejam eleitos temas locais para integrar o componente Temas Transversais; por exemplo, muitas cidades têm elevadíssimos índices de acidentes com vítimas no trânsito, o que faz com que suas escolas necessitem incorporar a educação para o trânsito em seu currículo. Além deste, outros temas relativos, por exemplo, à paz ou ao uso de drogas podem constituir subtemas dos temas gerais; outras vezes, no entanto, podem exigir um tratamento específico e intenso, dependendo da realidade de cada contexto social, político, econômico e cultural. Nesse caso, devem ser incluídos como temas básicos. (BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997, p. 45)

Portanto, os alarmantes números de mortos e feridos no trânsito, as consequências socioeconômicas dos acidentes e a legislação citados justificam a soma de esforços entre a PRF e o IFRR, tendo como beneficiários os professores e/ou trabalhadores em educação das secretarias municipais de educação para viabilizar a capacitação de professores e tornar efetiva a educação para o trânsito no âmbito das escolas de Roraima. Além disso, o objeto da parceria ora proposta contempla atribuições dos partícipes.

Pretende-se que o egresso do Curso de Especialização em Educação para o Trânsito e Cidadania seja profissional crítico e reflexivo, atuante na discussão, planejamento e execução de políticas públicas e atividades de educação para o trânsito em diversos espaços públicos e privados com cidadãos de variadas características de faixa etária de idade, de renda e de áreas de atuação, todos componentes do complexo tecido social brasileiro, que em Roraima inclui também expressivo número de estrangeiros.

Esse profissional deve também estar apto a atuar de forma compromissada e ética, contribuindo para aprendizagens significativas, formação de valores e construção de um trânsito mais seguro e sustentável. Além de pensar as relevantes contribuições que o incremento da segurança viária pode trazer em termos de economia de recursos públicos e redução dos números de mortos e feridos, com a consequente preservação de estruturas familiares.

Para formar tais profissionais capazes de planejar e executar políticas públicas, projetos e ações de educação para o trânsito e cidadania, reconhecendo o trânsito como espaço de convivência e exercício da cidadania, além de fomentar a adoção de comportamentos seguros e contribuir para a construção de uma cultura de paz no trânsito, atuando em múltiplos espaços como no ambiente escolar, corporativo e com a população em geral, o Curso tem a matriz curricular estruturada para formar profissionais críticos e reflexivos, que questionem os contextos em que vivem e atuem como agentes da mudança e fomentem a adoção da ideia e da prática do trânsito seguro.

Os componentes curriculares foram elaborados para alicerçar uma formação teórico-prática que contemple os fundamentos teóricos e metodológicos do trânsito e da educação para o trânsito na confluência com a educação escolar, o conhecimento da complexidade e das principais normativas dessas duas áreas (educação e educação para o trânsito), o comportamento humano e as questões socioambientais que impactam nossa inserção no espaço público e de convivência denominado trânsito, o planejamento e a execução de atividades com atenção às articulações intersetoriais necessárias à construção de parcerias que diversifiquem as abordagens e ampliem o alcance das ações.

4.2 AVALIAÇÃO DE DEMANDA

O IFRR por meio do *Campus* Novo Paraíso, em consonância a proposta do PDI (2019-2023) do IFRR, visa expandir as ofertas de cursos, tendo como prioridade interiorizar e alcançar, especialmente, características socioeconômicas e geográficas regionais que impõe uma série de desafios para o acesso de grande parcela da população roraimense à educação.

O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), criado pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, propõe o desafio de, no período de dez anos, reduzir no mínimo à metade o índice nacional de mortos no trânsito por grupo de veículos e o índice nacional de mortos no trânsito por grupo de habitantes. Para atingir a meta fixada, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) propõe a contribuição de todos os estados da Federação. O desenvolvimento da proposta está pautado em seis pilares fundamentais, dentre eles o Pilar 4 – Educação para o trânsito. Dentre as ações previstas no Pilar 4, a Ação A4013 - Fomentar a disponibilização de cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, em universidades públicas e privadas, tem como meta para 2023 o aumento de 10% da taxa de crescimento dos cursos de pós-graduação que contemplem temas da segurança viária.

Dessa forma, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania visa atender a demanda dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito do estado de Roraima, a fim de cumprir a meta fixada na Ação A4013 do PNATRANS. Sendo um curso voltados para agentes públicos da rede estadual e federal preferencialmente das áreas da Segurança para o Trânsito, Segurança e Educação, portadores de diploma de graduação.

Visando atender preferencialmente Servidores da segurança para o Trânsito, Polícia Militar, Polícia Civil e Secretaria Estadual de Educação, o curso foi viabilizado por uma parceria do IFRR com o DETRAN-RR e colaboração técnica da Polícia Rodoviária Federal-RR. Considera-se que esta parceria configura-se de interesse público de ambas as instituições, de um lado o IFRR na expansão da oferta de cursos além dos seus espaços físicos de formação técnica e profissional em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*. E de outro o DETRAN-RR, com apoio de articulação com os agentes públicos, promovendo aos servidores ensino público de qualidade, o qual impactará diretamente no melhor serviço ofertado à população de Roraima.

Assim, nessa parceria o IFRR atuará diretamente no desenvolvimento da pesquisa em atendimento à missão, à política institucional e demais políticas públicas, visando ressignificar os caminhos da educação para os municípios do interior e capital, com olhar especial para o bem-estar do cidadão.

Contudo, sendo profissionais da segurança pública e da educação o público-alvo do curso, a área de atuação compreende a educação em todos os níveis, secretarias de educação, de transporte e afins, órgãos de trânsito nas esferas municipal, estadual e federal, órgãos de segurança pública e outros segmentos públicos e privados que tenham atribuição ou interesse nas áreas mobilidade, segurança viária, transportes e prevenção de acidentes.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais capazes de elaborar e executar ações, projetos e programas de Educação para o Trânsito e Cidadania, reconhecendo o trânsito como espaço de convivência e exercício da cidadania, além de fomentar a adoção de comportamentos seguros e contribuir para a construção de uma cultura de paz no trânsito.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais da educação e da segurança pública especialistas, por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à Educação para o Trânsito e Cidadania;
- Contribuir para a construção e execução democrática, participativa e socialmente responsável de ações, programas e projetos educacionais e sociais de Educação para o Trânsito;
- Identificar, a partir das vivências diárias, possibilidades de elaboração de propostas para o aprimoramento da segurança viária;

- Produzir e fomentar a produção de conhecimentos e práticas de Educação para o Trânsito e Cidadania que valorizem a transversalidade e a intersectorialidade;
- Promover a reflexão teórica e o debate sobre a Educação para o Trânsito e Cidadania, visando a construção de metodologias inovadoras, capazes de dialogar com os novos desafios da educação nacional;
- Motivar o protagonismo discente e as potencialidades da contribuição das novas tecnologias para a Educação no Trânsito e Cidadania.

6. INFORMAÇÕES DO CURSO

6.1 CONCEPÇÃO

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania na modalidade de educação a distância pretende formar profissionais especialistas articulando conhecimentos da educação e políticas públicas para o trânsito e cidadania.

O curso será realizado em três semestres, com duração de 18 (dezoito) meses totalizando 450 horas. A organização curricular contará com três eixos temáticos: I) Aspectos Teóricos e Metodológicos da Educação para o Trânsito e Cidadania; II) Fundamentos do Trânsito e da Segurança Viária; III) Pluralidade e Interface do Trânsito com as questões sociais.

Os componentes curriculares serão ofertados separadamente, de modo sequencial e sucessivo. Sendo que, apenas a orientação de TCC será realizada concomitante com os demais componentes curriculares.

As aulas acontecerão na modalidade de educação a distância, sendo no mínimo 2 horas semanais de aulas síncronas. Será realizado um encontro presencial por eixo totalizando três encontros presenciais.

6.2. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania EAD será realizado mediante inscrição em processo seletivo definido em Edital específico que será elaborado e publicado por uma comissão formada pela Coordenação de Pesquisa e o Setor de Educação a Distância do IFRR *Campus Novo Paraíso*.

A inscrição no processo seletivo terá como requisito possuir diploma ou declaração de conclusão de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação.

6.3 MATRÍCULA

A matrícula será realizada pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA) por meio da entrega de cópia e apresentação dos documentos originais abaixo relacionados e demais comprovações definidas no Edital de seleção:

- Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso Superior;
- Histórico Escolar;
- Duas fotos 3x4, recente;
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de Eleitor;
- Certificado de reservista ou dispensa da incorporação;
- Comprovante de residência.

6.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O estudante do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania EAD poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares cursados nos últimos 5 (cinco) anos em programas e cursos de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES de outras instituições ou do próprio IFRR, conforme os seguintes critérios determinados na Resolução 638/2021 – CONSUP/IFRR:

- A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser realizada no início do Curso ou antes de o componente curricular ser ministrado, no Setor de Registros Acadêmicos do Campus, mediante apresentação de documento oficial, constando ementa e carga horária do componente curricular cursado;
- O aproveitamento de componentes curriculares deverá totalizar, no máximo, 20% da carga horária total do curso;
- Para fins de aproveitamento, os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso;
- Caberá ao Setor de Educação a Distância, juntamente com o professor que ministra o componente curricular, deferir ou indeferir a solicitação de aproveitamento de componente curricular, observando a compatibilidade de conteúdos, cargas horárias e a oferta do componente no período letivo.

6.5 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O IFRR *Campus Novo Paraíso* seguirá os procedimentos estabelecidos na Organização Didática vigente do IFRR e na Resolução 638/2021 – CONSUP/IFRR que dispõe sobre as normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Roraima.

A avaliação da aprendizagem deve ser um processo contínuo, dinâmico, diagnóstico e formativo, focado na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante. A qual deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

Na Educação a Distância, a avaliação do desempenho didático será realizada por componente curricular, de forma contínua, abrangendo a avaliação dos encontros presenciais e a participação do estudante no ambiente colaborativo de aprendizagem virtual.

Diante do exposto, será considerado aprovado o estudante que cumprir com totalidade os requisitos a seguir, conforme a Resolução 638/2021 – CONSUP/IFRR:

I - O estudante deverá ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular, considerando atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem e encontros presenciais;

II - O estudante terá de cursar todos os componentes curriculares que compõem o curso, com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

III - A avaliação será realizada conforme critérios definidos pelo professor e de acordo com as características do componente curricular;

IV – O estudante terá de elaborar e defender frente a uma banca examinadora o TCC em consonância com as linhas de pesquisa.

Conforma a Organização Didática do IFRR, os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas. Além disso, o docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino, sendo de sua competência a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem.

6.6. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Após o término de cada módulo, os discentes responderão a um questionário que terá como objetivo obter informações sobre o funcionamento do curso, por meio da avaliação da eficiência e eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Em cumprimento à Organização Didática do IFRR (IFRR, 2023), considerando o sistema polidimensional, a avaliação da aprendizagem deverá incluir as seguintes dimensões: Avaliação das estratégias de ensino (visa identificar e diagnosticar o desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do discente); e Avaliação do desempenho docente (objetiva assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho docente, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso).

Para a avaliação global de desempenho do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania EAD serão considerados os seguintes indicadores:

- Número de cursistas formados;
- Índice médio de evasão;
- Média de desempenho dos estudantes;
- Grau de aceitação dos egressos do curso.

A avaliação Interna do IFRR será orientada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), devendo abranger: estrutura física; estrutura organizacional; corpo docente; e corpo discente.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania, na modalidade EaD, está pautada nas determinações legais vigentes, presentes em diferentes dispositivos, tais como: Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); Base Nacional Comum Curricular; Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos (Lei 9.503/96); Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito (Portaria DENATRAN nº 147/2009); Política Nacional de Trânsito (Resolução CONTRAN nº 514/2014); Parâmetros Curriculares Nacionais; Diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR; Organização Didática vigente; Resolução n. 06 de 20 de setembro de 2012; Resolução do CNE/CP n. 01, de 05 de janeiro de 2021, ambos, responsáveis em definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissionalizante e Tecnológica. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.

Nessa perspectiva, a organização curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania será modular dividida em três eixos temáticos, que correspondem a dezoito meses, sob uma carga horária total de 450 horas de atividades acadêmicas e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

A organização curricular foi desenvolvida com o objetivo de garantir uma formação que subsidie a criação de propostas de planejamento e execução de políticas públicas, projetos e ações na área em comento, de forma a incrementar a atuação dos profissionais de segurança pública e educação, mediando, com isso, a construção de competências e habilidades necessárias à sua atuação profissional, atrelados ao desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nesse contexto, a organização curricular em questão, será desenvolvida sob diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, que visam o fortalecimento da autonomia e participação dos cursistas estudantes na sistematização de aprendizagens significativas, transpondo os limites da sala de aula. Dentre eles, podemos citar: metodologias ativas, aula expositiva dialogada, análise e discussões sobre diferentes temáticas afetas ao trânsito, resolução de problemas, mapa conceitual, estudo dirigido individual ou em grupo, leitura e produção textual, estudo de caso, consultas aos acervos da biblioteca, fórum, ensino com pesquisa que fomente o desenvolvimento de projetos e experimentos, visitas técnicas, objetivando a integração diálogo com a teoria e prática, assim como, o aproveitamento de experiências anteriores.

A estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania, na modalidade EaD, está dividida em quatorze Componentes Curriculares organizados em três eixos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura curricular do curso

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i> EM EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CIDADANIA		
EIXO 1	COMPONENTES CURRICULARES	C/H

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CIDADANIA 130h	Ambientação em AVA	30 h
	Aspectos Legais da Educação para o Trânsito	40 h
	Planejamento e Execução da Educação para o Trânsito	30 h
	Metodologia do Trabalho Científico	30 h
EIXO 2	COMPONENTES CURRICULARES	C/H
FUNDAMENTOS DO TRÂNSITO E DA SEGURANÇA VIÁRIA 130h	Introdução ao Código de Trânsito Brasileiro	30 h
	Comportamento Humano no Trânsito	40 h
	Mobilidade Segura de Crianças, Pedestres e Ciclistas	30 h
	Projeto de Intervenção I (TCC I)	30 h
EIXO 3	COMPONENTES CURRICULARES	C/H
PLURALIDADE E INTERFACE DO TRÂNSITO COM AS QUESTÕES SOCIAIS 150h	O papel da intersetorialidade na segurança viária	30 h
	Sinalização e linguagens no trânsito	30 h
	Trânsito e sociedade	30 h
	Questões ambientais e trânsito	30 h
	Projeto de Intervenção II (TCC II)	30 h
Orientação de TCC		40 h
CARGA HORÁRIA TOTAL		450 h

7.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

Os componentes curriculares estão divididos em três eixos temáticos além do trabalho de conclusão de curso (40h): I) Aspectos Teóricos e Metodológicos da Educação para o Trânsito e Cidadania com 4 componentes curriculares totalizando 130 horas; II) Fundamentos do Trânsito e da Segurança Viária com 4 componentes curriculares totalizando 130 horas; III) Pluralidade e Interface do Trânsito com as questões sociais com 5 componentes curriculares totalizando 150 horas. A representação gráfica do processo formativo do curso está demonstrada na Figura 1.

Figura 1 – Representação gráfica do processo formativo do curso



Fonte: Comissão de elaboração

7.3 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Componente: Ambientação em AVA			Eixo 1
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Utilização de tecnologias, plataformas e ferramentas voltadas para a educação a distância com a finalidade de aproximar e promover o domínio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFRR/EaD utilizado para realização do curso.			
Referências			

Básicas:

FREITAS, M. T. A. (Org.). **Cibercultura e Formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda, 2009.

IFTO. **Informática com Ambientação em EAD**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2015. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1482>

MORAES, U. C. **Tecnologia educacional e aprendizagem: o uso dos recursos digitais**. São Paulo: Livro Pronto, 2008.

QUINTELA, A. J. F. ZAMBERLAN, M. F. **Ambientação para EAD**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2014. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1526>.

ZAGO, M. F.; BAIRRAL, M. A. **Tecnologias da Informação e da Comunicação e os projetos de trabalho online**. Norte Científico, v.5, n.1, p. 70-87, 2010. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/articulo/view/98/92>.

Complementares:

FRANCO, L. R. R. **EaD Virtual: entre teoria e prática**. 2ª edição. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2011.

MOTTA, R. A. S. M. et al. **Gestão da Tecnologia da Informação em ambientes Educacionais: um relato da experiência de implantação de curso de especialização lato sensu**. Resende: VII SEGeT, 2010.

NETTO, C. **Interatividade em ambientes virtuais de aprendizagem**. In: FARIA, Elaine Turk. Educação presencial e virtual: espaços complementares essenciais na escola e na empresa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006

Componente: Aspectos legais da Educação para o Trânsito			Eixo 1
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Ementa			
Aspectos legais da educação para o trânsito; trajetória da educação para o trânsito; campanhas e projetos de educação para o trânsito; educação para o trânsito no contexto escolar; aportes metodológicos para abordagem pedagógica da educação para o trânsito.			
Referências			
Básicas:			
BOM JESUS, A. Aspectos legais e aportes teóricos para uma abordagem escolar em educação para o trânsito. (texto produzido para o curso)			
BRASIL. Ministério das Cidades. Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola. Brasília. Ministério das Cidades, 2009.			
_____. Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental. Brasília, 2009.			
Complementares:			
BRASIL. Anexo I: Dos conceitos e definições. In: Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.			
_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.			
_____. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.			
_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			
COELHO, R. L. Educação para o Trânsito: uma tarefa para a escola. Mestrado Profissional em Educação. Universidade de Uberaba. Uberlândia/MG, 2020, 78 f.			

Componente: Planejamento e execução da educação para o trânsito			Eixo 1
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Elaboração de diagnósticos; calendário nacional da SENATRAN; contribuições das metodologias ativas para a EDT; construção de parcerias; planejamento e execução de projetos e campanhas.			
Referências			

Básicas:

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução nº 371, de 07 de julho de 1966, aprova instruções relativas à Semana Nacional de Trânsito.

_____.

_____. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução nº 420, 31 de julho de 1969, aprova Diretriz para Campanha Nacional de Trânsito. _____.

_____. Departamento Nacional de Trânsito. Portaria nº 147, de 02 de junho de 2009, que aprova as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola na forma estabelecida no Anexo I e as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental na forma estabelecida no Anexo II desta Portaria)

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS. **Trânsito: aprender para a vida**. Belo Horizonte: O Lutador, 2003.

FIGUEIREDO, W. B.; MÜLLER, G. **Planejamento estratégico segundo Matus: proposta e crítica**. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Organizadoras). Do Natural, do Social e de suas interações: visões geográficas. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2002.

UEPB. Formação continuada em educação para o trânsito. Coletânea de textos. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

Complementares:

ALMEIDA, E. G. de. Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental: dimensões metodológicas e formativas no planejamento, na execução e na avaliação de sequências didáticas. 2019, 64 f. Dissertação (Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2019.

BRASIL. Resolução Denatran nº 514, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Resolução CONTRAN Nº 980, de 23 de setembro de 2022. Estabelece a mensagem, os temas e o cronograma das campanhas educativas de trânsito a serem realizadas de janeiro a dezembro de 2023, bem como a mensagem educativa de trânsito a ser utilizada nacionalmente em todas as peças publicitárias destinadas à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins.

COELHO, R. L. Educação para o Trânsito: uma tarefa para a escola. Mestrado Profissional em Educação. Universidade de Uberaba. Uberlândia/MG, 2020, 78 f.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PARANÁ (GOVERNO DO ESTADO). **Plano de Ação da Escola**. In: Semana Pedagógica. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2015/anexo1_plano_acao_escola_sp2015.pdf

SACRISTÁN, J.; GOMES, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Art Med, 2000.

SÃO PAULO (Cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **O acompanhamento das aprendizagens e o plano de ação**. s.d. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Acompanhamento-das-Aprendizagens-2.pdf>

SILVA, M. S. M.; ZENAIDE, M. N. T. **Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica**. s.d. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/02/modulo_2_3_plano_de_acao_naza.pdf.

Componente: Metodologia do trabalho científico			Eixo 1
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
A importância da Metodologia Científica. Conhecimento Científico. Métodos Científicos de Pesquisa. Técnicas de Pesquisa. Classificação da Pesquisa quanto: à natureza, aos objetivos, aos procedimentos técnicos, e a forma de abordagem do problema. Projeto de Intervenção: Conceitos, características e etapas. Normas da ABNT/NBR 14724/15287/10520/6023/6027/6028, para os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais que estruturam o trabalho acadêmico. Redação científica. Delineamentos da pesquisa. Plágio Acadêmico: Modalidades e implicações. Análise dos dados e elaboração do relatório de pesquisa. Inventário e estudos de diagnósticos. Apresentação escrita de trabalhos.			
Referências			

Básicas:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 2017.

Complementares:

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das Normas da ABNT**. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

MASINI, E. F. S. **Metodologia da Pesquisa Educacional – 10ª Ed.** São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca da Educação da Educação, Série I, Escola; v. 11). Coletânea de textos de vários autores.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC. 2010.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente: Introdução ao Código de Trânsito Brasileiro			Eixo 2
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Apresentar a principal base jurídica que determina todo o Sistema Nacional de Trânsito e que serve como marco de sustentação legal para o desenvolvimento de todas as atividades que englobam o trânsito. Da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro (CTB), partem os fundamentos e garantias legais necessários para intervir nos processos que se aplicam com foco na circulação e na repressão, na bem como nas responsabilidades decorrentes no trânsito enquanto sistema complexo.			
Referências			
Básicas:			
BRASIL. 100 anos de Legislação de Trânsito no Brasil: 1910 - 2010 / Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito. – Brasília: Ministério das Cidades, 2010.			
_____. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.			
_____. CONTRAN. Sinalização horizontal. 1ª ed. Brasília, 2007.			
_____. CONTRAN. Sinalização vertical de advertência. 1ª ed. Brasília, 2007.			
Complementares:			
_____. CONTRAN. Sinalização vertical de advertência. 1ª ed. Brasília, 2007.			
_____. CONTRAN. Sinalização vertical de indicação. 1ª ed. Brasília, 2014			
FREITAS, P. V. N.; SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, G. J. A.; SILVA, D. C. Mobilidade urbana sustentável: problemas e soluções. Revista Científica ANAP BRASIL , v. 8, n. 12, 2015, p. 01-17.			
SILVA, T. A. B.; SOUZA, C. R. B. Perspectiva de uma mobilidade e acessibilidade urbana sustentável. In: 5º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais... Centro Universitário FAG, 2017. p. 01-12.			
TACO, W. G.; SOUSA, A. M.; SILVA, P. B. (orgs.). Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Equidade e Inclusão Social . Goiânia: Kelps, 2018.			

Componente: Comportamento humano no trânsito			Eixo 2
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
32 horas	8 horas	40 horas	
Ementa			
Comportamento Humano no Trânsito. Psicologia do Trânsito: objeto, histórico e objetivo; fatores humanos no trânsito: infrações, infratores e segurança viária; saúde mental, distúrbios comportamentais e segurança no trânsito; aspectos da personalidade e sua relação com os acidentes.			
Referências			

Básicas:

DA MATTA, R. **Fé em Deus e pé na tábua ou Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C. (Org). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA, F. C. da. **Fatores humanos e a percepção de riscos no trânsito**. Disponível em: <http://www.espacodotransito.com.br/site/dica/detalhes/sobre/5/fatoreshumanos-e-a-percepcao-de-riscos-no-transito.html>.

Complementares:

ALMEIDA, E. G. de. Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental: dimensões metodológicas e formativas no planejamento, na execução e na avaliação de sequências didáticas. 2019, 64 f. Dissertação (Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2019.

BRASIL. Resolução Denatran nº 514, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Resolução CONTRAN Nº 980, de 23 de setembro de 2022. Estabelece a mensagem, os temas e o cronograma das campanhas educativas de trânsito a serem realizadas de janeiro a dezembro de 2023, bem como a mensagem educativa de trânsito a ser utilizada nacionalmente em todas as peças publicitárias destinadas à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins.

COELHO, R. L. Educação para o Trânsito: uma tarefa para a escola. Mestrado Profissional em Educação. Universidade de Uberaba. Uberlândia/MG, 2020, 78 f.

Componente: Mobilidade segura de crianças, pedestres e ciclistas			Eixo 2
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Transporte de crianças em veículos automotores; mobilidade de crianças em vias públicas; dispositivos de retenção; regras de circulação para pedestres e ciclistas; percepção de risco, visibilidade e incremento da segurança nos deslocamentos diários; tempo de reação e noções de velocidade, espaço e tempo.			
Referências			
Básicas:			
ABRAMET. Segurança no transporte veicular de crianças – Parte I. Projeto Diretrizes, 2006. Disponível em: http://projetodiretrizes.org.br/4_volume/30-SegTransp.pdf			
BRASIL. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.			
_____. DENATRAN. Denatran responde: motociclita . Brasília: Ministério das Cidades, 2009.			
Complementares:			
ABRAMET. Segurança no transporte veicular de crianças – Parte II. Projeto Diretrizes, 2006. Disponível em: http://projetodiretrizes.org.br/4_volume/31-Segtransp.pdf			
_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cartilha do Ciclista . Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/mobilidade-e-servicos-urbanos/cartilhadociclista.pdf			

Componente: Projeto de intervenção I (TCC I)			Eixo 2
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Integração e aplicação dos conhecimentos adquiridos em outras disciplinas para a resolução de problemas práticos na área de estudo. Desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à elaboração de projetos interdisciplinares. Estudo de metodologias e ferramentas para a elaboração de projetos, incluindo planejamento, execução, monitoramento e controle. Desenvolvimento de habilidades de comunicação e trabalho em equipe. Redação e apresentação do projeto de pesquisa de TCC.			
Referências			

<p>Básicas:</p> <p>FILATRO, A. C.; B., SABRINA M. C. Produção de conteúdos educacionais. Editora Saraiva, 2017.</p> <p>GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7ed. São Paulo: Atlas, 2022.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001. 219 p. ISBN 85-224-2991-X.</p> <p>Complementares:</p> <p>ALERIANO, D. L. Gerenciamento estratégico e administração de projetos. São Paulo, SP: Makron Books, 2001.</p> <p>BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.</p> <p>MATTAR, J.; RAMOS, D. K. Metodologia da Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas Quantitativas. São Paulo: Edições 70, 2021.</p> <p>DEMO, P. Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiência de aprendizado. Revista Comunicação & Educação, 271, p. 46-60, 2003.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2ed. São Paulo: E.P.U., 2013.</p> <p>MENDONÇA, A. P. et al. O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v. 8, p. e211422-e211422, 2022. https://doi.org/10.31417/educitec.v8.2114.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 24ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2022.</p> <p>YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p>
--

Componente: O papel da Intersetorialidade na Segurança Viária			Eixo 3
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Segurança viária - aspectos conceituais. A Segurança Viária e seus paradigmas. O modelo de gestão intersetorial. Experiências e práticas intersetoriais de segurança viária. Potencialidades e dificuldades no processo de implementação. Diretrizes para elaboração de projeto de gestão intersetorial no trânsito.			
Referências			
<p>Básicas:</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Vida no Trânsito. Ministério da Saúde, Universidade Federal de Goiás. Brasília, 2017. 332p.</p> <p>SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. (org.). Vidas preservadas: experiências intersetoriais de prevenção dos acidentes de trânsito. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.</p> <p>SILVA, R. N. Promoção à Segurança Viária: potencialidades e dificuldades no processo de implementação da intersetorialidade. 2021. 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL; DENATRAN. Manual de procedimentos para o tratamento de pólos geradores de tráfego. Brasília: DENATRAN/FGV, 2001</p> <p>MACHADO, L. A. Construindo a intersetorialidade. Santa Catarina: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, 2011.</p> <p>MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Trad.: Eliane Lisboa - 4ª edição. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2011.</p> <p>WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. World report on road traffic injury prevention. 2004.</p> <p>WRI BRASIL. Sustentável e seguro: visão e Diretrizes para Zerar as Mortes no Trânsito (Relatório). 2019. Disponível em https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/sustentavel-e-seguro-visao-e-diretrizes-para-zerar-mortes-no-transito. Acesso em: 23 out 2022.</p>			

Componente: Sinalização e linguagens do trânsito			Eixo 3
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			

A presença das linguagens verbal, não verbal e mista no trânsito; possibilidades de contribuições das cores, formas e significados da sinalização para a educação para o trânsito; elementos do trânsito na constituição da paisagem; apropriação dos elementos da sinalização nos componentes curriculares.

Referências

Básicas:

BRASIL. Linguagens do Trânsito (texto produzido para a formação).

_____. Ministério das Cidades. Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola. Brasília. Ministério das Cidades, 2009.

_____. Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental. Brasília, 2009.

_____. Anexo I: Dos conceitos e definições. In: Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

_____. CONTRAN. Sinalização de Áreas Escolares. Brasília, 2000.

Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. CONTRAN. Sinalização horizontal. 1ª ed. Brasília, 2007.

_____. CONTRAN. Sinalização vertical de advertência. 1ª ed. Brasília, 2007.

_____. CONTRAN. Sinalização vertical de advertência. 1ª ed. Brasília, 2007.

_____. CONTRAN. Sinalização vertical de indicação. 1ª ed. Brasília, 2014.

Componente: Trânsito e sociedade			Eixo 3
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	

Ementa

O fenômeno social trânsito e compartilhamento das vias; estatísticas e custo social dos acidentes de trânsito; formação de motoristas e a formação para a cidadania; conflitos interpessoais e questões de gênero; desafios da inclusão dos portadores de necessidades especiais.

Referências

Básicas:

BRASIL. **O Impacto dos Acidentes de Trânsito para a Previdência Social**. In: Boletim Epidemiológico 2. Ano 2016, Edição 1. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/03/3%C2%B0-Quadrimestre-Boletim-2-Impacto-Acidentes-de-Tr%C3%A2nsito>.

DA MATTA, R. **Fé em Deus e pé na tábua ou Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

IPEA; DENATRAN. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras – Relatório Executivo – Brasília : IPEA/DENATRAN/ANTP, 2006.

ALMEIDA, E. G. de. Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental: dimensões metodológicas e formativas no planejamento, na execução e na avaliação de sequências didáticas. 2019, 64 f. Dissertação (Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2019.

LORENTZ, M. Só podia ser mulher – relações de gênero no trânsito. Dissertação de Mestrado. Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, 2008. <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/377/Marta%20Lorentz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso fev 2023.

UEPB. **Formação continuada em educação para o trânsito**. Coletânea de textos. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

Complementares:

HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C. (Org). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, S. S.; GONÇALVES DA SILVA, S. F. (2016). Acessibilidade e segurança no trânsito: o caso da cidade de Paranaíba – MS. In: Anais do SCIENCULT, 2(1). Disponível em <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3322>. Acesso em fev 2023.

SILVA, F. C. da. Fatores humanos e a percepção de riscos no trânsito. Disponível em: <http://www.espacodotransito.com.br/site/dica/detalhes/sobre/5/fatoreshumanos-e-a-percepcao-de-riscos-no-transito.html>.

Componente: Questões ambientais e trânsito		Eixo 3
Carga Horária		

Assíncrona	Síncrona	Total
24 horas	6 horas	30 horas
Ementa		
Conceito e relação entre trânsito e meio ambiente; comportamento no trânsito e preservação do meio ambiente; mobilidade urbana e meio ambiente; sustentabilidade e acessibilidade no trânsito; trânsito seguro como ato de cidadania.		
Bibliografias Recomendadas		
Básicas:		
ALVES, P.; RAIA JUNIOR, A. A. Mobilidade e acessibilidade urbanas sustentáveis: a gestão da mobilidade no Brasil . In: Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana – PPGEU. Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, 2010. p. 01-15		
BRAGA, M. G. de C. Acidentes de trânsito no Brasil: agressão cotidiana ao meio ambiente urbano. Revista De Administração Pública . v.29, n.2, p. 27-32, 1995.		
CARVALHO, C. H. R. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas. In: COSTA M. A. (Org.). O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana . Brasília: Ipea, 2016. p. 345-361.		
Complementares:		
FREITAS, P. V. N.; SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, G. J. A.; SILVA, D. C. Mobilidade urbana sustentável: problemas e soluções. Revista Científica ANAP BRASIL , v. 8, n. 12, p. 01-17, 2015.		
SILVA, T. A. B.; SOUZA, C. R. B. Perspectiva de uma mobilidade e acessibilidade urbana sustentável. In: 5º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais... Centro Universitário FAG, 2017. p. 01-12.		
TACO, W. G.; SOUSA, A. M.; SILVA, P. B. (orgs.). Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Equidade e Inclusão Social . Goiânia: Kelps, 2018.		

Componente: Projeto de intervenção II (TCC II)			Eixo 3
Carga Horária			
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	6 horas	30 horas	
Ementa			
Desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à execução de projeto de pesquisa interdisciplinar. Execução, monitoramento e controle de projetos de pesquisa. Procedimentos de coleta e análise de dados do projeto de pesquisa do TCC. Redação e defesa do trabalho de conclusão de curso.			
Referências			
Básicas:			
FILATRO, A. C.; B., SABRINA M. C. Produção de conteúdos educacionais . Editora Saraiva, 2017.			
GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 7ed. São Paulo: Atlas, 2022.			
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001. 219 p. ISBN 85-224-2991-X.			
Complementares:			
ALERIANO, D. L. Gerenciamento estratégico e administração de projetos . São Paulo, SP: Makron Books, 2001.			
BARDIN, L. Análise de conteúdo . Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.			
MATTAR, J.; RAMOS, D. K. Metodologia da Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas Quantitativas . São Paulo: Edições 70, 2021.			
DEMO, P. Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico . São Paulo: Saraiva, 2012.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 7ed. São Paulo: Atlas, 2019.			
KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiência de aprendizado. Revista Comunicação & Educação , 271, p. 46-60, 2003.			
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . 2ed. São Paulo: E.P.U., 2013.			
MENDONÇA, A. P. et al. O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico , v. 8, p. e211422-e211422, 2022. https://doi.org/10.31417/educitec.v8.2114 .			
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 24ed. São Paulo: Cortez, 2017.			
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 2022.			
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos . Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.			

Componente: Orientação de TCC	
-------------------------------	--

Carga Horária			Eixo 1 Eixo 2 Eixo 3
Assíncrona	Síncrona	Total	
24 horas	8 horas	40 horas	
Ementa			
Desenvolvimento orientado da pesquisa de especialização com foco no preparo do documento de TCC.			
Referências			
As referências bibliográficas devem ser selecionadas de acordo com a temática do projeto do estudante.			

7.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O estudante deverá elaborar individualmente, em dupla ou trio, um TCC com tema dentro de uma das Linhas de Pesquisa do curso, podendo ser apresentado nas seguintes modalidades: I) Monografia; II) Artigo científico; III) Relatório técnico e/ou científico; IV) Inovação de produto, processo ou serviço; V) Trabalho de produção audiovisual e/ou artística/cultural; VI) Produto educacional (aplicativo, atividade de extensão, materiais interativos, materiais para atividade experimental, materiais textuais, mídias educacionais, proposta educacional, protótipos educacionais).

O Trabalho de Conclusão de Curso é composto por três disciplinas obrigatórias do currículo, dispostas nos dois últimos semestres do curso, a saber: Projeto integrador I (TCC I), Projeto integrador II (TCC II) e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso. A execução desses três componentes curriculares está organizada da seguinte forma:

1. Projeto integrador I (TCC I) – componente curricular responsável pela formação dos grupos de TCC, escolha do tema da pesquisa, redação e apresentação do projeto de pesquisa do TCC.
2. Projeto integrador II (TCC II) – componente curricular onde ocorrerá a execução e desenvolvimento da pesquisa, coleta e análise de dados e a escrita e apresentação do TCC.
3. Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – Componente curricular destinado ao desenvolvimento orientado da pesquisa de especialização com foco no preparo do documento de TCC.

O TCC será, preferencialmente, um produto final de projeto de intervenção desenvolvido como uma proposta de ação construída a partir da identificação de problemas, demandas, necessidades e fatores determinantes aos temas das linhas de pesquisas do curso. O projeto de intervenção visa ações planejadas para resolução de problemas e/ou necessidades identificadas na sociedade, preocupando-se em gerar inovação e desenvolvimento para a educação e cidadania.

Haverá, para cada estudante de pós-graduação, um orientador e, quando necessário, um coorientador. Os orientadores serão docentes com título de especialista, mestre ou doutor, pertencentes preferencialmente ao quadro de docentes do curso.

A versão do TCC para a defesa deve ser entregue em formato digital e em três cópias impressas em data pré-determinada pela Coordenação do Curso, até 15 (quinze) dias antes da data prevista para a defesa.

O estudante fará uma apresentação oral pública do TCC que será avaliada por uma banca examinadora composta por 3 (três) membros, com titulação mínima de especialista, sob a presidência do professor orientador.

Cada membro da banca atribuirá uma nota de 0-10 (zero a dez), sendo que a nota do TCC será a média aritmética da soma das três notas avaliadas pelos membros da banca. O estudante que obtiver no mínimo 7 (sete) pontos de nota do TCC será considerado aprovado, caso contrário será reprovado.

O candidato reprovado no TCC terá uma oportunidade para nova defesa em data fixada pela Coordenação do curso, desde que respeite o prazo máximo de conclusão do curso.

O estudante aprovado, com prazo de 30 (trinta) dias após a defesa, deverá entregar à Coordenação de Pesquisa do CNP a versão final com uma cópia em formato digital e uma cópia impressa do TCC, com as devidas alterações sugeridas pela banca e ficha catalográfica, que deverá ser solicitada junto a Biblioteca da *Campus*.

O estudante deverá defender o TCC em até 18 (dezoito) meses, a partir do início do curso, para a obtenção do título de especialista. Em casos excepcionais, o prazo poderá ser prorrogado por 6 (seis) meses, mediante aprovação da coordenação.

8 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A proposta pedagógica do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para o Trânsito e Cidadania está organizada possibilitando a articulação entre os eixos temáticos e favorecendo a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares.

O currículo proposto visa oportunizar ao estudante uma formação crítica, pautada nos valores éticos e morais, na qual o processo de ensino-aprendizagem assume um caráter investigativo, dialógico, interativo, contextualizado e sistêmico, onde o professor passa a ser mediador do processo de construção do conhecimento significativo.

Para atingir o perfil do egresso do curso, serão utilizadas estratégias pedagógicas que buscam formar um ambiente de cooperação para facilitar a aprendizagem. Dentre elas estão:

- Aulas presenciais;
- Aulas práticas;
- Estudos de texto;
- Estudos de caso;
- Resumos;
- Mapas conceituais;

- Estudos dirigidos;
- Listas de discussão por meios informatizados;
- Filmes;
- Uso de tecnologias de informática;
- Soluções de problemas;
- Resolução de exercícios;
- Grupos de Trabalho (GT)/Seminários;
- Visitas técnicas;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A seleção das estratégias deve estar atrelada às características do componente curricular prevista no plano de ensino, com vistas a instigar a identificação e resolução de problemas e/ou necessidades da sociedade.

A interação no processo de ensino-aprendizagem dar-se-á, principalmente, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, com a utilização da Plataforma Moodle. Onde os recursos tecnológicos e educacionais permitam um espaço de reflexão, discussão e interação entre os estudantes, professores e tutores a partir do estabelecimento de relações individual e coletiva, que norteie a construção do conhecimento.

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) evoluíram para as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), onde o computador e a internet tornaram-se os instrumentos responsáveis por subsidiar

O desenvolvimento das aulas na modalidade EaD será mediado pelo professor e subsidiado pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Dentre elas, cita-se:

- Computadores com acesso à internet disponíveis no laboratório de informática: incluindo as câmeras de vídeo e foto para computador ou webcams;
- Correio eletrônico (e-mail);
- Listas de discussão (*mailing lists*);
- Quadros de discussão (*message boards*);
- *Streaming* (fluxo contínuo de áudio e vídeo via internet);
- *Streaming on-demand* (transmissão sob demanda de áudio e vídeo via internet);
- Tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons: scanners, fotografia digital, vídeo digital, cinema digital (da captação à exibição), som digital, TV;
- Tecnologias de acesso remoto (sem fio ou *wireless*): Wi-Fi, *Bluetooth*, RFID, EPVC;
- Memória USB;
- Biblioteca virtual.

9 LINHAS DE PESQUISA

LINHA 1. PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CIDADANIA.

O objetivo principal desta linha de pesquisa é investigar os processos de ensino-aprendizagem escolar da Educação para o Trânsito e Cidadania. O trânsito é um espaço onde os cidadãos se encontram, interagem e se relacionam, por isso a educação para o trânsito se torna imprescindível para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes. Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar os currículos escolares e as práticas pedagógicas relacionadas ao tema em diferentes níveis de ensino, identificando os desafios e as possibilidades para uma abordagem interdisciplinar e contextualizada da educação para o trânsito.

Além disso, a pesquisa busca compreender como as tecnologias digitais podem ser utilizadas como recursos pedagógicos na educação para o trânsito e cidadania, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Serão investigadas as estratégias pedagógicas que promovem a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, incentivando a reflexão crítica sobre as normas e os valores que orientam o comportamento dos indivíduos no trânsito.

Também serão considerados os fatores socioeconômicos e culturais que influenciam os comportamentos dos indivíduos no trânsito, como gênero, idade, renda, escolaridade, entre outros. A partir dessa análise, o grupo de pesquisa buscará propor estratégias pedagógicas que levem em conta essas variáveis, promovendo uma educação para o trânsito mais inclusiva e equitativa.

Por fim, a pesquisa buscará contribuir para a formação de professores e educadores, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a abordagem da educação para o trânsito e cidadania em diferentes contextos educacionais. Serão realizadas oficinas de formação e capacitação, visando o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas e interdisciplinares, que contribuam para a formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes no trânsito.

LINHA 2. QUESTÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DO TRÂNSITO

O objetivo principal desta linha de pesquisa é investigar as questões econômicas, sociais e ambientais relacionadas ao trânsito. O trânsito é um dos principais elementos da mobilidade urbana, e tem impactos significativos em diversos aspectos da vida nas cidades. Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar a relação entre o trânsito e a economia urbana, investigando como as políticas públicas de mobilidade afetam a atividade econômica em diferentes setores, como o comércio, o turismo e a indústria.

Além disso, o grupo de pesquisa buscará entender como o trânsito afeta a qualidade de vida da população, sobretudo em relação às questões sociais, como o acesso a serviços básicos e a inclusão social. Serão analisados dados relacionados a desigualdade socioeconômica e geográfica, bem como a violência no trânsito, para compreender como as políticas públicas de mobilidade podem contribuir para a promoção da justiça social e para o fortalecimento da cidadania.

O grupo utilizará uma abordagem interdisciplinar, que combina métodos quantitativos e qualitativos para analisar dados e informações sobre o

trânsito. Serão realizadas pesquisas de campo, entrevistas com especialistas e com a população em geral, bem como análises de dados secundários e de políticas públicas relacionadas ao tema. O grupo também buscará estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para desenvolver projetos de pesquisa aplicada, visando a promoção de políticas públicas mais efetivas e sustentáveis para o trânsito.

LINHA 3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CIDADANIA

O objetivo principal desta linha de pesquisa é investigar as políticas públicas de Educação para o Trânsito e Cidadania. A Educação para o Trânsito é um tema relevante para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes, uma vez que o trânsito é um espaço onde os indivíduos se relacionam e interagem diariamente. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas de Educação para o Trânsito em diferentes níveis de ensino, identificando as suas principais características, desafios e possibilidades.

Serão analisados os documentos oficiais que orientam a Educação para o Trânsito, como as diretrizes curriculares nacionais, bem como as políticas de formação de professores e os programas de capacitação para educadores. Também serão investigadas as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas e as estratégias de avaliação dos resultados da Educação para o Trânsito.

O grupo de pesquisa buscará compreender como as políticas públicas de Educação para o Trânsito podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis no trânsito. Serão analisados os valores e as normas que orientam o comportamento dos indivíduos no trânsito, bem como a influência das condições socioeconômicas e culturais sobre as atitudes e comportamentos dos indivíduos no trânsito.

O grupo contribuirá para a elaboração de políticas públicas mais efetivas de Educação para o Trânsito, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas mais abrangentes e integradas. Serão realizadas oficinas de trabalho com gestores públicos e educadores, visando a elaboração de planos de ação e de projetos piloto que possam ser implementados em diferentes contextos educacionais. O grupo também buscará estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil e com outras instituições públicas e privadas para desenvolver projetos de pesquisa aplicada, visando a promoção de políticas públicas mais efetivas e sustentáveis de Educação para o Trânsito e Cidadania.

10 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Quadro 2 – Corpo docente.

DOCENTE	TITULAÇÃO	Currículo <i>Lattes</i>
Adriano Bom Jesus	Mestre em Educação	http://lattes.cnpq.br/9584425920003175
Alaine Andrade de Moraes	Mestra em Engenharia de produção	http://lattes.cnpq.br/0552163685334278
Antonio de Souza Nascimento	Mestrado em Sociedade e Fronteiras	http://lattes.cnpq.br/8193205655759142
Claudina Miranda e Silva	Mestra em Educação	http://lattes.cnpq.br/9445076775931070
Eliaquim Timóteo da Cunha	Mestre em Antropologia Social	http://lattes.cnpq.br/1534109432111069
Jones Montenegro da Silva	Mestre em Ciências Biológicas	http://lattes.cnpq.br/4701582072086750
Lázaro Sátiro de Jesus	Doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos	http://lattes.cnpq.br/0204552957529508
Luiz Fernando Teixeira Salgado	Mestre em Sociologia e Direito	http://lattes.cnpq.br/6539222885003658
Marcos Joel de Melo Santos	Mestre em Psicologia	http://lattes.cnpq.br/4684954862425225
Mírocem Beltrão Macieira	Especialista em Produção de Material Didático	http://lattes.cnpq.br/0998931059870510
Rodrigo Nichetti Silva	Mestre em Gestão Pública	http://lattes.cnpq.br/7027565991070617
Tassiane dos Santos Ferrão	Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos	http://lattes.cnpq.br/3758604992484919
Truman José Vieira Júnior	Especialista em Educação Matemática	https://lattes.cnpq.br/6186864907075612

11 INTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Com vistas a garantir o atendimento às necessidades de execução deste curso, a escola proporcionará as seguintes instalações:

- Ambientes Administrativos
- Salas de aulas climatizadas
- Biblioteca
- Baterias de banheiros
- Refeitório
- Sala de Professores
- Auditório/cinema
- Ginásio Poliesportivo
- Complexo de alojamento
- Laboratório de Informática
- Laboratório de Agroindústria
- Laboratório de Leite e derivados
- Laboratório Maker
- Laboratório de Microbiologia
- Laboratório didático (biologia e química)
- Laboratório de solos
- Laboratório de sementes
- Estufas experimentais
- Hortas e Jardins
- Aprisco
- Viveiros para produção de mudas
- Pastagens para pequenos e grandes animais
- Aviário
- Unidade Criatória de Suínos
- Setor de Piscicultura
- Campo Agrostológico
- Setor de fruticultura
- Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEAGRO)
- Departamento Técnico para auxiliar no manejo das máquinas e equipamentos necessários às atividades realizadas no campo.

12 CERTIFICAÇÃO

Obterá o título de Especialista em Educação para o trânsito e Cidadania, o estudante que cumprir com a totalidade das seguintes condições:

- Obter aprovação em todos os componentes curriculares do curso com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 a 10;
- Apresentar e obter aprovação, por banca examinadora, do TCC.
- Entregar à Coordenação de Pesquisa do *Campus* Novo Paraíso, após defesa perante banca examinadora, a versão final com uma cópia digital e uma cópia impressa do TCC, com as devidas alterações sugeridas pela banca e com ficha catalográfica produzida pela Biblioteca do *Campus*;
- Apresentar nada consta dos setores de ensino, pesquisa, extensão e biblioteca.

Aos Pós-Graduandos que cumprirem os requisitos para a Conclusão do Curso, serão conferidos Certificados de Especialista em Educação para o trânsito e Cidadania, acompanhados do respectivo histórico escolar emitido pela CORA, de acordo com a legislação vigente.

13 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018. Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pntrans) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 01 mar 2023.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. PNATRANS - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito 2021 – 2030. Brasília, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA-IFRR. Resolução nº 716, de 4 de janeiro de 2023. Organização Didática do Instituto Federal de Roraima. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA-IFRR. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2019-2023. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA-IFRR. Resolução 638, de 30 de dezembro de 2021. Dispõe sobre as normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Roraima. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 01 mar 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Figueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 24/08/2023 15:24:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 229634

Código de Autenticação: 7424f66970

